

CLAUDIA OLIVEIRA CURY VILELA

**ESCOLA NOTURNA “MACHADO DE ASSIS”:  
primeira instituição municipal de ensino primário  
noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960)**

FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
2011

CLAUDIA OLIVEIRA CURY VILELA

**ESCOLA NOTURNA “MACHADO DE ASSIS”:  
primeira instituição municipal de ensino primário  
noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação, sob orientação da professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação

FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
2011

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

V699e Vilela, Cláudia Oliveira Cury, 1971-

Escola noturna “Machado de Assis” [manuscrito] : primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960) / Cláudia Oliveira Cury Vilela. - 2011.

141 f. : il.

Orientadora: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Escola Municipal de 1º e 2º Graus Machado de Assis - História – 1941–1960 - Teses. 2. Educação – História – Teses. 3. Sistemas de escolas municipais – Teses. 4. Escolas noturnas - Ituiutaba (MG) - História - Teses. 5. Ensino primário – Ituiutaba (MG) – História -Teses. I. Ribeiro, Betânia de Oliveira Laterza. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

---

CDU: 37(091)



B A N C A      D E      D E F E S A

---

Professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Professora doutora Elizabeth Farias da Silva  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Professor doutor José Carlos Souza Araujo  
Universidade Federal de Uberlândia

Dissertação aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

*Aos meus filhos, Carlos Henrique e Melina, e ao meu esposo e incondicional companheiro, Carlos Henrique, que sempre me incentivou para que eu continuasse e concluisse mais esta etapa de nossas vidas.*

*À memória de minha mãe, Alda, exemplo de coragem, esperança e alegria.*

## A G R A D E C I M E N T O S

A Deus, que me possibilitou trilhar este caminho evolutivo, propiciou tantas oportunidades de estudos e, sobretudo, pôs em meu caminho pessoas preciosas.

Ao meu pai, Samir, a quem amo muito, por existir em minha vida.

À minha sogra, Ignez, que me incentivou e sempre acreditou em mim como mãe.

À tia Dilma, que me ofereceu o aconchego do Lar.

À tia Mirza, sempre disponível e carinhosa em sua contribuição para esta pesquisa.

À minha orientadora, professora doutora Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, exemplo de profissional e de mulher; que acreditou em mim e sempre esteve presente com paciência, compreensão e competência — meu agradecimento carinhoso!

À Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer de Ituiutaba (MG), sobretudo na pessoa das educadoras Celina Parreira Derze, Alciene Santos Franco Martins e Hilda Müller, cujo apoio possibilitou minha qualificação profissional e pelo material disponibilizado para consulta, que foi de grande valia.

À Secretaria Municipal de Planejamento de Ituiutaba, em especial senhor Francisco Medeiros Dantas, que contribuiu dispondo o acervo municipal.

A Câmara Municipal de Ituiutaba, na pessoa do senhor Irlan Vieira Silva, que viabilizou minha consulta do acervo de atas da Casa do período elegido.

Ao diretor da Escola Machado de Assis, Mário Calil Sobrinho, com quem pude contar em momentos importantes e cujas dicas foram preciosas.

Aos meus colegas de trabalho, em especial Nilza, Sílvia, Claudia e Girene, que me ajudaram em todos os momentos e tornaram possível minha ausência.

À amiga Valéria Lima, que sempre se fez presente no vasculhar de jornais e atas, com palavras de entusiasmo e encorajamento.

Aos professores doutores José Carlos de Souza Araújo e Carlos Henrique de Carvalho, cuja contribuição na banca de qualificação foi valiosa.

Aos amigos de mestrado que compartilharam comigo momentos de aprendizado, em especial a Thaís — rimos, choramos e nos ajudamos mutuamente.

Ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), representado pelo professor doutor Carlos Henrique de Carvalho, sempre empenhado e atencioso nos momentos que partilhamos juntos, e aos demais professores que compuseram este caminhar.

Às senhoras Lázara Andrade, Zamara Alves de Oliveira, Alvina de Oliveira Bitencourt (*in memoriam*), Gicelda de Souza Barros; e aos senhores Hélio Benicio de Paiva, Rodolfo Leite de Oliveira e Eurípedes Arantes Muniz, que mostraram disposição para me ajudar a compreender os vestígios do passado educacional de Ituiutaba.

A família do senhor Ercílio Domingues da Silva (*in memoriam*), que me emprestou com confiança o acervo do jornal *Folha de Ituiutaba*.

Às mulheres especiais integrantes do “Encontro das Primas”, que, ao me afastarem dos livros, tornaram — e tornam — meu caminhar mais suave.

A Roseli Melo, que demonstrou dedicação e amizade ao longo desses anos de estudo.

Enfim, a todos que, de um modo ou de outro, contribuíram para que este percurso pudesse ser concluído.

**“C**ada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o editor dá de graça aos vermes.”

MACHADO DE ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas.*

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Remanescentes do batalhão que desfilaram na comemoração do cinquentenário de Ituiutaba, em 1951, rememorando um tempo significativo para a história local; a fotografia sugere a importância do grupo: indumentária alinhada, feição séria, pose grave e disciplinada, reforçados pelo posicionamento no alto da escadaria tendo ao fundo o prédio do fórum; o posicionamento desses homens nesse importante espaço da cidade corrobora o intento de valorizar o grupo	32
FIGURA 2 –	Traçado do município de Ituiutaba na região conhecida como Triângulo Mineiro — 1920	81
FIGURA 3 –	Membros da nova Câmara incluíam, além do prefeito Adelino, segundo da esquerda para a direita ao fundo, o juiz de direito Mucio de Abreu Lima, à esquerda do prefeito, e o presidente do diretório local Aureliano Martins de Andrade, à esquerda do juiz; o semblante grave dos recém-empossados chefes políticos sugere a importância da ocasião e evidencia o contraste entre a opulência dos políticos — reforçada pela elegância da indumentária — e a simplicidade da fachada da Câmara Municipal, onde ações importantes e decisivas para os rumos do município eram definidas	83
FIGURA 4 –	Configuração geográfica de Ituiutaba após o desmembramento distrital; a extensão territorial passou a ter 2.694 quilômetros quadrados	87
FIGURA 5 –	Turma de alunos da professora Zamara Alves (Zazá Zoocoli) no começo da década de 1950, quando a escola Machado de Assis funcionava em espaço cedido pelos padres da Escola São José; as condições físicas da sala parecem ser pouco apropriadas à aula, sobretudo a iluminação precária e o tamanho, que dá pouco espaço à circulação de professores e à interação entre alunos	104
FIGURA 6 –	Adultos e menores formandos do quarto ano em novembro de 1947; Lázara Andrade (quinta em pé, da direita para a esquerda, ladeada à esquerda pela diretora Irazina Goulart) era professora da escola na década de 1940 e diz que a singeleza da comemoração não traduzia o momento de alegria e júbilo; segundo ela, trabalhar na escola à noite era um desafio que, às vezes, a fazia chorar, por causa da insegurança de lecionar para quem tinha idade superior à dela — 17 anos de idade —, sobretudo quando tinha de se preocupar não só com a aprendizagem discente da escrita e da leitura, mas também com a formação moral dos alunos	110
FIGURA 7 –	Vereador Daniel de Freitas Barros cortando a fita de inauguração da Loja Riachuelo em Ituiutaba, década de 1950, quando a cidade se modernizava, acompanhando a tendência desenvolvimentista nacional	114
FIGURA 8 –	Descrição de despesas públicas municipais com escola noturna	116

FIGURA 9 –	Diretora Maria de Barros em fotografia da década de 1950; educadora respeitada em Ituiutaba, a ponto de dar nome à Escola Estadual Professora Maria de Barros, era irmã de Daniel de Freitas Barros, vereador em Ituiutaba na década de 1950 já citado nessa pesquisa (cf. p. 102); segundo relato de Ignez Maciel Vilela; a feição severa reitera a atitude enérgica e a postura rígida, mas oculta a personalidade brincalhona e o vocabulário descontraído de “uma mulher além de seu tempo”, que se fazia obedecer pela palavra bem colocada	117
FIGURA 10 –	Mais que noticiar, o jornal replicou o texto da lei, o que pode ser lido como indício da força decisória do poder político local para fazer valer suas palavras, assinadas embaixo	119
FIGURA 11 –	Dados os fins e as condições materiais dessa escola noturna, a relevância da quantidade de diplomados era tal que fez o jornal noticiá-la; o texto sugere que a escola começava a se destacar no cenário educacional graças ao trabalho da pioneira professora Maria de Barros	120
FIGURA 12 –	Prédio situado à rua 26, que abriga a Escola Municipal Machado de Assis desde a unificação com as outras duas unidades educacionais, ampliado por várias gestões municipais	121
FIGURA 13 –	Professora Zazá Zoocoli lecionou na escola nas décadas de 1940 e 50; na entrevista concedida, ela rememorou entusiasmada que recebeu o título de Rainha do Esporte Ituiutabano e que os alunos da escola noturna ficaram orgulhosos; a <i>Folha de Ituiutaba</i> noticiou a eleição, informando que a campanha foi idealizada por Pelina Novais Ribeiro, então diretora do Grupo Escolar João Pinheiro (onde funcionava a escola noturna) e que a arrecadação do baile da coroação (mais de 40 mil cruzeiros) seria destinada à caixa escolar do grupo (fotografia recortada para fins estéticos)	137
FIGURA 14 –	Eleição de Zazá Zoocoli como “Rainha do Esporte Ituiutabano” foi manchete de capa da edição de 30 de abril da <i>Folha de Ituiutaba</i>	138

## L I S T A   D E   Q U A D R O S

QUADRO 1 – Escolas urbanas em Ituiutaba — 1901–10	30
QUADRO 2 – Destinação de verba à educação no município de Ituiutaba — 1942 a 1951	74
QUADRO 3 – Tipo e número de escolas no município de Ituiutaba — 1951	75
QUADRO 4 – Intenções municipais voltadas à Escola Noturna “Machado de Assis” transcritas das Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba — 1937–60	92
QUADRO 5 – Escolas municipais rurais de Ituiutaba e sua criação — 1941–60	100
QUADRO 6 – Produção acadêmica sobre escolas noturnas em instituições de nível superior com nota igual ou maior que 5	135

L I S T A D E T A B E L A S

TABELA 1 – População de Ituiutaba segundo a idade — 1920	30
TABELA 2 – Evolução da população e da matrícula no ensino primário na faixa etária 5–19 anos	34
TABELA 3 – Estabelecimentos educacionais em Minas Gerais	48
TABELA 4 – Número e taxa de não alfabetizados na população com idade entre 5 anos ou mais e entre 10 anos ou mais — 1920–60	48
TABELA 5 – Aumento da população urbana no Brasil — 1900–60	49
TABELA 6 – Coeficientes de natalidade e de mortalidade no Brasil — 1871–1960	50
TABELA 7 – Alunos de ambos os sexos matriculados ao se encerrar o ano letivo de 1937	51
TABELA 8 – Pessoas que receberam instrução e sabiam ler e escrever no município de Ituiutaba — 1940	54
TABELA 9 – População de Ituiutaba quanto à cor em 1940	59
TABELA 10 – Evolução cronológica da quantidade de municípios	69
TABELA 11 – Percentual de renda pública nacional destinada a cada esfera administrativa	71
TABELA 12 – Despesas com educação pública dos estados e municípios — 1945–55	72
TABELA 13 – Estabelecimentos de ensino primário em Minas Gerais — 1956–60	76
TABELA 14 – Distribuição da matrícula geral do ensino primário fundamental comum, segundo dependência administrativa	78
TABELA 15 – Povoados e distritos, anos de emancipação e área territorial	85
TABELA 16 – Evolução da população urbana e rural em Ituiutaba — 1940–60	88
TABELA 17 – Aspectos da produção industrial nos municípios de Ituiutaba e Capinópolis	88
TABELA 18 – Distribuição da população brasileira — 1940–60	98
TABELA 19 – Mostra da evolução do analfabetismo segundo a idade — 1940–60	98
TABELA 20 – Crescimento demográfico total da cidade-sede — 1940–60	99
TABELA 21 – Balanço de receita e despesa – 22 a 30 de abril de 1947	107

## R E S U M O

Este trabalho tenta ampliar a pesquisa acadêmica na área de história da educação brasileira com enfoque em escolas de pouca visibilidade social. Para tanto, propusemos investigar a história da escola municipal de ensino primário Escola Noturna “Machado de Assis” da cidade de Ituiutaba entre 1941 e 1960. Sobretudo, objetivamos entender o surgimento do ensino público municipal na esfera urbana e verificar a escolarização noturna primária no contexto educacional, político e econômico do país e do município. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica sobre educação pública primária noturna, em especial esforços políticos e legislação, e sobre aspectos da constituição da municipalidade no país; também recorremos à entrevista com ex-alunos, ex-secretaria e ex-professores da escola e fontes como mensagens de presidentes da República e do estado de Minas Gerais, atas do Poder Legislativo local e jornais publicados no período delimitado. A leitura analítica das fontes e a interpretação de relatos dos entrevistados permitem afirmar que tal escola ofereceu ensino primário, itinerante e precariamente, pois não tinha prédio próprio. Essa falta indica que, mesmo convergindo para os interesses do poder público local, essa escola não merecia a atenção deste, pois recebia recursos municipais restritos. Mas, embora não tivesse projeção na pauta política local nem repercutisse na sociedade, essa escola era relevante para uma população de adultos — e menores — com necessidades educacionais e que não podiam frequentar escolas diurnas porque trabalhavam de dia. Ao suprir a necessidade de escolarização dessa parcela da população, a escola cumpriu seu papel de tal forma que, no curso de sua história, saiu da condição de inexpressividade social e política para se consolidar como instituição relevante no cenário escolar municipal e regional.

**Palavras-chave:** instituição escolar noturna; municipalidade; ensino primário.

## A B S T R A C T

This work seeks to enlarge the academic research in the history of Brazilian education focused on schools of little visibility in society. For that, we proposed to inquiry the history of Escola Noturna “Machado de Assis”, an elementary public night school in the city of Ituiutaba between 1941 and 1960. Above all, we aimed to understand the emergence of urban public education kept by municipal government and the relations between elementary night schooling and educational, political, and economical context, both locally and nationally. Methodological procedures included bibliographical research upon public education — especially political efforts and legislation — and on aspects of the making of municipality in Brazil. Besides, we drew from interviews with school’s former students, staff assistant, and teachers, from Brazil former presidents’ and Minas Gerais former governors’ messages, from minutes of town council meetings, and from local newspapers printed during 1941 and 1960. Reading critically these written records and interpreting oral accounts from interviews has made possible to assert that adult literacy in this school occurred itinerantly and precariously, for it had no building of its own. Such a lack suggests that, even if this school met the interests of local government, it deserved no attention from the latter, as it received a restrained financial support from Ituiutaba’s city hall. And yet, even if this school were of no interest to the local political debate and had no impact on local society, it was relevant to a share of the population — adults and adolescents — who lack education and who could not attend day schools because they worked in the daytime. In meeting their schooling needs, this school played its role so well that in the course of its history it evolved from a condition of having no local expressivity to the one where it is seem as a relevant institution in the local and regional scenario

**Keywords:** night school institution; municipality; primary.

## SUMÁRIO

Introdução	14
<b>Capítulo 1</b>	
ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA NOTURNA NA REPÚBLICA	22
1.1 Escola primária até 1960	25
1.2 Escolas noturnas primárias no Brasil	42
1.3 Escolarização noturna em Ituiutaba: movimento de acomodação social	54
<b>Capítulo 2</b>	
MUNICÍPIO COMO UNIVERSO POLÍTICO-SOCIAL MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO	60
2.1 O município nas constituições de 1934, 37 e 46	65
2.2 Financiamento da educação pública	70
2.3 Ideia de municipalização do ensino primário	77
2.4 O município de Ituiutaba até 1960	81
<b>Capítulo 3</b>	
ESCOLA NOTURNA “MACHADO DE ASSIS” NO CONTEXTO MUNICIPAL	90
3.1 Antecedentes históricos da institucionalização da escola noturna	90
3.2 Escola noturna nominada Machado de Assis	96
3.3 Movimentação demográfica rural-urbana e escola noturna	97
3.4 Financiamento da educação pública municipal	106
Considerações finais	122
Referências	126
Apêndice A – Quadro 6: Produção acadêmica sobre escolas noturnas em instituições de nível superior com nota igual ou maior que 5	135
Anexo A – Coroação da Rainha do Esporte Ituiutabano	137
Anexo B – Notícia sobre eleição da Rainha do Esporte Ituiutabano	138
Anexo C – Termo de consentimento livre e esclarecido	139
Anexo D – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	141

## INTRODUÇÃO

*Se quer compor o livro, aqui tem a pena, aqui tem papel, aqui tem um admirador; mas, se quer ler somente, deixe-se estar quieta, vá de linha em linha; dou-lhe que boceje entre doutros capítulos, mas espere o resto, tenha confiança no relator destas aventuras.*

MACHADO DE ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas*

**E**m 2007, a Escola Municipal de 1º e 2º Graus Machado de Assis no município de Ituiutaba (MG), comemorou 70 anos de existência. Na condição de quem atuava nessa escola (docência de Informática Pedagógica), propusemos como atividade comemorativa um retrospecto histórico de acontecimentos relevantes de sua trajetória. Ao buscarmos fontes para tal, deparamo-nos com informações fragmentadas e lacunares, em especial sobre sua condição de primeira escola noturna do município e sobre a mudança de nome, pois seu nome original era Escola Noturna 13 de Maio. Pareceu-nos implausível uma escola tida hoje como modelo não ter registros de sua gênese. Como entender sua construção histórica? Sua base metodológica de ensino? Sua estrutura funcional? Suas alianças políticas, que a fazem ser o que é? Não havia respostas para tais indagações — talvez porque respondê-las seja dar voz ao que devia ficar em silêncio.

Essa situação de desconhecimento suscitou o interesse em pesquisar essa escola na perspectiva da história e historiografia da educação, com enfoque na escola pública noturna primária em contexto urbano. Os estudos historiográficos têm salientado valores e tradições, além de desnudar transformações que contribuíram para consolidar social, econômica e culturalmente a comunidade no entorno das escolas enfocadas. Ora,

Ao buscar compreender a história da constituição da instituição escolar em nosso país, por meio de pesquisas que se dedicam à investigação sobre os processos e lutas sociais que, em um determinado tempo e lugar, produziram uma determinada escola e, mais ainda, ao propor-se compreender as linhas de força que presidem a estruturação e funcionamento de tais instituições, os historiadores da educação têm ampliado seu diálogo e colaboração com grupos sociais os mais diversos, tais como professores, pais de alunos e demais membros da comunidade escolar.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Prefácio. In: RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza, SILVA; Elizabeth Farias de. *Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro*. Ituiutaba: Egil, 2003b, p. 14–5.

Contudo, mesmo sendo as instituições escolares assunto central na pesquisa historigráfico-educacional, porque podem oferecer uma visão abrangente dos processos educacionais, ainda é pouco fomentada a pesquisa sobre escolas com menos visibilidade social — logo, sobre grupos sociais menos privilegiados —, conforme levantamento feito por nós no primeiro semestre de 2010. Com efeito, segundo Souza e Ribeiro,<sup>2</sup> até então as escolas do município de Ituiutaba investigadas academicamente foram o primeiro grupo escolar e as escolas confessionais Santa Tereza, São José e Educandário Espírita Ituiutabano, além do Instituto Mardem, que é particular. A trajetória histórica da primeira escola noturna — demandada por negros e trabalhadores — permanecia à espera de alguém que se dispusesse a ouvir a voz de seus atores e fazê-la ecoar. Nesse sentido, cremos que esta investigação amplia o conhecimento histórico sobre a educação pública no município ao enfocar uma escola ausente da pesquisa acadêmica.

Essa ausência reitera a afirmação de Nosella e Buffa de que “[...] escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas”.<sup>3</sup> Talvez isso aconteça porque tais escolas denunciam o descaso social, político e econômico do poderio local e nacional com questões centrais que envolvem a população. Segundo esses autores, em levantamento organizado e publicado em 2009, as pesquisas que abrangem a categoria instituições particulares de ensino básico (laicas e confessionais) somam 94 trabalhos publicados, dentre monografias, dissertações, teses, relatórios de pesquisa e livros; enquanto as escolas noturnas nem chegam a ser categorizadas — a única categoria citada pelos autores que poderia abrigar esse tema seria “estudos gerais sobre instituições escolares”, que somam cinco trabalhos.

Também nosso levantamento relativo à produção de conhecimentos sobre a trajetória político-histórica de escolas noturnas reforça a constatação de que estas ainda são pouco investigadas, isto é, reafirma o que afirmam Nosella e Buffa.<sup>4</sup> Tal levantamento considerou o programa de pós-graduação em educação de 19 instituições, selecionadas com base no resultado da avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 2010; o critério de seleção foi a nota atribuída às instituições: igual ou superior a 5 — correspondente à nota recebida pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de que faz parte esta pesquisa. Averiguamos as linhas de pesquisa de cada programa e enfocamos as

---

<sup>2</sup> SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). **Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX.** Uberlândia: ed. UFU, 2009.

<sup>3</sup> NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares:** por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009, p. 25.

<sup>4</sup> NOSELLA; BUFFA, 2009, *passim*.

que ofereciam a opção de pesquisa historiográfica seguindo a lógica da investigação descrita nesta dissertação.

Uma vez definidos esses critérios iniciais, identificamos, nos bancos de dados digitais das instituições selecionadas, teses e dissertações que datavam de 2000 em diante, isto é, feitas em uma década de produção acadêmica (cf. APÊNDICE A). A maior parte das pesquisas nessa área de conhecimento investigou a educação de jovens e adultos. A produção de pesquisa histórica sobre escola noturna foi enfocada por uma dissertação de mestrado de 2007 defendida na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e por uma tese de doutorado apresentada em 2009 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessas duas pesquisas, a delimitação temporal relativa às escolas noturnas estudadas abrangeu o período imperial e os anos iniciais da República. Nessa lógica, pesquisar essa temática numa delimitação temporal divergente foi um desafio.

A história apresentada aqui dá continuidade a outras histórias e ajuda a ver a amplitude da educação nacional e a lógica das histórias regionais no recorte temporal da pesquisa, qual seja: de 1941, data da criação da Escola Noturna “Machado de Assis”, a 1960, quando a Câmara Municipal de Ituiutaba decretou, e o prefeito em exercício David Ribeiro de Gouveia sancionou, a lei municipal 572, que transformaria tal escola em Grupo Escolar Estadual ou Escolas Reunidas. A abrangência desse recorte temporal passa pelo período político nominado Estado Novo e se estende ao período que alguns historiadores chamam de democrático. Como acreditamos que a instituição educacional é uma invenção social e política que replica fenômenos de um universo mais global que parte do local, este trabalho tem uma intencionalidade política, ou seja, de compreender o contexto histórico-político.

O objeto de estudo da pesquisa é uma escola noturna, o que deu margem a uma investigação do universo que circunda as origens do ensino noturno — período imperial,<sup>5</sup> quando estiveram associadas à caridade — e de alguns de seus desdobramentos. Tal ensino se apresentava não como direito, mas como benefício, ou seja, como “[...] ação útil ao outro, sugerida pela bondade<sup>6</sup>” — embora os beneficiados fossem minoria. Após a proclamação da República, ela atendeu ao apelo social do contingente de trabalhadores que a viam como passaporte à condição de cidadão, pois estavam alijados dos planos sociais e políticos de uma parcela da elite, no processo civilizatório, que almejava a democratização. Subjacente a esse processo havia fundamentalmente uma reforma política

---

<sup>5</sup> Cf. PRIMITIVO, Moacyr. **Instituição e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936.

<sup>6</sup> ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 111.

em que as pessoas se tornariam “[...] sujeito histórico capaz de modificar a realidade. E, para tal, ele precisava ser livre e consciente. A questão da cidadania se resumiria a uma questão educativa. Dentro desta questão estavam várias tarefas eminentemente pedagógicas”.<sup>7</sup>

Segundo Gohn, o debate sobre cidadania que vem à tona no século XIX abrange as massas, embora com a intenção de discipliná-las, domesticá-las. Mas, em contradição com o ideal de liderança política e social, estava o indivíduo, que começou a tomar consciência de seus direitos graças ao pensamento que regeu o século XVIII, dirigido pela razão. Assim, “O direito se concretiza em conjunto de *regras* (nesse caso leis ou normas), que têm por objeto o *comportamento intersubjetivo*, ou seja, o comportamento dos homens entre si”.<sup>8</sup> E a educação como direito — afirma Cury — “[...] significa um recorte universalista próprio de uma cidadania ampliada e ansiosa por encontros e reencontros com uma democracia civil, social, política e cultural”.<sup>9</sup>

Esse entendimento de cidadão como alguém que tenha direitos merece comentário. Tal noção remete ao Estado de Bem-estar Social ou *Welfare State*, na expressão em inglês. Trata-se de uma forma de organização político-social originada durante a Grande Depressão<sup>10</sup> e que se ampliou após a Segunda Guerra Mundial, quando findaram regimes de governo totalitários da Europa Ocidental, a exemplo do nazismo e do fascismo. A hegemonia de governos socialdemocratas e, secundariamente, de correntes eurocomunistas convictos das necessidades coletivas da sociedade fomentou um conceito de cidadania mais amplo, que contém a ideia de que há direitos sociais indissociáveis da existência de qualquer cidadão. Noutros termos, os princípios do Estado de Bem-estar Social preveem que toda pessoa, desde seu nascimento até sua morte, tem o direito a um conjunto de bens e serviços a serem garantidos pelo Estado direta ou indiretamente (mediante seu poder de regulamentação da sociedade civil). Aí se incluem, dentre outros direitos, educação em todos os níveis, assistência médica gratuita, auxílio ao desempregado, garantia de uma renda mínima e recursos adicionais para criação dos filhos.

---

<sup>7</sup> GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 13, v. 5.

<sup>8</sup> ABAGNANO, 1998, p. 278; grifos do autor.

<sup>9</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010, p. 294

<sup>10</sup> Também nomeada de Crise de 1929, foi um período de sérias dificuldades econômicas mundiais. Iniciada em 1929, persistiu ao longo da década de 1930 e terminou na Segunda Guerra Mundial. É tida como o pior e mais longo período de recessão no XX, graças aos índices elevados de desemprego e de queda do Produto Interno Bruto, da produção industrial, dos preços de ações... numa palavra, de quase todo medidor da atividade econômica em vários países.

Se for correto dizer que tal organização político-social propugnou um ideal universalista,<sup>11</sup> também o seria afirmar que inspirou ações sociais diversas em vários países cujos reflexos em projetos sociais se estenderam ao presente. Noutras palavras, esse indivíduo que tem direito à educação — condição de cidadania libertadora — passou a reivindicar mediante movimentos sociais em prol de interesses coletivos. No dizer de Gohn,

A construção da cidadania coletiva se realiza quando, identificados os interesses opostos, parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes. Este momento demarca uma ruptura com a postura tradicional de demandatários de bens de consumo coletivo: não se espera o cumprimento de promessas, organizam-se táticas e estratégias para a obtenção do bem por ser um direito social.<sup>12</sup>

Com efeito, táticas e estratégias compuseram o movimento pró-escola noturna, que este trabalho se propõe a esquadrinhar partindo da “[...] clássica ‘revisão bibliográfica’, a que a maioria dos pesquisadores se obriga”.<sup>13</sup> Tal revisão mostrou que há muito a fazer nessa área de investigação, pois pouco se produziu “[...] sobre as escolas noturnas abertas, desde o século XIX, para instruir jovens e adultos trabalhadores ou sobre as escolas organizadas pelo movimento operário para a educação da população trabalhadora analfabeta”.<sup>14</sup>

A pesquisa aqui descrita se aproxima dos parâmetros dialéticos, que “[...] de forma aproximativa e sintética [...] investiga a conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a instituição escolar que cria”.<sup>15</sup> Partimos do pressuposto de que a sociedade local que produziu, política econômica e socialmente, a escola punha seus interesses à frente do interesse público que acreditava na escolarização como forma de melhorar suas condições de vida. Noutros termos, em tal produção, vemos interesses contraditórios entre o todo social e o particular; e essa constatação advém da pesquisa empírica, fundamental à compreensão do movimento histórico do nosso objeto de estudo. O rastreio dos “[...] dados empíricos, suas várias formas de evolução e suas mútuas conexões” está pressuposto no método dialético quando se pretende expor formalmente aquilo que

<sup>11</sup> Cf. CURY, 2008.

<sup>12</sup> GOHN, 2009, p. 18.

<sup>13</sup> CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno**: realidade e ilusão. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989, p. 13.

<sup>14</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívea de Lima (Org.). **Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a, p. 91–2.

<sup>15</sup> NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 79.

explicita “[...] o movimento real da história”; e “[...] o estudo das instituições escolares atende plenamente a essa exigência metodológica”.<sup>16</sup>

Nessa ótica, tomamos como referencial empírico a Escola Noturna “Machado de Assis”, sediada em Ituiutaba e cujo nome atual, em razão de mudanças institucionais, é Escola Municipal Machado de Assis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A esse referencial se agrupam relatos de memorialistas locais e relatos de ex-professores, ex-secretária e ex-alunos — estes obtidos mediante entrevista com questões abertas que durou em média 60 minutos cada, em data e horário preestabelecidos por pesquisador e colaboradores. O aceite do convite para dar entrevista entre as pessoas cogitadas para colaborar com a pesquisa não foi unânime, tampouco a concessão para que a entrevista fosse registrada em áudio e em fotografia. Enquanto alguns colaboradores se negaram e/ou relutaram a rememorar ocorrências históricas dessa escola pública e de aspectos sociais e políticos do município; outros se mostraram receptivos e se sentiram enaltecidos pela possibilidade de tornar científica a história replicada no senso comum graças à permanência da lembrança, da “[...] sobrevivência do passado”,<sup>17</sup> que resiste e faz deste algo latente, algo ido mas não esquecido.

Cremos que, para quem se predispôs a fazê-lo, lembrar desse passado foi uma oportunidade de rememorar um tempo que, certamente, não mais se modifica, porém cuja lembrança pode alterar os rumos do escrito e da percepção do pesquisador. Isso porque “[...] a memória não consiste na regressão do presente para o passado, mas, ao contrário, no progresso do passado ao presente”,<sup>18</sup> o que permite interpretar o presente com base no entendimento de singularidades históricas de um passado que ainda vive; porque relembrar acontecimentos com a experiência enriquecida pelo decorrer do tempo é uma forma possível de analisar com outro olhar a mesma situação: “[...] a memória não consiste somente em recordar o que passou, o que se deve ter em mente sobre determinados fatos e acontecimentos. A memória é também reconstrução, através da crítica e da reinterpretação do passado sob um novo olhar”.<sup>19</sup> Às vezes, essa reconstrução íntima pode ser como areia movediça, que trai o memorialista e atrai o pesquisador para caminhos tortos. Porém, a neblina que dificulta o entendimento não nos impede de ver vestígios de certezas no peneirar de outras fontes e oferecem descobertas que

---

<sup>16</sup> Ibidem, p. 84

<sup>17</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 53.

<sup>18</sup> ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 658.

<sup>19</sup> FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação — Desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000, p. 103.

tornam a pesquisa fascinante, porque imprevisível. Posto isso, resta a constatação do prazer que foi trabalhar com essa memória e com os relatos dela advindos, porque suscitaram curiosidade, porque intrigaram, porque motivaram.

O curso da pesquisa mostrou que muitos registros materiais da história dessa escola noturna se perderam em sua itinerância — ela ocupou espaços distintos da cidade de Ituiutaba. Além de grave, tal perda denuncia a ausência de uma cultura da preservação da memória educacional e política na cidade (alguns documentos que encontramos estavam numa situação que sugere que as instituições públicas os puseram de lado). Por isso, recorremos a acervos particulares em busca de materiais que apontassem nuances importantes e tonificassem a pesquisa, a exemplo de fotografias, jornais e periódicos. Aí entra o acervo jornalístico do ex-diretor do jornal *Folha de Ituiutaba* Ercílio Domingues da Silva, cuja família preservou edições de várias décadas, das quais usamos como fonte as dos decênios de 1930, 40 e 50. Passível de ser lido como memória local, esse jornal reitera a noção de que, embora a imprensa escrita possa ser analisada segundo óticas distintas, não se pode negar que os acontecimentos relatados por ela oferecem pistas úteis a uma caracterização da esfera educacional de dada sociedade em determinado momento. Trata-se de um *corpus* documental que, como poucos, traduz com abundância

[...] os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projeto educativo nos últimos dois séculos. Todos os Atores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades... As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o campo educativo numa determinada época.<sup>20</sup>

Feito o levantamento de fontes referentes a ações sociais, políticas e educacionais em prol da (ou contra a) escola pesquisada e a leitura de bibliografia referente às esferas educacional, política e econômica do país, foi preciso então confrontar tais fontes com uma realidade mais ampla, para entender como a escola noturna se estabeleceu em Ituiutaba, sua importância e a ação dos agentes políticos e sociais do município em tal escola. De certa forma, podemos dizer que testemunhamos a etapa mais recente da história dessa escola, pois participamos pedagogicamente da discência, da docência, enfim, da supervisão. Contudo,

---

<sup>20</sup> NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANDI, D. B.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Educação em revista**. A imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 30-1.

nesta pesquisa sobre a história da escola, estamos cientes do distanciamento que sua compreensão extramuros requer. Como observa Araújo,<sup>21</sup>

Embora a empiria que cimenta a natureza de uma escola seja comprehensível desde o seu interior, este se desabrocha para o exterior como as flores e os frutos, uma vez que a escola não se resolve em si mesma, a análise da empiria intra-escolar conduz à explicação e à compreensão de que ela se baliza por sua exteriorização. Este aspecto é crucial à escola, pois ela se torna escola através de tais mediações, mas ela não existe para isso. A escola, sem a compreensão de suas finalidades sociais, deixa de ser escola para se tornar uma ilha.

O confronto dialético das dimensões intramuros e extramuros da escola com as dimensões sociais e políticas do município está nos três capítulos desta dissertação, onde buscamos elucidar a gênese e as transformações ocorridas no trajeto histórico da Escola Noturna “Machado de Assis”. Cremos que mantendo

[...] vivo o questionamento, e atentos à contradição que a escola alimenta e reproduz, talvez seja possível despertar em cada pessoa a condição [...] do educador que se educa e que educa a partir do conhecimento assumido com a realidade histórica em que vive.<sup>22</sup>

O capítulo 1 discute a produção do ensino público primário e do ensino noturno no Brasil. Como a pesquisa enfoca uma escola pública primária noturna, enfocamos tanto a escola primária pública oferecida ao público adulto — por entendermos que foi criada para suprir a demanda dessa parcela da população — quanto as reformas educacionais feitas durante a periodização delimitada na pesquisa. O capítulo 2 apresenta questões relativas à municipalidade, ou seja, às bases políticas, econômicas e sociais da constituição do município de Ituiutaba sobre as quais a escola noturna foi legitimada; buscamos apreender a estrutura funcional da escola investigada no contexto municipal. O capítulo 3 expõe as nuances históricas da escola noturna — fomentadas pela pesquisa empírica —, a ratificação de algumas suspeitas e a constatação da importância dessa escola como possibilidade de ascensão à cidadania.

---

<sup>21</sup> ARAÚJO, José Carlos Souza. Prefácio. In: SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). **Do público ao privado, do confessional ao laico:** a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: ed. UFU, 2009, p. 13.

<sup>22</sup> CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno:** realidade e ilusão. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989, p. 12.

## Capítulo 1

### ESCOLA PÚBLICA PRIMÁRIA NOTURNA NA REPÚBLICA

*Tinha certas reformas materiais em vista; foi ainda mais longe: — Precisamos desenvolver o programa, dar um empurrão aos correligionários, atacá-los, se for preciso.*

MACHADO DE ASSIS, *Quincas Borba*

Até a primeira metade da década de 1940, a educação de adultos no Brasil se restringia a parcelas específicas da população como ex-escravos no Império ou adultos trabalhadores na fase inicial da primeira República. A escolarização de pessoas adultas não constituía de fato uma educação que se procura levar a toda a coletividade. “As disposições legais a propósito de cursos, além de fragmentárias, eram vagas, raramente chegavam a configurar um compromisso das administrações regionais quanto à criação e à expansão dos serviços”.<sup>23</sup> Nesse tempo, o ensino primário foi a “[...] única forma de educação de adultos praticada no país”.<sup>24</sup>

A partir dessa década, a educação de adultos e a escola noturna ganharam uma feição diferente da que tinham até então. A demanda por educação aumentou, e a escola tinha de estar ao alcance de todos. Assim, “[...] a administração pública se obriga a providenciar a criação das vagas indispensáveis ao atendimento de todos”.<sup>25</sup> Tal escola seria pública, porque voltada a todos, porque convergia para a concepção de homem que surgiu com a República, ou seja, o homem: “[...] ativo, consciente, bem informado e esclarecido de seus direitos e deveres e não uma multidão amorfa e passiva”.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> BEISIEGEL, Celso de Rui. **A educação de adultos no estado de São Paulo.** 1972. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972, p. 81. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/obras.asp?autor=BEISIEGEL,+CELSO+DE+RUI>>. Acesso em: 15 maio 2010.

<sup>24</sup> PAIVA, 2003, p. 57.

<sup>25</sup> Ibidem, p.81.

<sup>26</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. República, educação, cidadania: tensões e conflitos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 9, n. 1, jan./jun. 2010, p. 32. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/7450/4780>> Acesso em: 19 maio 2010.

Nas escolas noturnas, cursos supletivos e profissionalizantes se intensificam; e o conceito de educação de adultos convergiu para o de educação popular,<sup>27</sup> como esclarece Paiva ao se referir ao seu trabalho: “[...] deixamos de lado o ensino técnico profissional, considerado como Educação Popular [...] a educação de adultos está tratada em conjunto, [...] ela é parte da educação popular, pois a difusão da escola elementar inclui as escolas noturnas para adultos”.<sup>28</sup>

Entretanto, a instituição investigada nesta pesquisa — Escola Machado de Assis, de ensino primário noturno — não se alinhou à caracterização da educação popular no decênio de 1940, ou seja, educação de jovens e adultos. De fato, trata-se de uma escola pública noturna frequentada, de início, por adultos trabalhadores, depois por crianças e adolescentes que ajudavam os pais na lida diurna; mas ela é orientada ao ensino primário seriado, e não ao ensino técnico-profissional. Dessa forma, convém entender o ensino primário e verificar o movimento da escola pública primária noturna no Brasil, em Minas Gerais e em Ituiutaba (isto é, tentar saber que sentido o poder social, político ou econômico local deu à escolarização pública primária noturna para solidificar os ideais municipais republicanos via educação formal). Ver o ensino primário nessa ótica é importante porque este foi, durante muito tempo, a “[...] única forma de educação de adultos praticada no país”.<sup>29</sup> O pensamento de Carvalho,<sup>30</sup> Mourão,<sup>31</sup> Nagle,<sup>32</sup> Paiva,<sup>33</sup> Ribeiro,<sup>34</sup> Romanelli<sup>35</sup> e autores outros enriqueceram a análise das fontes documentais sobre ensino público noturno, em particular mensagens oficiais de presidentes da República e da Província de Minas Gerais, atas do Poder Legislativo municipal e legislação pertinente ao ensino público primário.

A escolarização — “Motor da história”, na expressão de Nagle<sup>36</sup> — tem de ser analisada à luz de elementos da cultura brasileira e de aspectos sociais, políticos e econômicos, justamente porque é parte dessa cultura e porque replica tendências e determinações que permeiam as instâncias social, política e econômica. Nela se estabeleceu a

<sup>27</sup> Cf. FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** 9 ed. São Paulo: Cortez. Instituto Paulo Freire – Guia da Escola Cidadã, 2007, p. 15, v. 5.

<sup>28</sup> PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil:** educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola. 2003, p. 57.

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> CARVALHO, 1989.

<sup>31</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889–1930).** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

<sup>32</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

<sup>33</sup> PAIVA, 2003.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira:** a organização escolar. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

<sup>35</sup> ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930–1973).** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>36</sup> NAGLE, 2001.

“[...] crença resultante daquele entusiasmo e otimismo, a forma mais acabada com que se procura responder aos desafios propostos pelas transformações sociais que acorrem a partir do segundo decênio do século XX”.<sup>37</sup> A escola vale, então, como projeto de ascensão e inserção social — valor patente já no fim do século XIX, no limiar da República. Com efeito, consideramos que a escola investigada foi demandada por um grupo social estabelecido que buscava condições melhores de cidadania urbana em um período de efetivação da civilidade; e que tal grupo viu a alfabetização escolar — institucionalizada — como caminho menos árduo à transição emancipatória de indivíduo para cidadão.

Segundo Saviani, a palavra instituição sugere algo que o homem cria, dispõe, organiza, constitui, forma; isto é, algo não dado.<sup>38</sup> Nas palavras desse autor,

Para satisfazer as necessidades humanas, as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem.<sup>39</sup>

Essa citação de Saviani sugere que não podem ser desprezados os fatores sociais nas diversas esferas em que se apresentam, pois constituem uma força maior e determinante dos rumos traçados pelas instituições que servem a um grupo dominante. Nessa lógica, foi delegada às instituições educacionais a missão de *escolarizar* e *organizar*; além disso, a institucionalização da educação proporcionou a *vigilância* e o *controle* legais de quem buscava ascensão social via escolarização — pessoas que serviam inconscientemente aos interesses do Estado vigente.

A organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar. Permitiu ultrapassar o sistema tradicional (um aluno que trabalha alguns minutos com o professor, enquanto fica ocioso e sem vigilância o grupo confuso dos que estão esperando). Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia de tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> NAGLE, 2001, p. 135.

<sup>38</sup> SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 4.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 5.

<sup>40</sup> FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008b, p. 126.

Como Foucault frisou, a organização escolar ofereceu mais possibilidades de vigiar as pessoas. No contexto da escola noturna aqui investigada, tal vigília tem significado ascendente, pois foi autorizada a funcionar em 1937 — conforme ata legislativa municipal —, início de um período político repressivo e centralizador, cujo governo precisava “[...] ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família”.<sup>41</sup> Diante de tais questões, portanto, constata-se que

[...] a educação escolarizada não se converterá em fator social construtivo, na sociedade brasileira, enquanto não se processar a correção das deficiências quantitativas e qualitativas do sistema de ensino, bem como a superação das limitações apontadas na utilização dos recursos educacionais, mobilizados pelos diferentes tipos de escola.<sup>42</sup>

A tentativa de compreender a escolarização noturna no município de Ituiutaba exigiu, então, estudar o ensino noturno primário no país e no estado de modo a elucidar como aspectos políticos, sociais e econômicos corroboraram a criação e o funcionamento da primeira escola de ensino noturno oficial da cidade. Tal entendimento é primordial para esclarecer certas questões em torno do objeto desta pesquisa: uma escola noturna criada como escola primária, em 1941.<sup>43</sup>

### 1.1 Escola primária até 1960

Uma vez proclamada, a República brasileira seguiu o modelo político dos Estados Unidos, isto é, o sistema presidencialista. Na primeira Constituição republicana (1891), lê-se que “[...] estão inscritos princípios federalistas que contribuem para aumentar o poder e autonomia das antigas províncias, agora Estados”.<sup>44</sup> Tal poder e autonomia se estenderam à construção do sistema de ensino pelos estados; visto que um estado não poderia interferir na jurisdição do outro, suas ações independiam e, naturalmente, muitas vezes eram díspares. “Isso acabou gerando uma desorganização completa na construção do sistema educacional, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros.”<sup>45</sup> Nesse momento, o governo se preocupava com a solução de problemas educacionais mais graves, ou seja, com mudanças que ajudassem a formar o homem público republicano sob influência da filosofia positivista. Cury constata que, “[...] com uma influência considerável nos primeiros anos da República, esse movimento

<sup>41</sup> FOUCAULT, 2008b, p. 281.

<sup>42</sup> FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966, p. 44.

<sup>43</sup> Conforme registros encontrados na 40ª Superintendência Regional de Ensino, em Ituiutaba.

<sup>44</sup> VIEIRA, Sofia Lerche; FARIA, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**. Brasília: Liber Livros, 2007, p. 75.

<sup>45</sup> ROMANELLI, 1987, p. 42.

esteve presente tanto por meio de iminentes representantes no aparelho de Estado, como em organizações da sociedade civil”.<sup>46</sup>

A educação pública foi vista como fundamental à consolidação dos ideais republicanos, e nesse contexto o verbete público se referia ao “[...] que é pertinente ao Estado, reconhecido como guardião dos interesses maiores e gerais, acima das dimensões privadas e dos interesses particulares”.<sup>47</sup> Na mensagem presidencial à constituinte de 1890, o presidente Marechal Deodoro da Fonseca reconheceu o “[...] momento problema da instrução pública” e expressou suas aspirações relativas a esta nos seguintes termos:

Por igual, cogitamos do momento problema da instrução pública a que tem sido dada nova e mui diversa orientação. Devendo a República levar a todos os pontos dos seus domínios territoriais os elementos do progresso material que armem as populações para a luta pela vida e pela pátria, indispensável é esclarecer-lhes, de par, o entendimento, que deve ter horizontes amplíssimos e claros.<sup>48</sup>

Essa mensagem oficial deixa entrever a intenção de que o Estado interviesse mais na sociedade, sobretudo na instrução escolar. A educação pública deveria garantir a formação do brasileiro republicano, pois já se havia proclamado o novo sistema de governo. Os valores desse brasileiro deveriam, então, estar inebriados de uma consciência moral que munisse a população “[...] para a luta pela vida e pela pátria”. A instrução pública — que cabia ao Estado, da organização à manutenção — deveria lhe possibilitar entender seus direitos e deveres na nova ordem social que se pretendia estabelecer. Essa ênfase na educação do povo — diz Schelbauer<sup>49</sup> — marcou a segunda metade do século XIX; em suas palavras, foi

[...] atribuído ao Estado a função de difundir entre o povo as primeiras letras, desencadeando um amplo movimento em prol da difusão da educação popular, que culminou com a intervenção do Estado na criação da escola primária de ensino obrigatório, laica e gratuita e na consequente organização dos Sistemas Nacionais de Ensino, em diversos países.<sup>50</sup>

Nesse contexto — diz Cury —, “[...] a jurisdição relativa ao ensino (então) primário e às escolas de formação de professores (normal) para este ensino permaneceu com os

<sup>46</sup> CURY, 2010, p. 33.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>48</sup> BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do chefe do governo provisório Manoel Deodoro Fonseca dirigida ao Congresso Nacional em 15 de novembro de 1890**. P. 12. Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1278/000001.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

<sup>49</sup> SCHELBAUER, Analeta Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2006.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 133.

estados”.<sup>51</sup> Tal ensino urgia por reformas convergentes para as prerrogativas republicanas de progresso,<sup>52</sup> ou seja, para as “[...] ideias relativas à importância da educação do povo como fator capaz de contribuir para o ‘progresso’ do país”, difundidas na intelectualidade brasileira no século XIX”.<sup>53</sup> Assim, foram feitas reformas para renovar a instrução pública.

A primeira reforma foi a Benjamim Constant. “[...] fortemente influenciada pelas ideias positivistas, à época defendidas por Rui Barbosa”,<sup>54</sup> veio aprovar o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal mediante o decreto 981, de 8 de novembro de 1890. A reforma foi proposta no governo provisório do general Manoel Deodoro da Fonseca<sup>55</sup> e tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, assim como a gratuidade da escola primária. O Art. 2º do decreto 981 estabeleceu que a educação primária fosse estruturada em dois níveis: primeiro grau (para alunos na faixa etária 7–13 anos) e segundo grau (para discentes na faixa etária 13–15 anos). Dentre outros pontos, a reforma intentou transformar o ensino em formador de alunos para cursos superiores, e não só apenas preparador, bem como substituir a predominância literária pela científica, o que resultou no “[...] acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico”.<sup>56</sup>

Essa reforma não logrou o êxito esperado. Mourão<sup>57</sup> relata que Benjamim Constant foi criticado até por correligionários positivistas como Teixeira Mendes, para quem ele fora seduzido por uma miragem positivista. Assim, “[...] era de se esperar, pois, [que] ficassem os estados em expectativa e que os seus congressos legislativos nada introduzissem de definitivo no ensino”.<sup>58</sup> Além disso, não foi considerada a nova estrutura econômica e social que se desenhava na formação do povo, em que se via na educação um instrumento de mobilidade social capaz de definir os estratos sociais; logo, “[...] a escola republicana não tinha por objetivo central desenvolver a mobilidade social”.<sup>59</sup> Segundo Romanelli,<sup>60</sup> essa reforma foi a mais ampla da primeira República; mas só alguns pontos foram concretizados, dados a

<sup>51</sup> CURY, 2010, p. 36.

<sup>52</sup> Ao definir o vocábulo progresso, “[...] Augusto Conte exalta o progresso como ideia diretriz da ciência e da sociologia, considerando-o como o desenvolvimento da ordem” — cf. ABBAGNANO, 1998, p. 799.

<sup>53</sup> PAIVA, 2003, p. 36.

<sup>54</sup> VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 77.

<sup>55</sup> Nesse momento, o general de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães era ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, para a Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal.

<sup>56</sup> RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez & Moraes, 2000, p. 49.

<sup>57</sup> Cf. MOURÃO, 1962.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>59</sup> DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 3, set./dez. 2008, p. 383. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em: 22 abr. 2010.

<sup>60</sup> ROMANELLI, 1987.

infraestrutura precária e o apoio das elites — as quais “[...] viam nas ideias do reformador uma ameaça perigosa à formação da juventude, cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrática — rural”.<sup>61</sup> Convém ressaltar, portanto, que os princípios da reforma Benjamin Constant nortearam a Constituição de 1891, que deu liberdade, laicidade e gratuidade ao ensino primário; como signo fundante da República, ela traz “[...] inscrita em seu texto a bandeira da laicidade, assim como a separação entre os poderes”.<sup>62</sup>

Em Minas Gerais, a lei 41, de 3 de agosto de 1892, instituiu a reforma Afonso Pena, para rever a instrução pública; também influenciada pelo positivismo, era clara sua tendência ao “[...] enciclopedismo no currículo e nos programas de ensino primário e do normal”.<sup>63</sup> À época, as escolas isoladas reinavam no país; muitas vezes precárias, revelavam disparidades entre os estados, pois alguns tinham mais recursos político-econômicos. São Paulo se destacava nesse cenário e, em 1893, foi contemplado com o primeiro grupo escolar republicano<sup>64</sup> — outra tentativa de organizar o ensino e uma parcela da sociedade, ávida por progresso no novo regime que se instaurava.

Os princípios reformistas compunham, então, a pauta de debates dos segmentos sociais organizados para suprir as necessidades emergentes da sociedade republicana. As reformas na instrução pública ocorriam na República toda; com suas iniciativas, tentativas e peculiaridades, cada estado buscava cumprir os novos ideais republicanos de progresso. A educação pública era a mola mestra da pretensa civilidade republicana.

O debate entre intelectuais, políticos e educadores paulistas fluía para um tipo de escola primária que pretendia se moderna e diferente daquela existente no Império: carente de edifícios, livros didáticos e mobiliário, precária em pessoal docente qualificado para o ensino de crianças e distante dos modernos métodos pedagógicos. Nesse sentido, para a recém-instalada república brasileira, a experiência inovadora das escolas primárias graduadas — ou grupos escolares, como vieram a ser denominados — foi entendida como um investimento que contribuía para a consolidação de uma intencionalidade que procurava, por sua vez, esquecer a experiência do Império e apresentar um novo tipo de educação que pretendia ser popular e universal.<sup>65</sup>

---

<sup>61</sup> ROMANELLI, 1987, p. 42

<sup>62</sup> VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma:** legislação educacional no Brasil — Império e República. Brasília: Líber Livros, 2008, p. 66.

<sup>63</sup> MOURÃO, 1962, p. 21.

<sup>64</sup> Cf. BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil** — século XX. Petrópolis: Vozes, 2005; RIBEIRO, Betânia de O. Laterza.; SILVA, Elizabeth Farias da. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003.

<sup>65</sup> BENCOSTTA, 2005, p. 69.

Para Saviani, a reforma em São Paulo foi a mais avançada dos estados porque foi

[...] pioneira na organização do ensino primário na forma de grupos escolares [...] embora essa reforma paulista não tenha chegado a se consolidar, a tendência que ela representava acabou por se impor, como se pode perceber pelas várias reformas de instrução pública encetadas por diversos estados do país na década de 1920.<sup>66</sup>

Os grupos escolares se constituíram como escolas graduadas. Mas em vários estados deram lugar à implantação de escolas reunidas por causa de fatores diversos, a exemplo do alto custo de implantação ou da “[...] resistência oferecida por grupos sociais a um modelo escolar que supunha o afastamento das crianças do lar (e do trabalho produtivo) e a supremacia da autoridade da escola (e de seus representantes)”.<sup>67</sup>

Inspirado no modelo paulista, o primeiro grupo escolar de Minas foi criado em 1906, na capital Belo Horizonte, “[...] cidade projetada e construída para dar visibilidade à ‘modernidade’ republicana”.<sup>68</sup> Faria Filho afirma que a criação de grupos escolares era defendida não só para “organizar” o ensino, mas também — e sobretudo — como “[...] forma de ‘reinventar’ a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos sociais), pretendidos pelas elites mineiras”.<sup>69</sup>

O primeiro grupo escolar de Ituiutaba foi implantado em 1910, com o nome de Grupo Escolar de Villa Platina, replicando a denominação do município à época. De alguma forma, a política econômica do município corroborou a implantação desse grupo escolar; naquele momento, a rizicultura e a criação de gado respondiam pela produção econômica, “[...] mas havia um prognóstico de a cidade industrializar-se. Pode-se inferir, portanto, a capacidade de sua elite para pressionar a nova modalidade de ensino primário”.<sup>70</sup> A “elite” ituiutabana — seja econômica, social ou política — queria estimular o comércio e a indústria da cidade, promovidos pela produção agropecuária e pela intensificação da vinda de famílias sírio-

---

<sup>66</sup> SAVIANI, Dermeval. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 11.

<sup>67</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes; SOUZA, Rosa de Fátima. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 8–9.

<sup>68</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 42.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>70</sup> RIBEIRO; SILVA, 2003, p. 31.

libanesas para a cidade.<sup>71</sup> Também se preocupou com a escolarização pública, pois nesse rincão próspero do Pontal<sup>72</sup> do Triângulo Mineiro eram escassas as escolas públicas (QUADRO 1). Graças à falta de registros oficiais à época, é incerto o número de habitantes na década de 1910 — os registros começaram em 1920 (TAB. 1).

QUADRO 1  
Escolas urbanas em Ituiutaba — 1901–10

PERÍODO	ESCOLAS PÚBLICAS	ESCOLAS PARTICULARES
1901–10	Grupo Escolar de Villa Platina	Escola do professor José de Alencar Escola do Professor Afonso José Colégio Santa Cruz Externato/Colégio São Luiz Colégio Santo Antônio

Fonte: OLIVEIRA, 2003, p. 55.

TABELA 1  
População de Ituiutaba segundo a idade — 1920

ATÉ 6 ANOS	7–14 ANOS	15–20 ANOS	21–29 ANOS	30–39 ANOS	40–49 ANOS	50–59 ANOS	60 ANOS E MAIS	IDADE IGNORADA	TOTAL
5.221	4.975	2.875	3.160	2.026	1.395	682	416	22	<b>20.772</b>

Fonte: BRASIL, 1920.

Portanto, segundo Ribeiro e Silva,<sup>73</sup> foi necessário promover o aumento do número de alunos no primeiro grupo escolar de Ituiutaba em seus anos precípuos para cumprir a exigência de frequência. Assim, “[...] tornou-se obrigatório no município o ensino primário no meio urbano e rural, pois com tal medida seria conseguida a frequência necessária demandada pela Lei da Reforma João Pinheiro afeita aos grupos escolares”.<sup>74</sup> Araújo ressalta que “[...] os grupos escolares como política republicana eram resultado de intervenções — que, indo além das inovações, se propunham a direcionar a correção de problemas sociais e educativos percebidos”.<sup>75</sup> O grupo escolar impôs novos hábitos no município, não só na cidade, mas também no campo, visto que em Ituiutaba, como no país todo, a maior parte da população era

<sup>71</sup> Cf. GOMES, Humberto Teodoro. A colônia sírio-libanesa em Ituiutaba. **Acaiaaca**. Belo Horizonte, v. 54, p. 83–84. 1953.

<sup>72</sup> Ponta do Triângulo Mineiro, que vem a ser uma das regiões de planejamento do Estado de Minas Gerais.

<sup>73</sup> Cf. RIBEIRO; SILVA, 2003.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 31.

<sup>75</sup> ARAÚJO, José Carlos de Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 239.

rurícola.<sup>76</sup> O direcionamento oferecido pelo grupo escolar fez deslocarem, do campo para a cidade, crianças de 7 a 12 anos de idade.<sup>77</sup>

Em 1927, o grupo escolar ganhou novo prédio e nova denominação: Grupo Escolar João Pinheiro.<sup>78</sup> Com seu esplendor, radiava a modernização pretendida pela República no município mineiro, ainda com uma economia de base agropecuarista. Além de marco progressista de Ituiutaba e do Triângulo Mineiro, foi como um celeiro na urbanidade que se desenhava, pois abrigou instituições importantes desprovidas de espaço físico para se estabelecer e dar voz a seus sujeitos, as quais incluem o Batalhão do Cabo Firmino (1920; cf. FIG. 1), a Escola Noturna 13 de Maio (1937), a Escola Noturna “Machado de Assis” (1941) e o Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva (1948).<sup>79</sup> O “batalhão” merece uma observação relativa ao cotidiano da cidade. Na década de 1920, os cidadãos tijucanos ainda não dispunham de um espaço próprio à prática de atividades físicas. Essa falta deu azo a uma relação estreita da força policial com o grupo escolar. Segundo informa um memorialista tijucano,

Na falta de melhores padrões de esportividade, o “Grupo” manteve, por algum tempo o Batalhão do Cabo Firmino, comandado por esse cabo da força policial. Era integrado pelos alunos mais adiantados, com uniforme azul e branco, bonezinho na cabeça, [pel]os graduados, cabos e sargentos, ostentando suas divisas na manga do braço esquerdo, armados de espadas, e [pel]os subalternos de espingardinhas, ambas de madeira leve, caprichosamente moldadas por um carpina da cidade. Desfilávamos pelas ruas nos dias festivos e feríamos combates simulados no cerrado e nas croas do alto do patrimônio municipal.<sup>80</sup>

As palavras de Chaves permitem supor que essa relação entre escola e militares pressupõe assimilação de valores e da conduta da força policial. O uso de apetrechos representativos como divisas na manga da camisa e imitações de armas (espadas e espingardas), a classificação entre subalternos e graduados e a simulação de combates embasam essa suposição. Além disso, a relação foi tão marcante na cidade, que alguns alunos do grupo escolar integraram a força policial depois.

<sup>76</sup> ROMANELLI, 1987.

<sup>77</sup> “Na legislação educacional do Império, a franja atingida pela escola elementar ia dos 5 aos 16 anos de idade (Lei 54, de 1868). Com a criação dos Grupos Escolares, foi reduzida, passando a ser dos 7 aos 12 anos (facultando o ingresso de crianças de 6 anos e de 13 a 16 anos de idade.” Cf. VIDAL, 2006, p. 8.

<sup>78</sup> Cf. FERREIRA, Ana Emilia Cordeiro Souto. **Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização:** a Escola Estadual João Pinheiro — Ituiutaba (MG). 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

<sup>79</sup> Cf. LIMA, Valéria Aparecida. O uno e o diverso na educação pública: a gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva no interior das Gerais. In: SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR; SEMINÁRIO DE DIDÁTICA DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10.; 4., 2009, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2009, p. 1–13.

<sup>80</sup> CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A loja do Osório.** Ituiutaba: Edição dos Autores, 1984, p. 399.



FIGURA 1 – Remanescentes do batalhão que desfilaram na comemoração do cinquentenário de Ituiutaba, em 1951, rememorando um tempo significativo para a história local; a fotografia sugere a importância do grupo: indumentária alinhada, feição séria, pose grave e disciplinada, reforçados pelo posicionamento no alto da escadaria tendo ao fundo o prédio do fórum; o posicionamento desses homens nesse importante espaço da cidade corrobora o intento de valorizar o grupo

Fonte: acervo pessoal de Maria Mirza Cury Diniz.

Pedagogicamente, o grupo escolar introduziu a ideia de ensino seriado e as classes homogêneas reunidas num mesmo prédio, numa direção só, em que o método intuitivo era “[...] peça central na institucionalização do sistema de educação pública modelar”.<sup>81</sup> Schelbauer<sup>82</sup> salienta que esse método se generalizou no Brasil na segunda metade do século XIX e atingiu seu auge no primeiro momento republicano, quando se lhe atribuiu a capacidade de reverter a ineficiência do ensino escolar.

Uma vez estabelecido o modelo de cidadão republicano, era primordial que os princípios de disciplina e higienização oferecidos pelos grupos escolares incutidos na sociedade elevassem a República ao progresso almejado. Mas as condições do ensino ainda preocupavam — e a preocupação foi expressa pelo presidente da República Nilo Peçanha em mensagem apresentada ao Congresso Nacional, quando diz que não lhe era

<sup>81</sup> CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 226.

<sup>82</sup> Cf. SCHELBAUER, 2006.

[...] lícito deixar sem reparo as condições em que se acham atualmente o ensino. A anarquia, que continua a subsistir em matéria de instrução, reclama dos poderes públicos as mais urgentes e patrióticas providências. Não há, quer para o estado, quer para o indivíduo, interesse superior ao que se relaciona com a elevação do nível moral e intelectual da coletividade. As instituições docentes e os aparelhos científicos que possuímos não correspondem infelizmente a esse ideal.<sup>83</sup>

Em Minas Gerais até esse período, sucederam-se reformas educacionais, algumas com pequenas modificações, outras que consideraram o momento econômico da província. Em 1899, houve uma nova organização da instrução, instituída pelo decreto 1.251, ou Lei Silvino-Campista. Essa organização previa que o Estado tinha de oferecer obrigatoriamente ensino primário gratuita a crianças de ambos os sexos da faixa etária 7–13 anos, diminuiu as categorias das escolas, classificando-as em urbanas e distritais, além de delimitar seu número, dada “[...] a situação econômica do Estado, na época”.<sup>84</sup> Outra reforma, a Silviano Brandão, de 1900, permitiu que os aluno se matriculassem nas escolas primárias em qualquer época do ano letivo e que os não matriculados no ano corrente se apresentassem para os exames finais.<sup>85</sup>

No governo de Artur Bernardes (1922–6), uma reforma significativa reorganizou o ensino primário. Pela lei 800, de 1920, as escolas primárias passaram a ser classificadas em três categorias: de primeiro grau, de segundo grau e grupos escolares. Para obrigar a instrução primária, essa lei tinha dispositivos severos, a exemplo da detenção por três dias de pais e tutores responsáveis por crianças de 7 a 14 anos de idade que não frequentassem a escola caso residissem a menos de três quilômetros desta.<sup>86</sup> Com base nessa reorganização, o Instituto João Pinheiro acolhia órfãos e menores desamparados ou entregues às autoridades policiais em regime de internato, do qual o aluno só sairia aos 21 anos de idade, salvo os de 17 anos que completassem sua instrução e tivessem garantias sociais de trabalho, moralidade e remuneração.<sup>87</sup> Embora o instituto fosse uma escola destinada à formação de operários para a agricultura, o ensino era elementar, primário.

Como se vê, no princípio da República, o país tropeçava em meio a tentativas legais e pressões sociais de “[...] afirmação nacional e constitucional da gratuidade e de uma maior

---

<sup>83</sup> BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do presidente da República Nilo Peçanha dirigida ao Congresso Nacional em 27 de maio de 1910**. Disponível em:

<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1299/000001.html>>. Acesso em: 2 dez. 2009, p. 26.

<sup>84</sup> MOURÃO, 1962, p. 56.

<sup>85</sup> Cf. MOURÃO, 1962.

<sup>86</sup> Cf. MOURÃO, 1962.

<sup>87</sup> Cf. MOURÃO, 1962.

presença da União no ensino primário”.<sup>88</sup> Houve várias tentativas de melhorar a qualidade da instrução pública, pensando-se na “[...] elevação moral e intelectual da coletividade” — diria Nilo Peçanha.

Em 1922, um projeto da Comissão de Instrução Pública criou o Conselho Nacional de Ensino (CNE), que acordava com os estados em relação às subvenções e à criação de escolas de ensino primário. Dentre outras resoluções, impunha que quem recolhesse ou abrigasse “[...] menores órfãos ou desvalidos e se utilizarem de seus serviços; todas as fábricas, oficinas e qualquer estabelecimento industrial ou comercial [...]” que admitissem menores de 16 anos de idade e pessoas analfabetas ficariam “[...] responsáveis pela sua instrução”.<sup>89</sup> Como justificativa da relevância do projeto, a Comissão de Constituição, em debate, disse que “[...] a instrução primária beneficia a grande massa da população. Além disso, o ensino primário é o que mais influencia na educação, o mais proporcionado à formação do caráter”.<sup>90</sup> O número de matrículas em meio à população com idade entre 5 e 19 anos no ensino primário aumentou em quase 300% entre as décadas de 1920 e 40; assim como aumentou em 22% a população nessa faixa etária (cf. TAB. 2).

TABELA 2  
Evolução da população e da matrícula no ensino primário na faixa etária 5–19 anos

ANOS	POPULAÇÃO	MATRÍCULA NO ENSINO PRIMÁRIO	
		Nº	%
20	12.703.077	1.033.421	8,13%
40	15.530.819	3.068.269	19,75%
50	18.826.409	4.366.792	23,19%

Fonte: ROMANELLI, 1987, p. 64

Nessa conjuntura, uma das reformas mais significativas foi a implantação dos grupos escolares para instrução primária, elementar. Em Ituiutaba, o grupo escolar representou mudança de costumes na *urbs*, ao oferecer a possibilidade de ensino gratuito, e constituiu o espaço em que surgiu a primeira escola de ensino noturno primário da cidade.

Até a década de 1930, o ensino não se organizava num sistema nacional. “Herdeiro da descentralização imperial, o ensino estava organizado em sistemas estaduais, sem articulação legal com o sistema central, funcionando relativamente independente de uma política nacional

<sup>88</sup> CURY, 2010, p. 37.

<sup>89</sup> PRIMITIVO, Moacyr. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942, p. 321.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 322.

de educação”.<sup>91</sup> Essa situação preocupava quem via na educação “[...] um instrumento de reconstrução nacional [...]” e quem a transformavam em “[...] palco de manobras políticas”.<sup>92</sup> As várias reformas educacionais nos estados entre os decênios de 1920 e 30 tentaram introduzir novas técnicas pedagógicas, e nesse contexto se destacaram alguns educadores chamados de escola-novistas.

Entretanto, o movimento da Escola Nova tonifica-se em 1932, quando um grupo de intelectuais preocupado em elaborar um programa de política educacional amplo e integrado lançou o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por educadores conceituados como Anísio Teixeira. A relevância dessa atitude é tal que Saviani vê o manifesto como um legado importante do século XX, porque “É um marco de referência que inspirou as gerações seguintes, tendo influenciado, a partir de seu lançamento, a teoria da educação, a política educacional, assim como a prática pedagógica em todo país”.<sup>93</sup> O manifesto propôs que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita.<sup>94</sup>

A Constituição Federal de 1934<sup>95</sup> acolheu os anseios dos chamados pioneiros da educação nova, defensores da integração educacional. Isso porque a educação passou a ser vista como direito de todos, a ser garantido pela família e pelos poderes públicos — o artigo 150 previa como competência da União “[...] fixar o plano nacional de educação, comprehensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País”.<sup>96</sup> A Carta também determinou que o ensino primário fosse integral, gratuito, de frequência obrigatória, extensivo aos adultos e com tendência à gratuidade do ensino educativo extraprimário para torná-lo mais acessível. Assim, a Lei Magna garantiu, ao adulto alfabetizado sem condições de pagar pela educação particular, a possibilidade de fazer o ensino fundamental extraprimário (pós-primário). Além disso, convergiu para os planos de renovação educacional e social que incluíam a possível oferta de ensino secundário a grupos sociais diferentes. (O manifesto propôs a unificação da escola primária com a educação secundária para que esta saísse da condição de escola de “um

<sup>91</sup> XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961). Campinas: Papirus, 1990, p. 82–3.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>93</sup> SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 35.

<sup>94</sup> Cf. BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 30, o Estado Novo e a redemocratização. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

<sup>95</sup> BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 16 de julho de 1934. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<sup>96</sup> BRASIL, 1934.

grupo social” voltada à adaptação das “[...] inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais”).<sup>97</sup>

Outro ponto defendido pela corrente renovadora e previsto pela Constituição foi a laicidade. Os católicos se opunham a essa corrente porque, supostamente, a laicidade e a coeducação feriam “[...] princípios da filosofia educacional católica”.<sup>98</sup> À parte as razões filosóficas, cabe salientar que a igreja monopolizava o ensino secundário — quase 90% desse ensino era particular, e a maior parte desse percentual estava nas mãos dela.<sup>99</sup> O artigo 153 da Carta de 1934 deu outro golpe nas intenções educacionais da igreja católica ao prescrever frequência facultativa para o ensino religioso e conformar sua prática aos “[...] princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”.<sup>100</sup>

Todavia, a igreja católica não esmoreceu, pois a escola particular se revigorou a partir de 1937, quando Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, isto é, uma severamente autoritária, como prova a imposição, pelas forças ditatoriais no poder, de uma nova Constituição, redigida por Francisco Campos, tido por alguns historiadores como o teórico principal do Estado Novo.<sup>101</sup> A nova Carta constitucional assegurava ao governante do país o direito irrestrito<sup>102</sup> de “[...] dirigir a política interna e externa, promover ou orientar a política legislativa de interesse nacional, e superintender a administração do País”.<sup>103</sup>

Com base no artigo 15, § IX, à União cabia privativamente “[...] fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”;<sup>104</sup> o artigo 130 previu que o ensino primário seria obrigatório e gratuito, mas não excluiria “[...] o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar”.<sup>105</sup> Dito de outro modo,

<sup>97</sup> O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA — 1932. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 3 set. 2010.

<sup>98</sup> BEOZZO, 1995, p. 298.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 299.

<sup>100</sup> BRASIL, 1934.

<sup>101</sup> Cf. CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981.

<sup>102</sup> Cf. VIEIRA; FARIAS, 2007.

<sup>103</sup> BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1937b. Art. 73. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> BRASIL, 1937b. Art. 73.

mesmo sendo gratuito e obrigatório o ensino primário, a educação pública serviria a quem provasse que precisava de instrução em virtude dos custos do ensino privado, o que fortalecia a diferença entre escola de ricos e de pobres. Nessa lógica, a concepção de educação no Estado Novo regrediu, pois a Constituição de 1934 ditava como dever do Estado prover a educação para todos, e não só a quem não tivesse recursos para se educar em instituições particulares.<sup>106</sup>

Nesse ínterim, Anísio Teixeira de Freitas, então à frente da Secretaria de Estudos Estatísticos do Ministério da Educação e Saúde, estabeleceu

[...] a coleta racionalizada dos dados estatísticos da educação. À vista dos dados preocupantes revelados pelo Serviço de Estatística, Freitas subsidia a 1ª Conferência Nacional de Educação de 1941, apontando a necessidade de se retornar à vinculação orçamentária para a educação. É o que se dá com o Decreto-Lei n. 4.958, de 12 de novembro de 1942, instituindo o Fundo Nacional do Ensino Primário advindo de tributos federais criados para esse fim. A ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país eram seus objetivos.<sup>107</sup>

A criação desse fundo foi conquista da gestão de Gustavo Capanema Filho, ministro da Educação e Saúde de Vargas entre 1934 e 45. Historicamente esse nível de ensino recebeu pouca atenção, logo “[...] a instituição de um fundo para financiá-lo lhe daria novo impulso”.<sup>108</sup> Como à época governo focava na guerra, historiadores como Cunha veem a instituição do fundo como esforço pessoal de Capanema, que — diria esse autor — acreditava que o recurso não teria subsídios vultuosos no início, mas que aos poucos cresceria e ajudaria a aparelhar a escola primária.<sup>109</sup>

O decreto-lei<sup>110</sup> que fixou o fundo previa que “[...] os auxílios federais estariam sujeitos a um Convênio Nacional do Ensino Primário, assinado em novembro de 1942, pelo ministro da Educação e representantes dos estados” — tal convênio só foi acionado pelo decreto-lei 5.293/1943, de 1º de março.<sup>111</sup> A fonte dos recursos do fundo, portanto, não foram especificadas; apenas foi estabelecido que proviriam de tributos federais a ser criados — o

<sup>106</sup> ROMANELLI, 1987.

<sup>107</sup> CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. *Educação e Sociedade: revista de educação*, Campinas: Cortez, v. 28, n. 100 — especial, out. 2007, p. 841. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2010.

<sup>108</sup> CUNHA, 1981, p. 135.

<sup>109</sup> Cf. CUNHA, 1981.

<sup>110</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº 4.958**, de 14 de novembro de 1942. Relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1942vVIIp342/pdf-20.pdf#page=2>>. Acesso em: 2 set. 2010.

<sup>111</sup> CURY, 2007, p. 840.

que aconteceu em agosto de 1944, quando se estipulou “[...] o adicional de cinco por cento sobre as taxas do imposto de consumo que incidam sobre as bebidas”.<sup>112</sup>

O debate sobre o ensino primário refletia a centralização política situacionista do Estado-Nação, em que pensava numa política educacional regulamentadora que abrangesse todas as esferas nacionais. Com efeito, a gestão de Capanema foi marcada pela reforma do ensino secundário e universitário. O país já havia definido e aprovado as bases da educação com a elaboração das leis orgânicas do ensino, conhecidas como reforma Capanema. Como a expansão do setor terciário urbano e a constituição de classes (média, proletariado e burguesia industrial) resultante da intensificação do capitalismo configuravam uma nova ordem econômica e social, era preciso adequar a educação a essa realidade; ou seja, reformar e padronizar o sistema nacional de educação.

Romanelli<sup>113</sup> vê a reforma como parcial porque não abrangeu todos os níveis de ensino de uma só vez — as leis se referiam a cada ramo de ensino separada e isoladamente. Dada a necessidade de preparar a força de trabalho, o curso secundário foi eleito para formar os dirigentes do país; os ramos da educação profissional foram designados a estes setores da produção: primário — ensino agrícola; secundário — ensino industrial; terciário — ensino comercial; e ensino normal — formação de professores.<sup>114</sup>

Segundo Cunha, “A Lei Orgânica do Ensino Primário, muito embora tenha sido elaborada na gestão de Gustavo Capanema, só foi assinada em 1946”.<sup>115</sup> Mais que isso, foi o que deu a tônica na educação primária, modalidade de ensino destinada às massas, isto é, que abrangia grande parcela da população. A importância da lei orgânica “[...] decorre do fato de ter concretizado a participação do governo federal neste nível do ensino. A última reforma do ensino primário tinha sido feita no século passado — ano de 1827”<sup>116</sup> (Nesse caso, *última* de alcance nacional, como queria a lei orgânica<sup>117</sup> ora discutida, conforme esclarece Cunha.)

As reformas parciais operadas pelos renovadores, na década de 20, haviam atingido em cheio a escola primária. Poucas dessas inovações, que eram predominantemente metodológicas, efetivamente vingaram. Não apenas se ressentiam da falta do respaldo de um plano coerente e doutrinariamente consistente, como careciam dos recursos materiais e

<sup>112</sup> CUNHA, 1981, p. 137.

<sup>113</sup> ROMANELLI, 1987.

<sup>114</sup> MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

<sup>115</sup> CUNHA, 1981, p. 134.

<sup>116</sup> Ibidem, p.134.

<sup>117</sup> Cf. AGUIAR, José Márcio. *Coletânea Mai da legislação federal do ensino*: da reforma Benjamin Constant — 1891 à reforma Darcy Ribeiro — 1996. Belo Horizonte: Lancer, 1997.

humanos necessários a sua manutenção e a sua continuidade. De acordo com as circunstâncias políticas, eram efetivadas e abandonadas. Contudo, essas mudanças parciais e descontínuas apenas contribuíram para acentuar as diferenças regionais, na ausência de diretrizes gerais norteadoras. Essa constituiu a tarefa precípua da Reforma Capanema quanto aos ensinos primário e normal.<sup>118</sup>

Essa reforma previu duas categorias para o ensino primário: fundamental — elementar e complementar, para crianças com idade entre 7 e 12 anos — e supletiva — para adolescentes e adultos, com duração de dois anos e incluindo estas disciplinas: Leitura e linguagem oral e escrita, Aritmética, Geometria, Geografia e História do Brasil, Ciências Naturais e Higiene, Noções do Direito Usual (legislação do trabalho, obrigações da vida civil e militar) e Desenho. Além das disciplinas do supletivo, o primário fundamental elementar incluía trabalhos manuais, canto orfeônico e educação física, ampliava os grupos de disciplinas e promovia atividades educativas como práticas referentes a atividades econômicas da região. Findo o Estado Novo, o projeto educacional de Capanema “[...] havia exaurido seu conteúdo ético e mobilizador, deixando em seu lugar uma parafernália de leis, instituições e rotinas que haviam sido montadas nos anos anteriores. Ficou, por assim dizer, sem alma”.<sup>119</sup>

Os historiadores da educação tendem a ver a Lei Orgânica do Ensino Primário, “Promulgada em plena fase do ‘retorno à normalidade democrática’”,<sup>120</sup> como menos autoritária que os decretos-leis vindos antes dela e que se referiam aos ensinos superior, médio, secundário e profissional; a esses níveis de ensino era dado um tom mais autoritário, que enfatizava acirradamente as questões patrióticas. Para Xavier, era normal que suas diretrizes para o ensino primário fossem marcadas por “[...] tendências mais democráticas, uma vez que esse era o nível de ensino em que a escola pública, realmente se destinava às camadas populares, ao contrário dos níveis secundário e superior, historicamente reservados à formação das elites”.<sup>121</sup> Contudo, esse ensino afeito não às elites condutoras, mas à população em geral tinha como finalidade primeira iniciar seu público-alvo na cultura a fim de que este desenvolvesse virtudes morais e cívicas. Dessa finalidade pode se deduzir a pretensão de enfatizar o ensino patriótico, também, nas camadas populares. O artigo 1º do cap. I da lei cita outra finalidade: “[...] elevar o nível

---

<sup>118</sup> XAVIER, 1990, p. 117.

<sup>119</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Org.).

**Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 280.

<sup>120</sup> XAVIER, 1990, p. 117.

<sup>121</sup> Ibidem.

dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho”,<sup>122</sup> o que mostra que a preocupação com a formação para o trabalho permeava as instâncias do ensino primário.

A reforma de 1946 reporta o financiamento da educação primária “[...] ao Decreto-Lei nº 4.958, de novembro de 1942, que havia instituído o Fundo Nacional de Educação Primária”.<sup>123</sup> Isso sugere que tal fundo teve repercussão ampla após 1946. Cabe ressaltar que a Constituição de 1946 manteve a conquista da Carta de 1934 quanto à competência da União de “[...] legislar sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional”,<sup>124</sup> anseio dos pioneiros da educação nova. Florestan Fernandes considera que a Lei Magna de 46 de fato propunha democratizar do ensino, visto que seus constituintes

[...] observaram princípios decididamente democráticos na área da educação. Formularam garantias essenciais à existência e à liberdade da escola particular, leiga ou confessional. Consagram diretrizes que poderiam redundar em maior participação crescente do Estado na instituição, melhoria e ampliação da rede gratuita de ensino — da escola primária à escola superior.<sup>125</sup>

#### Ainda segundo Fernandes, a democratização do ensino

[...] foi um dos mais pesados encargos herdados pela República no Brasil. De fato, a instrução fora um privilégio aristocrático na antiga ordem social escravocrata e senhorial; assim, se manteve, com variações insignificantes na essência, ao longo de mais de meio século de experiências republicanas, pelo menos nos setores da sociedade brasileira que conservaram com maior tenacidade a concepção tradicionalista do mundo e os hábitos sociais correspondentes.<sup>126</sup>

Em Ituiutaba, essa democratização se traduzia nas oportunidades de escolarização noturna oferecidas pela Escola Machado de Assis, cujos liames seguiram a Lei Orgânica do Ensino Primário. Porém, se essa lei era soberana, não se pode afirmar. Isso porque a escola Machado de Assis apresenta contradições que a fazem destoar do cenário regional das instâncias mais elevadas da nação. A escola era de ensino primário noturno, pois seu público-alvo tinha de trabalhar para garantir a sobrevivência. Criada em 1941, oferecia ensino

<sup>122</sup> BRASIL. **Decreto-lei n. 8. 529**, de 2 de janeiro de 1946a. Lei Orgânica do Ensino Primário. In: AGUIAR, 1997.

<sup>123</sup> CUNHA, 1981, p. 136.

<sup>124</sup> BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 18 de setembro de 1946b. Art. 5, XV. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 9 out. 2010.

<sup>125</sup> FERNANDES, 1966, p. 413.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 124.

elementar que previa leitura, linguagem oral e escrita, aritmética, geometria, geografia, história do Brasil e ciências naturais;<sup>127</sup> seu ensino era seriado em quatro anos, o que a excluía da categoria supletivo, haja vista que a lei previa que tal modalidade fosse oferecida em dois anos para adolescentes e adultos. Essa estrutura de funcionamento primário subsidiada pelo poder municipal vigeu durante todo o período de investigação proposto na pesquisa e abrangeu ainda a educação de menores.

O saldo das reformas feitas nas décadas de 1930 e 40 sedimentou o dualismo do sistema educacional, que reproduzia a “[...] discriminação e os privilégios da estrutura econômica social, mantidos e garantidos, tanto no regime político ‘democrático’ como no ‘autoritário’, sob o respaldo ideológico dos conservadores e liberais”.<sup>128</sup> No debate sobre a educação na República nova e no Estado Novo, o ensino primário, elementar deveria incluir as camadas populares, enquanto o ensino complementar — diga-se, extraprimário — seria oferecido aos mais favorecidos.

A abertura democrática pós-Estado Novo revigorou a discussão sobre os destinos do ensino escolar, e na reestruturação democrática a educação, cujos vínculos com o desenvolvimento econômico eram fortes, tendeu ao tecnicismo. Tal tendência foi expressa pelo presidente da República Juscelino Kubitscheck de Oliveira, em mensagem de 1956 ao Congresso Nacional:

No setor educacional, [...] do próprio plano de desenvolvimento ressalta a necessidade da formação de técnicos, sem os quais a expansão das indústrias e da agricultura não alcançará o ritmo desejado. Aí residirá uma das principais tarefas que serão empreendidas e que, pela importância de que se reveste, chega a assumir, ela própria, aspecto de problema de infra-estrutura.<sup>129</sup>

Aos estratos populares, restava a opção de uma instrução escola técnica a fim de contribuir para o desenho nacional desenvolvimentista que o presidente almejava. Em 1957, Kubitscheck ratificou essa tendência no Congresso Nacional ao afirmar que “Cursos complementares ao primário deverão ser criados, para orientação profissional dos escolares”.<sup>130</sup>

<sup>127</sup> Conforme relatou uma professora da época. ANDRADE, Lázara. Ituiutaba, 6 jul. 2010. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

<sup>128</sup> XAVIER, 1990, p. 119.

<sup>129</sup> BRASIL. Presidente, 1930–1964. *Mensagens presidenciais*, 1947–1964. Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros, João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978, p. 253.

<sup>130</sup> BRASIL, 1978, p. 278.

Nesse meio-tempo, a corrente privatista ganhou corpo, pois esse projeto para a educação “[...] mantinha o *status quo* educacional, ou nos ameaçava com uma marcha para trás”.<sup>131</sup> Voltou, então, “[...] o confronto entre os defensores da escola pública e os da escola ‘livre’, isto é, confessional”.<sup>132</sup> O que se discute, na verdade, é se a implantação de um sistema amplo e nacional de educação leiga, universal e gratuita deveria ser levada às últimas consequências “[...] ou se o governo deveria, em nome dos princípios de liberdade de pensamento e dos direitos da família, desmantelar a máquina administrativa ministerial e subsidiar a educação privada, em sua maioria de orientação católica”.<sup>133</sup>

Arrastada por anos, tal discussão só terminou com a promulgação, em 1961, da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei “[...] tende[u] muito mais para a segunda do que para a primeira alternativa, sem trazer realmente solução para os problemas mais profundos do sistema educacional brasileiro”.<sup>134</sup> Para Florestan Fernandes, no projeto de lei “[...] prevaleceram o descaso pela educação popular, a irresponsabilidade política e a indiferença perante os destinos da nação”,<sup>135</sup> e isso favoreceu a escola privada. O artigo 27 do capítulo II previa o ensino primário como obrigatório a partir dos 7 anos de idade e só “[...] ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento”.<sup>136</sup>

Nesse ínterim, a prefeitura de Ituiutaba se atentava ao ensino primário noturno, não supletivo, numa escola destinada a adultos e menores. Com isso, continuava um projeto que remontava ao período imperial: a escolarização primária à noite, ponto de partida para o caminhar das escolas públicas de educação noturna.

## 1.2 Escolas noturnas primárias no Brasil

A primeira escola de ensino noturno surgiu no Maranhão, em 1860.<sup>137</sup> Há dados<sup>138</sup> de que, entre 1869 e 86, funcionaram escolas noturnas para adultos nas capitais das províncias ou em alguns centros mais desenvolvidos. Já naquela época a escolarização à noite se

<sup>131</sup> FERNANDES, 1966, p. 347.

<sup>132</sup> SCHWARTZMAN et. al., 2000, p. 280.

<sup>133</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>134</sup> SCHWARTZMAN et. al., 2000, p. 281.

<sup>135</sup> FERNANDES, 1966, p. 426.

<sup>136</sup> BRASIL. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em:

<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024.%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024.%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2010.

<sup>137</sup> Cf. PAIVA, 2003.

<sup>138</sup> PRIMITIVO, 1936

vinculava a adultos analfabetos que não tiveram acesso à escola em idade própria e que não podiam frequentar aulas diurnas porque trabalhavam de dia. As iniciativas de oferecer escolarização partiram da ordem privada, mas tais escolas constituíram as primeiras formas de organização do ensino noturno no país assumidas pelo poder público.<sup>139</sup> Em 1878, o decreto 7.031, de 6 de setembro, estabeleceu que deveria haver curso noturno em cada escola do município da Corte para o sexo masculino;<sup>140</sup> nesse momento o governo dá um tom normatizador ao ensino à noite. Na Minas Gerais de 1886 havia “[...] 1.527 cadeiras criadas de instrução primária, inclusive 36 noturnas”.<sup>141</sup>

Após a euforia do proclamar da República e a decepção diante do caminhar lento do processo civilizatório — constatação pertinente à elite dominante —, o país tentava se esmerar com reformas em setores diversos a fim de ascender política, social e economicamente, tal qual civilizações europeias, mais desenvolvidas nessas instâncias. Assim, em 1906, a reforma João Pinheiro prescreveu um ensino primário, normal e profissional e obrigou o governo, dentro das possibilidades, a criar escolas noturnas para adultos, desde que a frequência fosse de, no mínimo, 30 alunos.<sup>142</sup>

As tentativas de aprimorar a educação nacional implicaram não só as reformas circundando a expansão e legislação escolar, mas também a introdução de métodos e técnicas estrangeiros, seguindo a tradição do país de importar ideias do Velho Mundo desde os tempos imperiais, sem considerar diferenças contextuais. Mesmo que a técnica advinda de fora possa ser seguida e até aprimorada, não herdamos a tradição, e isso faz diferença em sua implantação. Muitas técnicas importadas da Europa e dos Estados Unidos não se ajustam à realidade local, por isso não se estabelecem. Mourão salienta essa atitude importadora no governo da província mineira em 1835: “[...] é impressionante como o governo provincial, em época tão afastada, tivesse especiais cuidados com os métodos de ensino, a ponto de enviar à França dois técnicos [...] para estudar naquele país, a aplicação do ensino simultâneo”<sup>143</sup> — mesmo que ainda fossem aplicados, simultaneamente, o ensino mútuo e o método misto.

Os historiadores da educação no Brasil mostram que a política e a economia influenciaram muito a esfera da instrução escolar pública. Conforme Singer, “Durante a Primeira Guerra Mundial, os impedimentos ao comércio internacional deram forte impulso

<sup>139</sup> Cf. PRIMITIVO, 1936.

<sup>140</sup> Cf. COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À luz das lamparinas**. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860–1889). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

<sup>141</sup> MOURÃO, 1962, p. 15.

<sup>142</sup> Ibidem.

<sup>143</sup> MOURÃO, 1962, p. 12.

adicional a este processo de industrialização por substituição de importações”.<sup>144</sup> Com efeito, o movimento de industrialização acelerou no decênio de 1920, quando “[...] começa a se definir a passagem do sistema: baseado na agricultura de exportação, [que] orienta-se no sentido de uma sociedade semi-industrial”.<sup>145</sup> À época havia poucos estabelecimentos fabris modernos; a indústria era local, e a produção de alimentos, velas, móveis, vestuário, objetos de toucador, dentre outros, era artesanal. Os estabelecimentos comerciais eram “[...] operados por seus donos e familiares, com o eventual auxílio de alguns empregados”.<sup>146</sup> Nessa conjuntura econômico-social, muitas famílias recorriam à mão de obra dos filhos na lida comercial, assim eram resistentes aos grupos escolares que determinavam horários<sup>147</sup> para aulas e tarefas.

Segundo Paiva, os debates fomentados pela Primeira Grande Guerra trouxeram à tona “[...] a necessidade de expandir a rede de ensino elementar [...] [e] levantou também o problema da educação de adultos”.<sup>148</sup> Houve vários movimentos e muitas mobilizações em prol da educação popular cuja motivação eram o entusiasmo pela educação e o progresso do país. Intensificou-se a defesa da difusão maciça do ensino pela intelectualidade e por políticos preocupados com a imagem negativa do país no exterior e com a ampliação do colégio eleitoral.

Tal imagem era alimentada pelos índices de analfabetismo, então visto como doença que impedia o país de progredir como nações europeias. Era grande o preconceito contra o analfabeto, visto como “[...] ignorante, incapaz, cego, dependente, portador de uma doença grave, que precisa ser extirpada”.<sup>149</sup> Para extirpá-la, supunha-se que bastaria expandir o número de escolas,<sup>150</sup> como forma de difundir a educação: supostamente a cura para os males do país, sobretudo o analfabetismo. Portanto, o otimismo pedagógico foi caracterizado pelo fator *quantitativo* na difusão do ensino. Esse discurso antianalfabetismo justificou a restrição ao voto dos analfabetos e vinculou o problema do ensino (da ignorância) ao da higiene. Assim, a educação da massa pobre, ignorante, analfabeta se revestiu de um tom humanitário. Noutras palavras, “Entusiasmar-se pela educação ligava-se, assim, à demonstração de sistemas humanitários e à preocupação com o bem público”.<sup>151</sup>

---

<sup>144</sup> SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 213.

<sup>145</sup> NAGLE, 2001, p. 26.

<sup>146</sup> SINGER, 1995, p. 213.

<sup>147</sup> MOURÃO, 1962. Esse autor esclarece cuidadosamente os horários estabelecidos pelos grupos escolares.

<sup>148</sup> PAIVA, 2003, p. 196.

<sup>149</sup> SOARES, Leônicio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 257.

<sup>150</sup> Cf. PAIVA, 2003.

<sup>151</sup> PAIVA, 2003, p. 39.

Nesse ínterim, surgiu um grupo de profissionais da educação opositos à disseminação quantitativa da educação e favoráveis à qualidade da educação. Tal fenômeno foi denominado por Nagle de otimismo pedagógico.

[...] enquanto o entusiasmo pela educação se traduz na luta pela desanalfabetização — quando se mostra o valor civilizatório da simples transmissão do A. B. C. — desenvolvem-se outros aspectos do mesmo entusiasmo [...]; o problema que se propõe [agora] não é apenas o de aumentar quantitativamente as unidades escolares do grau primeiro; na verdade, trata-se de pensar a escola primária muito mais como etapa fundamental de formação do que de instrução.<sup>152</sup>

Paiva afirma que o “entusiasmo pela educação” justificou muitos movimentos educativos de mobilização social, estimulados talvez por estatísticas sobre o analfabetismo divulgadas pelos Estados Unidos em que o Brasil

[...] aparece como país líder, comprometendo o orgulho nacional, nesse momento muito estimulado através das Ligas de Defesa, das Ligas Nacionalistas, da campanha pelo serviço militar obrigatório; era preciso combater a “chaga do analfabetismo,” que nos envergonhava e nos impedia de pertencer ao grupo das “nações cultas”.<sup>153</sup>

Essa onda de mobilização educacional por causa dos índices movimentou a educação no período noturno. Tal modalidade, antiga na história da escolarização e normatizada pelo governo — vide o decreto 7.031, de 1878 — revigorou-se para cumprir as reivindicações populares que se valeram da agitação político-econômico-social das primeiras décadas da República. Ainda assim, sobre a escola de ensino noturna pairava a aura da não oficialidade, dado o seu caráter popular, quase filantrópico, caritativo.<sup>154</sup> Contudo,

[...] muitos professores que já realizavam, anteriormente, aulas noturnas por iniciativa própria, vão fundamentar suas solicitações de subvenção ao governo. No exame relativo ao aparecimento das escolas noturnas é possível perceber que o papel normatizador desempenhado pelo Estado se encontra articulado com ações promovidas pela sociedade civil.<sup>155</sup>

O primeiro grupo escolar noturno de Minas Gerais foi criada pelo decreto 4.726, em 1917. O Grupo Escolar Assis das Chagas dava oportunidade de escolarização a operários da

<sup>152</sup> NAGLE, 2001, p. 150–1.

<sup>153</sup> PAIVA, 2003, p. 37.

<sup>154</sup> Cf. COSTA, 2007.

<sup>155</sup> Cf. COSTA, Ana Luiza Jesus. As escolas noturnas da corte: Estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870–1889). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* 2006, p. 5.013–24, p. 5.013.

capital. Segundo Nogueira,<sup>156</sup> o ensino noturno no grupo escolar seria oferecido em quatro anos, e o das escolas isoladas em dois, entre 19h e 21h.

Com a criação de um grupo escolar noturno, a Secretaria do Interior determinou novas mudanças nos programas, o que foi feito por meio do Decreto n. 4930, de 06 de fevereiro de 1918, que estabeleceu um programa específico para o Grupo Escolar “Assis das Chagas” e outro para as escolas primárias isoladas noturnas e dominicais.<sup>157</sup>

Entretanto, os grupos escolares que fizeram mudanças sociais consideráveis esbarravam nos entraves socioeconômicos. Como não tinham infraestrutura convergente para seus princípios norteadores, entraram em crise. Noutras palavras, eram uma opção de custo elevado num momento em que se pretendia expandir quantitativamente as oportunidades de escolarização — ideal defendido pela intelectualidade entusiasmada pela educação. Em todo caso, é preciso deixar claro: “[...] tais correntes ou movimentos se colocaram — quanto aos padrões de pensamento e atuação — frente ao aspecto medular da ‘crise’ do sistema: civilização urbano-industrial *versus* civilização agrário-comercial”<sup>158</sup>

Em 1928, o presidente da República Washington Luís deu o tom do discurso sobre a educação em mensagem apresentada ao Congresso Nacional, quando definiu o vocábulo reformar, aplicado a vários setores da política governamental: “[...] reformar quer dizer dar outra forma, mudar, modificar, reorganizar”.<sup>159</sup> A mensagem presidencial permite ainda constatar a mudança feita na instrução pelas reformas:

O desenvolvimento do ensino no Brasil sofreu tão grande impulso no período republicano, e administrativamente foi tão modificado, que não pode causar admiração terem sido decretadas no assunto numerosas reformas. A situação criada pela instituição de novas normas pedagógicas e pela fundação de grande número de institutos de ensino equiparados aos oficiais exigia esse constante remodelamento da legislação, para atender a circunstâncias novas.<sup>160</sup>

Embora a preocupação com a instrução materializada em reformas tenha incluído a escolarização noturna, a atenção não foi maior do que aquela dada ao ensino diurno. Ora,

<sup>156</sup> NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A escola primária noturna na política educacional mineira — 1891–1924.** 2009. 453 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

<sup>157</sup> NOGUEIRA, 2009, p. 170.

<sup>158</sup> NAGLE, 2001, p. 132.

<sup>159</sup> BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do Presidente da República Washington Luís P. de Sousa dirigida ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1928.** P. 21. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1320/000003.html>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

<sup>160</sup> Ibidem, p. 67–8.

enquanto o número de grupos escolares diurnos crescia como símbolo do movimento civilizatório republicano — em 1919 chegavam a 127 grupos em Minas Gerais —, o aumento na quantidade de escolas noturnas era menor, pois nesse havia 26 nesse ano.<sup>161</sup>

Em 1920, para reorganizar o ensino primário, a lei 800, já citada, prescreveu, em seu artigo 35, que, onde houvesse escolas noturnas, pessoas analfabetas com idade superior a 14 anos e inferior a 18 anos deveriam frequentá-la “[...] até aprender a ler, escrever, fazer as quatro operações de aritmética, a regra de três e o sistema métrico”.<sup>162</sup> Também havia obrigação para empregadores, tendo em vista a alfabetização de funcionário e servidores públicos. Tal prescrição foi importante para promover a escola noturna. De fato, ela era objeto de debate, mas “[...] somente porque [a lei] imputava aos proprietários rurais a responsabilidade pela escolarização dos trabalhadores, o ensino noturno, ou a educação dos adultos, até o momento ainda não havia sido alvo da atenção dos legisladores”.

No decênio de 1920, o número de matrículas nas escolas noturnas aumentou progressivamente, assim como o de instituições de ensino noturno. A década abre caminho “[...] para as ideias e tendências que vão assinalar os agitados anos 30. Do ponto de vista educacional, como vimos, uma efervescência se manifesta em diferentes estados do país, onde são desencadeadas iniciativas de reforma”.<sup>163</sup>

Em 1924, o decreto 6.655, dividiu o ensino público primário em duas categorias: fundamental e complementar. As escolas primárias incluíam: 1) rurais, noturnas e ambulantes; 2) distritais e urbanas singulares; 3) urbanas reunidas e grupos escolares. As escolas noturnas são consideradas oficialmente, e o nível de ensino oferecido nelas é o elementar, primário. O aumento na quantidade de escolas noturnas em Minas aparece em mensagem enviada ao Congresso Mineiro em 1930 pelo então presidente da província Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, que faz um retrospecto do governo anterior. Como se vê na Tabela 3, as escolas urbanas aumentaram em 270% de 1926 a 1930 em Minas Gerais, enquanto as rurais aumentaram em 517,8%. O aumento das escolas noturnas foi de 289%. Mesmo que esse percentual seja relevante no caso das escolas de ensino noturno, nesse momento a maior parte da população vivia no campo, daí as escolas rurais serem mais relevantes ao propósito de civilizar o povo via alfabetização e, assim, desentravar o progresso do país, supostamente emperrado pelos índices de analfabetismo.

---

<sup>161</sup> Cf. NOGUEIRA, 2009.

<sup>162</sup> MOURÃO, 1962, p. 324.

<sup>163</sup> VIEIRA; FARIAS, 2007, p. 85.

TABELA 3  
Estabelecimentos educacionais em Minas Gerais

ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL	1926	1930
Escolas urbanas	214	578
Distritais	991	1.428
Rurais	706	3.656
Noturnas	39	113

Fonte: MINAS GERAIS, 1930.

TABELA 4  
Número e taxa de não alfabetizados na população com idade entre 5 anos ou mais e entre 10 anos ou mais — 1920–60

ANO/CENSO DEMOGRÁFICO	POPULAÇÃO BRASILEIRA		
	Total	Não alfabetizada	%
<i>População com 5 anos de idade ou mais</i>			
1920	26.042.442	18.549.085	71,2
1940	34.796.665	21.295.490	61,2
1950	43.573.517	24.907.696	57,2
1960	58.997.981	27.578.971	46,7
<i>População com 10 anos de idade ou mais</i>			
1940	29.037.849	16.452.832	56,7
1950	36.557.990	18.812.419	51,5
1960	48.839.558	19.378.801	39,7

Fonte: FERRARO, 2009, p. 86–7.

Com efeito, na meta republicana de civilidade e progresso via expansão da “[...] escola, [e] ‘nacionalizando’ as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada”,<sup>164</sup> o analfabetismo foi visto como a âncora capaz de impedir o país de rumar ao progresso. Essa suposição era tal, que a Constituição de 1891 proibiu o voto de analfabetos; porém, mais que proibição, tal voto era “[...] uma exclusão do direito à cidadania que somente será superada pela Constituição de 1988”.<sup>165</sup> Conceber a educação como direito político implicava lutar pela alfabetização das massas como forma de alterar os quadros eleitorais de então pela ampliação do sufrágio. Diante de um percentual alto de analfabetos (TAB. 4), a escolarização estava entre as prioridades mais altas num país onde as pretensões eleitoreiras supunham seu desenvolvimento.

No fim da primeira República,

[...] a composição do poder, perpetuada por um colégio eleitoral assentado sobre o sistema coronelista, frustrava qualquer modificação na estrutura política; nesse quadro, o voto se reduzia a um instrumento de vassalagem e as eleições a uma luta com resultados estabelecidos no mesmo momento em que o situacionismo escolhia os candidatos.<sup>166</sup>

<sup>164</sup> CARVALHO, 2000, p. 227.

<sup>165</sup> VIEIRA, 2008, p. 68.

<sup>166</sup> NAGLE, 2001, p. 13–4.

Nesse período, surgem muitos agrupamentos com denominação de partido político. Nas campanhas oposicionistas, voto e representação estão entre as questões centrais do debate.<sup>167</sup> Até então o analfabetismo de adultos não merecera atenção, não era problema.<sup>168</sup> Contudo, após a década de 1920, passou a ser supostamente um das grandes questões a ser resolvidas pela República brasileira. Além de frear o desenvolvimento econômico, a imensa parcela analfabeta da população estaria alijada do movimento eleitoral. Certamente, nesse período a criança era escolarizada para se prevenir o analfabetismo adulto, pois ela se tornaria um adulto alfabetizado, isto é, porque os adultos não alfabetizados diminuiriam aos poucos. Como houve uma “[...] transferência considerável de populações rurais para centros urbanos” (TAB. 5),<sup>169</sup> era preciso alfabetizá-la, porque isso era requisito do direito ao voto. A educação escolarizada após 1930 se estruturou, então, tendo em vista a inserção política de parte da população que se encontrava à margem do sistema político republicano.

TABELA 5  
Aumento da população urbana no Brasil — 1900–60

ANOS	1900	1900	1940	1950	1960
% de população urbana	10	16	31	36	46

Fonte: ROMANELLI, 1987, p. 62.

À parte a motivação política para o projeto republicano de escolarizar a população, havia outras razões para tal.

A profilaxia rural, a higiene, a justiça, a imprensa, o voto, a agricultura, o alcoolismo dependem diretamente da formação da inteligência e do caráter do povo. Todos os esforços no sentido de resolver tais problemas não deixam de dar frutos, mas não os resolverão definitivamente senão através da educação das massas.<sup>170</sup>

Com efeito, além de fazer uma parcela maciça da população rural rumar para a cidade, o aceleramento da industrialização teve impacto na expectativa de vida, que aumentou, sobretudo, em razão da “[...] importação de técnicas de saúde mais modernas”<sup>171</sup> e da assistência higienista, na “tarefa sobre todas essencial de formar novos homens para novas idéias”.<sup>172</sup> A Tabela 6 apresenta os coeficientes de natalidade e mortalidade entre 1871 e

<sup>167</sup> Cf. NAGLE, 2001, p. 9–21.

<sup>168</sup> Cf. FERRARO, 2009; PAIVA, 2003.

<sup>169</sup> PATARRA, 1995, p. 261.

<sup>170</sup> MINAS GERAIS, 1930, p. 28.

<sup>171</sup> PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995, p. 247–68, p. 257.

<sup>172</sup> MINAS GERAIS, 1930, p. 38.

1960. Como se vê, houve diminuição da natalidade em comparação com os óbitos no mesmo período. Porém, mesmo caindo o coeficiente natalício, houve aumento no índice populacional (TAB. 6), graças a melhorias nas condições de saúde e à assistência higiênica.

TABELA 6  
Coeficientes de natalidade e de mortalidade no Brasil — 1871–1960

PERÍODO	NASCIMENTOS /1.000 HAB.	ÓBITOS /1000 HAB.
1871–1900	46,6	29,5
1891–1900	46,0	27,8
1901–1920	45,0	26,4
1921–1940	43,5	24,8
1941–1950	44,4	20,0
1951–1960	43,3	14,2

Fonte: PATARRA, 1995, p. 256.

Após 1930, a dinâmica populacional foi marcada pelo crescimento vegetativo intenso e pela migração interna ampla, que viabilizou um modelo de desenvolvimento concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em recursos naturais amplos e na pobreza extrema da população rural.<sup>173</sup> Mesmo com a consolidação do processo de industrialização iniciado após a Primeira Grande Guerra, a grande massa rural que migrou para a cidade não tinha condições de consumo, o que fomentou pouco a indústria. Essa situação se efetivou aos poucos para se afirmar depois da Segunda Guerra Mundial.<sup>174</sup> Sem condições materiais de viver dignamente na cidade, enfrentando distorções sociais e alijada dos círculos políticos e econômicos, essa parcela populacional via na educação uma forma de mobilidade social, uma porta de entrada ao novo desenho social do país.

Na gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal — hoje município do Rio de Janeiro —, Paschoal Leme organizou o ensino supletivo.<sup>175</sup> Como observa Paiva, após a revolução de 1930, os sistemas comuns de ensino e os supletivos cresceram; “[...] entre 1932 e 1937, a matrícula geral em todo país no ensino supletivo havia se elevado de 49.132 a 120.826”.<sup>176</sup> Mas no fim do ano letivo (cf. TAB. 7) esse número decrescia, dadas as dificuldades encontradas por quem frequentava a escola à noite. A maioria dos alunos eram trabalhadores que tinham de superar o cansaço da lida diária para enfrentar a

<sup>173</sup> Cf. PATARRA, 1995.

<sup>174</sup> Cf. SINGER, 1995.

<sup>175</sup> Cf. SOARES; GALVÃO, 2005.

<sup>176</sup> PAIVA, 2003, p. 201.

lida escolar noturna. Segundo Ribeiro,<sup>177</sup> na evasão e repetência desse alunado noturno pode se apontar o fator cansaço como algo que impedia os alunos de se interessaram pela aula.

TABELA 7  
Alunos de ambos os sexos matriculados ao se encerrar o ano letivo de 1937

UNIDADES FEDERATIVAS	SEGUNDO A NATUREZA DO ENSINO	
	<b>Fundamental</b>	
	<i>Comum</i>	<i>Supletivo</i>
Minas Gerais	412.686	12. 219
Brasil	2.284.904	89.916

Fonte: BRASIL, 1937b.

Comparando-se esses dados com as estatísticas de Paiva e Romanelli, no Brasil 74,4% das matrículas efetivadas no começo do ano letivo em 1937 seguem até seu encerramento. Esse percentual considerável de abandono mantém o analfabetismo na pauta das discussões republicanas. Com efeito, na instalação da assembleia constituinte de 15 de novembro de 1933, Getúlio Vargas retomou os fatos no intervalo entre os tempos imperiais e revolução de 1930 para afirmar, como herança imperial, a falta de atenção à educação pública, corroborando sua afirmação com o número alto de analfabetos nas primeiras décadas da República. Diz ele:

Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo não aconteceu com o da educação popular, quase completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto da Constituição de 1823, fora ele encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A constituição outorgada, eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.<sup>178</sup>

O decênio de 1930 representou um momento de definições para o desenvolvimento capitalista industrial. Nesse período houve movimentos econômicos importantes, que se tornaram marco referencial da entrada do Brasil no mundo capitalista de produção cujos reflexos foram significativos para a educação. A restrição ao voto do analfabeto, a demanda por educação motivada pela migração intensa para alguns centros urbanos e o empenho de maçons para diminuir a influência da igreja católica, dentre outros fatores, alimentaram o debate sobre a necessidade de educação básica para a população.<sup>179</sup> Além disso, havia reivindicações da sociedade e pressões sociais que, “[...] aliadas à necessidade de composição

<sup>177</sup> Cf. RIBEIRO, Betânia de O. Laterza. **Ensino noturno:** a travessia para a esperança. São Paulo: Global, 1995. 111 p.

<sup>178</sup> BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Mensagem do chefe do governo provisório Getúlio Dornelles Vargas dirigida à Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1933**, p. 10–11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1323/000001.html>> Acesso em: 20 jan. 2010.

<sup>179</sup> Cf. PAIVA, 2003; NAGLE, 2001.

e legitimação das novas alianças rumo à estabilidade política, acabaram por colocar a questão educacional no centro das preocupações do governo que se instalava”.<sup>180</sup>

Às transformações econômicas, políticas e sociais dessa década, alinharam-se o processo de transição do sistema agrário-comercial para o urbano-industrial; e a escolarização foi vista como algo capaz de dificultar esse processo ou facilitá-lo. Nesse caso, era preciso democratizar as oportunidades educacionais, formalizar a alfabetização; mais que disseminar “[...] a escola primária, nível essencial do sistema escolar, que proporciona a aquisição dos direitos políticos”,<sup>181</sup> era preciso facilitar o acesso a ela e fazê-la convergir para a disponibilidade do cidadão republicano, que, acompanhando a industrialização, carecia de instrumentalização para a labuta cotidiana. Isso porque a nova realidade — de orientações urbano-industriais — passou a exigir mão de obra especializada, isto é, de formação escolar.

É nesse contexto que surge o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras. Tais decretos ficaram conhecidos como reforma Francisco Campos e incluem o de número 19.850, de 11 de abril, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e os conselhos estaduais, cujo funcionamento começaria apenas em 1934. O processo de reconstitucionalização do país que se sucedeu às revoluções de 1930 e 32 levou à promulgação, em 1934, de uma nova Constituição, que estabelecia a necessidade de um plano nacional de educação, bem como a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar. Foi um tempo de mudanças institucionais e substanciais na educação;

[...] não se encontra outra etapa de tão imensa e sistemática discussão, planejamento e execução de reformas da instrução pública. As manifestações concretas dessa crença, principalmente as que se realizaram sob a forma de reformas da instrução pública, não ocorreram evidentemente de modo idêntico na sociedade brasileira como um todo. De um lado, é preciso notar que tais manifestações tiveram maior oportunidade de ocorrência em determinadas regiões, especialmente naquelas que representavam a parte mais evoluída dos “brasis”; as desigualdades regionais provocaram, com efeito, diferentes níveis de realização.<sup>182</sup>

Em 1937, foi promulgada outra Carta Magna, “[...] resultado da união de forças entre o setor moderno, o setor arcaico e o capital internacional, contra os interesses da classe trabalhadora”.<sup>183</sup> Interessava formar mão de obra para servir aos interesses do governo autoritário, preocupado então com desenvolvimento econômico do Estado. Seu

---

<sup>180</sup> XAVIER, 1990, p. 83.

<sup>181</sup> NAGLE, 2001, p. 137.

<sup>182</sup> NAGLE, 2001, p.166.

<sup>183</sup> ROMANELLI, 1987, p. 51.

artigo 129 dá o tom de como tinha de ser a educação da classe “menos favorecida” ao estabelecer que

O ensino pré-vocacional *profissional* destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de *ensino profissional* e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e *profissionais*.<sup>184</sup>

Nesse período houve poucas iniciativas em prol dos sistemas de ensino comuns e supletivos, pois “[...] o novo regime, que suspendeu as eleições diretas, parecia mais preocupado com a formação das individualidades condutoras do que com a instrução popular”.<sup>185</sup> Em geral elementar, a educação de adultos mudou sua feição, isto é, ganhou um tom profissionalizante, técnico. Vieira ratifica que “[...] a concepção da política educacional no Estado Novo estará inteiramente orientada para o profissional”.<sup>186</sup> Como pouca atenção foi dada à educação da *massa*, em 1940, mais da metade da população (56%) de 15 anos de idade e mais era analfabeta.<sup>187</sup> A Tabela 8 resume a situação do analfabetismo em Ituiutaba.

Nota-se que 8.08% de 12.093 homens de 5 a 39 anos de idade sabem ler e escrever. Nessa mesma faixa etária, 7,85% de 11.912 mulheres podem ser todas como alfabetizadas. Como quem se incluía nessa faixa etária estaria apto ao trabalho, a escola noturna se tornava relevante, porque cuidaria da alfabetização de adultos trabalhadores. Cabe salientar que, no Estado Novo, Capanema pensou numa política nacional de educação e o ensino primário ganhou uma feição profissionalizante para ser oferecido à população em geral, inclusive aos adultos, a fim de formar mão de obra que suprisse as necessidades do país. Essas questões foram definidas nas leis orgânicas do ensino.

Contudo, a escola noturna investigada nesta pesquisa fugia à proposta nacional de educação. Ora, nela se educavam adultos, aos quais era oferecido o ensino primário elementar. A história dessa escola, que fugia à tendência nacional de ensino à noite, permite entender que parte da institucionalização da escolarização noturna no interior mineiro — Ituiutaba — foi fomentada por movimentos sociais oriundos de esferas mais altas.

<sup>184</sup> BRASIL, 1937b, Art. 129; grifo nosso.

<sup>185</sup> Cf. SOARES; GALVÃO, 2005.

<sup>186</sup> VIEIRA, 2008, p. 93.

<sup>187</sup> CF. RIBEIRO, 2001.

TABELA 8

Pessoas que receberam instrução e sabiam ler e escrever no município de Ituiutaba — 1940

1940		QUEM RECEBIA INSTRUÇÃO							
<b>Faixa etária 5–39 anos</b>		<b>Faixa etária 5–39</b>				<b>Faixa etária 7–14 anos</b>			
		Totais	Sabem ler e escrever	Totais	Sabem ler e escrever	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
12.093	11.912	976	935	788	768	809	746	656	613

Fonte: BRASIL, 1950, p.58.

### 1.3 Escolarização noturna em Ituiutaba: movimento de acomodação social

A data 13 de maio se remete, sobretudo, ao fim da escravização e à luta de um povo para alcançar dignidade e igualdade numa situação marcada pelo preconceito, pela discriminação e pela presença opulenta da desigualdade social. Conforme o historiador por ideologia e advogado por profissão Hélio Paiva,<sup>188</sup> à época da extinção da escravidão na região do Tijuco havia quase 400 escravos que, uma vez forros, abandonaram seus donos. Isso trouxe algumas dificuldades à lida diária no campo e que marcaram não só o interior de Minas, mas também o país todo. Essas pessoas então se organizaram para defender interesses da “raça”, reiterando a ideia de que os sujeitos à margem do sistema e privados de condições de acesso aos benefícios sociais, por meio dos movimentos sociais, buscaram garantir espaços negados a eles pela sociedade. Entendiam que as associações “[...] podiam interferir (como interferiram) no comportamento de seus membros, educando-os para vida associativa no mundo urbano”.<sup>189</sup>

A aspiração a oportunidades de educação no sistema escolar regular compôs as reivindicações das classes subalternas, objetivando à elevação da qualidade de vida desses grupos desprivilegiados. Assim,

A luta pela escola pública, as sucessivas campanhas pela erradicação do analfabetismo e as experiências de educação de classe entre operários são repertórios de idéias, de propostas e de práticas originadas e conduzidas por movimentos de educação ou então por setores de movimentos sociais e/ou políticos dedicados à educação.<sup>190</sup>

<sup>188</sup> PAIVA, Hélio Benício de. Ituiutaba (MG), 10 abr. 2010, 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a nós.

<sup>189</sup> GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 335.

<sup>190</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 86 p. p. 50.

Na década de 1930, o movimento negro se intensificou, e a cultura letrada — a escolarização — foi um princípio sempre presente como modalidade de ascensão social e conscientização da “raça” nos debates feitos. Gonçalves esclarece que,

[...] no ideário de luta dos negros brasileiros a educação sempre ocupou lugar de destaque: ora vista como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho; ora como veículo de ascensão social e, por conseguinte, de integração; ora como instrumento de conscientização por meio da qual os negros aprenderiam a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo a partir deles reivindicar direitos sociais e políticos, direitos à diferença e respeito humano.<sup>191</sup>

Com efeito, a Frente Negra Brasileira (FNB), que orientou a “[...] primeira grande proposta visando ao desenvolvimento moral e intelectual do negro brasileiro”,<sup>192</sup> via na educação um mecanismo poderoso de ascensão social; ela defendia uma escola coletiva para pessoas negras porque o ensino então difundido nas escolas privilegiava a maioria da população branca. Com tal ideário, a FNB se esparramou pelo interior paulista e penetrou outros estados, como Minas Gerais. No Triângulo Mineiro, ela foi representada pela Legião Negra.

Na Ituiutaba de 1937,<sup>193</sup> durante a gestão do prefeito “coronel”<sup>194</sup> Adelino de Oliveira Carvalho, a Legião Negra criou a Escola 13 de Maio<sup>195</sup> para suprir a necessidade de escolarização da população negra que trabalhava durante o dia, pois à época a cidade não oferecia oportunidade de escolarização a essa parcela populacional. O nome da escola homenageava a data em que os escravos foram libertados, reiterando a afirmação de Gonçalves<sup>196</sup> de que, em geral, as associações ligadas a movimentos sociais tinham nomes de personagens ou de datas relativas ao movimento que representam — nesse caso, tratava-se da emancipação da “raça negra”.

---

<sup>191</sup> GONÇALVES, 2000, p. 342.

<sup>192</sup> GONÇALVES, 2000, p. 337.

<sup>193</sup> O item 12 da ata da Câmara Municipal de Ituiutaba de 23 de abril de 1937 registra a autorização para criar a escola noturna.

<sup>194</sup> O termo de tratamento “coronel” foi usado na eleição do senhor Adelino de Oliveira Carvalho, registrada na Ata da Câmara Municipal de “Ituyutaba” de 24 de julho de 1936, onde ele foi eleito com sete votos. Cabe ressaltar que se trata de uma referência não a uma patente militar, mas ao poder político e econômico do cidadão.

<sup>195</sup> Sobre escola, cf. RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. **Samba como tática para a educação:** a ilusão de inclusão social do movimento da Legião Negra, no Brasil da década de 30 do século XX. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO — CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÕES E CIDADANIA, 7., 2008, Porto, Portugal. **Anais...** v. 1, p. 1–20.

<sup>196</sup> Cf. GONÇALVES, 2000.

Como dissemos, os cursos noturnos compõem o sistema educacional desde tempos imperiais, como algo que atendia trabalhadores cuja idade e lida cotidiana não lhes permitiam frequentar cursos diurnos. Logo, serviam “[...] ao homem do povo que vive do salário, funcionavam em locais improvisados ou cedidos, seus professores recebiam apenas uma pequena gratificação para se encarregar dessas aulas”.<sup>197</sup> É plausível supor que tais características permeassem a realidade da Escola 13 de Maio, que se iniciou no espaço cedido do Grupo Escolar João Pinheiro.

O movimento popular que demandou essa escola ocorreu no Estado Novo, quando “[...] a educação, portanto, compunha o quadro estratégico governamental de solução da ‘questão social’ e do combate à subversão ideológica”.<sup>198</sup> Sua criação sugere inquietações relativas à sua funcionalidade com intenções desconexas do poder local, que talvez quisesse dar mais “atenção” a quem a frequentava e aos trabalhadores que se apoderavam do conhecimento por ela oferecido. Uma vez criada, tornou-se espaço capaz de promover socialmente o aluno trabalhador via escolarização.

Em 1941, com o decreto-lei 73, de 25 de novembro, o então prefeito Jaime Veloso Meinberg “criou”, como escola primária da cidade de Ituiutaba, a Escola Municipal “Machado de Assis”, isto é, deu outro nome à Escola 13 de Maio. Não encontramos registros oficiais sobre a mudança de nome; mas cremos que, no contexto político-histórico da instituição em Ituiutaba e no momento centralizador que o país vivia, a mudança tenha sido feita para diluir o movimento que demandou a escola, pois esta foi incorporada pelo município; e mais: talvez tenha sido uma tentativa de desqualificar o movimento e, ante o reconhecimento como instituição pela prefeitura, de ter mais “controle” sobre ela. Essa incorporação é própria do Estado Novo, visto que, “[...] no campo da educação, o Estado Novo corresponde a um aprofundamento da centralização”.<sup>199</sup> A prefeitura subsidiou a escola, pagou funcionários e forneceu energia elétrica, como atestam alguns informantes desta pesquisa e o jornal *Folha de Ituiutaba* da década de 1940. Alguns recortes desse jornal ilustram tal afirmação.

---

<sup>197</sup> BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo: Pioneira, 1974 apud CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno: realidade e ilusão**. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989, p. 23.

<sup>198</sup> PAIVA, 1973, p. 132.

<sup>199</sup> VIEIRA, 2008, p. 92.

REFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA [...] Concedendo sessenta dias de licença, a partir de 12 de março, para tratamento de saúde, a professora de 1<sup>a</sup> classe da Escola noturna “Machado de Assis” Irazina de Carvalho Goulart, de acordo com o art. 141, n. I, combinado com o art. 152, letra a, do Decreto-lei estadual n. 864, de 28 de outubro de 1942.<sup>200</sup>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA — O senhor prefeito assinou os seguintes atos: [...] Concedendo licença de trinta dias, para tratamento de saúde, a partir do dia 31 de março, nos termos dos artigos 141 e 152 do Decreto-lei estadual n. 864, de 28/10/1942, à funcionária Maria de Barros, professora de 1<sup>a</sup> classe da Escola noturna “Machado de Assis”.<sup>201</sup>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA — Decreto-lei . 193. Dispõe sobre a criação de escolas rurais e de cargos no quadro do funcionalismo. [...] art. 3º – Fica criado, no quadro do funcionalismo da Prefeitura, o cargo de Diretora da Escola noturna “Machado de Assis”, com os vencimentos anuais de Cr\$ 200.176,00 (duzentos mil e cento e setenta e seis cruzeiros).<sup>202</sup>

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA — Decreto-lei. 197. Dispõe sobre a anulação de dotações orçamentárias e abertura de créditos suplementares. Art. 2º – Ficam abertos os seguintes créditos suplementares a dotações do orçamento vigente: [...] 8 33 4 – Iluminação da escola noturna e conservação de móveis e utensílios Cr\$ 1.500,00.<sup>203</sup>

A escola oferecia ao poder local a possibilidade de este adotar uma postura populista — certo “paternalismo” —, mas que constituía frutos do autoritarismo que regia a nação.

Muitos governos municipais reproduziam, no nível local, o autoritarismo do governo central; outros adotaram posturas claramente populistas e alguns poucos tentaram abrir espaço e colaborar para a mobilização e organização política da sociedade civil (ou das camadas populares, já que a sociedade civil é uma abstração homogeneizadora, que camufla as diferenças e os conflitos sociais).<sup>204</sup>

O governo brasileiro investiu em projetos que lhe permitissem entender a fundo aspectos políticos, sociais e econômicos do país e, com base em tal entendimento, “[...] coordenar energias e resolver problemas nacionais”;<sup>205</sup> como os dados estatísticos, técnicos e objetivos seriam capazes de medir o Brasil em novos aspectos, ampliaram-se as categorias analíticas do IBGE — incluiu-se raça — e deu-se mais atenção às categorias imigração e taxa de natalidade, “[...] a fim de entender o ritmo com que o Brasil estava embranquecendo por

<sup>200</sup> PREFEITURA municipal de Ituiutaba. **Folha de Ituiutaba**, Ituiutaba, p. 2, 6 abr. 1947, n. 216, ano 6.

<sup>201</sup> PREFEITURA municipal de Ituiutaba. **Folha de Ituiutaba**, Ituiutaba, p. 2, 20 abr. 1947, n. 218, ano 6.

<sup>202</sup> PREFEITURA municipal de Ituiutaba. **Folha de Ituiutaba**, Ituiutaba, p. 2, 21 dez. 1947, n. 250, ano 6.

<sup>203</sup> PREFEITURA municipal de Ituiutaba. **Folha de Ituiutaba**, Ituiutaba, s. p., 28 dez. 1947, n. 251, ano 6.

<sup>204</sup> ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação**. São Paulo: Cortez, 1992, 141 p. p. 17.

<sup>205</sup> DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil — 1917–1945. São Paulo: ed. UNESP, 2006, p. 100.

meio de casamentos inter-raciais com europeus”,<sup>206</sup> o que sugere princípios da eugenia.<sup>207</sup> Em suma, “[...] estatísticos que trabalhavam para o IBGE, para o Ministério da Educação e para outras agências do governo forjaram uma visão técnica e científica do Brasil moldada pelas questões que mais preocupavam os nacionalistas da época”<sup>208</sup> e que permitem acompanhar o crescimento migratório, a taxa de fecundidade, a esperança de viver, a taxa de mortalidade e a cor da população.<sup>209</sup>

Nesse contexto, a Tabela 9 sintetiza as condições dos habitantes de Ituiutaba em 1940 e mostra que 10,68% da população do município eram pessoas negras. Trata-se de uma parcela relevante que, certamente apoiada pela Legião Negra, começava a entender e reivindicar seus direitos, além de buscar uma participação mais efetiva nas esferas da vida urbana. Como “Os movimentos sociais tendem a se compor em pólo necessário na correlação de forças que determina a ação do poder público, obrigando-o a assumir, mais decisivamente, a organização das políticas sociais destinadas aos bens de consumo coletivo”,<sup>210</sup> não é despretensiosamente neutra a intervenção do poder local para regular um sistema social desequilibrado, pois os investimentos no setor público contemplavam, “[...] prioritariamente, os recursos em áreas exigidas pela acumulação do capital (por exemplo, obras viárias), em detrimento das aplicações sociais (escolas, lazer, luz, água, esgoto), destinadas à infra-estrutura urbana”.<sup>211</sup> Logo, é necessário investigar o que cabe à municipalidade fazer nesse momento de centralidade, de autoritarismo e de posterior redemocratização, assim como verificar como o município de Ituiutaba geriu a instrução primária pública noturna, de modo a relacionar a forma geral como a sociedade produziu sua subsistência com a forma com que a escola foi produzida.

---

<sup>206</sup> DÁVILA, 2006, p. 100.

<sup>207</sup> De origem grega, a palavra eugenia reúne os termos *eu* (bem) e *genos* (raça, linhagem, espécie), que resultam nos sentidos bem nascido, de boa linhagem, de boa espécie. O termo foi cunhado em 1883, por Francis Galton, que definiu eugenia como estudo dos agentes sob controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das gerações futuras, física ou mentalmente. Considera-se eugenia como termo genérico do século XIX, indicativo da ciência responsável pelo estudo das melhores condições para reprodução e melhoramento da espécie humana. GARCIA, Kelly Beatrice Bini Garcia. **Eugenia, eugenismo e eugenética** (verbete). Disponível em: <<http://forum.jus.uol.com.br/2215/eugenicia-etica=e-direito/>>. Acesso em: 13 jun. 2005.

<sup>208</sup> DÁVILA, 2006, p. 100.

<sup>209</sup> Cf. PATARRA, 1995. Esse autor esclarece alguns coeficientes ao analisar a dinâmica populacional e urbanização.

<sup>210</sup> SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola:** a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984, p. 178.

<sup>211</sup> SPOSITO, 1984, p. 178.

TABELA 9  
População de Ituiutaba quanto à cor em 1940

ITUIUTABA	TOTAL	HOMEM	MULHER	HOMEM — FAIXA ETÁRIA 10–9 ANOS	MULHER — FAIXA ETÁRIA 10–39
<b>Popul. do município</b>	35.052	17.866	17.186	9.272	9.155
Branca	30.030	15.344	14.666	7.929	7.799
Preta	3.746	1.852	1.894	1.046	1.014
Amarela	9	6	3	2	1
<b>Popul. do município</b>	35.052	17.866	17.186	9.272	9.155
Branca	30.030	15.344	14.666	7.929	7.799

Fonte: BRASIL, 1950, p. 264–5.

Em suma, esse histórico breve que situa a escola pública de ensino primário noturna no sistema educacional do país mostra aspectos importantes e pertinentes ao objeto desta investigação, visto que a escola aqui estudada se consolidou oferecendo ensino primário elementar e apresentando traços patentes já nas escolas noturnas imperiais. Criada por um movimento étnico-social para suprir demandas específicas, num momento de centralização política ela atendeu precipuamente adultos trabalhadores. Se havia uma tendência nacional ao ensino técnico-profissionalizante no ensino noturno para formação de mão de obra, não cabe dizer que tal escola seguiu essa tendência; e se havia os horizontes traçados pelos grupos escolares (destino do ensino primário em certo período), ainda que funcionasse num prédio escolar que convergia diurnamente para esses propósitos, não se alinhou a tais horizontes, tampouco que se caracterizou como supletivo — mesmo após a expansão dessa modalidade. Como é provável que tais peculiaridades resultem, também, da ação do município de Ituiutaba sobre essa escola, convém verificar como a municipalidade foi determinante para a criação e legitimação da escola noturna.

## Capítulo 2

### MUNICÍPIO COMO UNIVERSO POLÍTICO-SOCIAL MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO

[...] acomoda-te com a lei, e trata de aproveitá-la.

MACHADO DE ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A escola não é uma instituição isolada da dimensão social, cultural, política e econômica de seu meio. Há um conjunto de forças atuantes em seu entorno, de modo que criar e erigir uma escola supõe atender a anseios sociais, políticos e econômicos. Por isso, compreender a relação entre o município de Ituiutaba (MG) e a escola noturna entre 1941 e 1960 requereu entender, antes, a constituição desse município. Tal entendimento resultou de uma pesquisa sobre o conceito e a formação da municipalidade nacional e estadual — pois cremos que a visão do todo ajuda a apreender a lógica das histórias regionais — e sobre a municipalização do ensino primário — visto que a escola aqui pesquisada é primária e municipal. A pesquisa incluiu a leitura analítica dos estudos de Henri Lefebvre,<sup>212</sup> Jamil Cury,<sup>213</sup> Raymundo Faoro,<sup>214</sup> Thomas Skidmore,<sup>215</sup> Flávio Collaço,<sup>216</sup> Helly Meireles<sup>217</sup> e Vicente Ávila<sup>218</sup> — importantes para fundamentar a discussão teórica sobre municipalidade — e da *Revista Brasileira dos Municípios* — periódico trimestral publicado pelo Conselho Nacional de Estatística útil à contextualização da municipalidade no período em estudo e cujo acervo está disponível na biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>219</sup> (IBGE). A leitura abrangeu atas legislativas municipais e o jornal *Folha de Ituiutaba*, que oferecem impressões e registros escritos da constituição política, econômica e social do município.

Governo local e governo municipal, administração local e administração municipal são termos que designam município, tido como a primeira expressão histórica do Estado e a

<sup>212</sup> LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.

<sup>213</sup> CURY, 2010.

<sup>214</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

<sup>215</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930–1964. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

<sup>216</sup> COLLAÇO, Flávio Roberto. **O Município na Federação Brasileira**. Florianópolis: ed. UFSC, 1982.

<sup>217</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993..

<sup>218</sup> ÁVILA, Vicente Fideles de. **No município a educação básica do Brasil**. Maceió: Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 1985.

<sup>219</sup> <http://biblioteca.ibge.gov.br>

expressão política mais próxima do cidadão. Expressão essa munida de meios para alcançar os objetivos pessoais ou coletivos pretendidos em resposta aos anseios da comunidade, uma vez que sugere um alto grau de consciência da realidade econômica e social da *urbs*. Como realidade social, o município é precedente; ou seja:

[...] a “polis” dos gregos, a “urbs” e a “civitas” dos romanos, as primeiras manifestações ponderáveis de Estado constituído, idealizado ou imaginado, como a “Cité Antique, de Fustel de Coulanges; a “Cidade de Deus”, de Santo Agostinho; a “Cidade do Sol”, de Campanella; a ilha de Utopia, de Thomas Morus — todas têm forma de organização municipal. A própria República ideal de Platão, como a República real de Roma, tem mais de município que de Estado, na sua acepção moderna.<sup>220</sup>

O progresso do Brasil se condicionou ao surgimento de vilas e cidades, isto é, “[...] dos núcleos municipais”.<sup>221</sup> Nos dois séculos iniciais, segundo Aragão, a autoridade de tais núcleos se sobreponha.

Se o poder político pertencia à Coroa, o poder de fato era exercido pelas autoridades municipais. Na terra imensa, a administração geral se amesquinhava, impotente. Avultava o governo local, onde se traduziam, de modo invariável, os interesses dos proprietários rurais.<sup>222</sup>

Esse autor esclarece ainda que, nesses núcleos a força local — social ou política — prevaleceu sobre a nacional; que a instituição municipal seguiu diretrizes do direito português e que Portugal e Espanha foram mais fiéis às concepções municipalistas de Roma. Como certo, os moldes europeus, foram paulatinamente, adequando-se ao estilo brasileiro.

A constituição do municipalismo foi marcada por conflitos com avanços e recuos. Antes da independência, as empreitadas municipais dentro e fora da lei eram largas; no período colonial, a autonomia dos municípios foi estrangulada pelo autoritarismo e pela centralidade do Império: se a força política municipal se pronunciava forte, a receita era minguada e a falta de recurso se constituiu aos poucos em subordinação ao governo provincial.<sup>223</sup> As esferas administrativas e as elites políticas se preocupavam em atrair às

<sup>220</sup> ARAGÃO, J. Guilherme de. Município e administração. **Revista Brasileira dos Municípios**, p. 105–13, jul./dez. 1959. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn45\\_46%20jan\\_jun1959.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn45_46%20jan_jun1959.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010, p. 106.

<sup>221</sup> ARAGÃO, 1959, p. 107.

<sup>222</sup> MACHADO NETO, Brasílio. O município no Brasil. **Revista Brasileira dos Municípios**, jan./jun. 1958, p. 1. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn41\\_42%20jan\\_jun1958.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn41_42%20jan_jun1958.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2010.

<sup>223</sup> Cf. MACHADO NETO, 1958.

metrópoles do litoral os recursos financeiros e os valores humanos dos municípios do interior. Às municipalidades eram destinados parcisos recursos; por exemplo, “[...] pode-se calcular que, em 1868, o Império dispunha de 80,8 por cento da renda pública, as Províncias de 16,7 e os Municípios de 2,5 por cento”.<sup>224</sup> Por causa da escassez, os governos municipais ficaram quase estéreis, paupérrimos, sem poder de ação, e essa condição alimentava sua dependência da esfera governamental. Assim, mesmo com autonomia relativa, os municípios então “[...] não encontram suporte financeiro e decisório para a sustentação de iniciativas próprias”,<sup>225</sup> daí as relações com o poder econômico local — independentemente de identidades, ideologias ou diferenças partidárias — como tentativa de fortalecer a receita municipal. Por consequência, os agentes econômicos cobraram da governança política seu quinhão de tomada de decisões públicas e a aliança entre poder econômico e poder político local se desenvolveu, que chamamos de poder local.

Após ser proclamada a República, o Brasil foi federalizado. Do latim *foedus, foederis* — aliança, juramento, pacto, união —, a palavra federação merece ter esclarecido seu sentido no contexto republicano. Para tanto, recorremos a Collaço, segundo quem,

Como forma de Estado, a federação nasceu em dado momento histórico, mediante a união de Estados soberanos, independentes, que formaram um novo Estado — deu-se nos Estados Unidos da América, onde ocorreu a unificação de uma pluralidade. No Brasil, tudo se passou de maneira diferente. O que era uno, uno permaneceu. Apenas a Constituição passou a consagrar regime de organização semelhante à da federação-tipo.<sup>226</sup>

Cury argumenta, porém, que construir o país como regime federativo exigia

[...] uma mudança política que tecesse um laço que (re)ligasse o território nacional. Sabe-se de inúmeras revoltas e levantes pelo país, após a proclamação da República. Era preciso consolidar o novo regime. Havia que se incorporar o imenso território, sobretudo os Sertões, à comunhão nacional e, quando preciso, defendê-la. Sem essa incorporação espacial não haveria como se erigir um Estado Nacional de cunho federativo.<sup>227</sup>

Embora houvesse controvérsias, a República foi federalizada, e nesse processo o poder municipal foi soberano, pois províncias distantes da metrópole buscavam se emancipar, fomentadas por um sentimento localista que brotava no interior dos cidadãos. Com um governante imbuído de princípios liberalistas, mudaram as formas de distribuição da

---

<sup>224</sup> Cf. MACHADO NETO, 1958, p. 3.

<sup>225</sup> ROMÃO, 1992, p. 22.

<sup>226</sup> COLLAÇO, 1982, p. 48.

<sup>227</sup> CURY, 2010, p. 34.

autoridade política. Nos estados federados, o governo se dividiu verticalmente sobre a mesma população e o seu território,<sup>228</sup> numa hierarquização mais democrática.

A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes, enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança, será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso.<sup>229</sup>

Na tendência liberalista, os municípios ganham uma autonomia relativa, pois

[...] as Constituições estaduais modelaram os seus Municípios, com maior ou menor amplitude na administração, em termos que lhes asseguravam a autonomia pregada na Lei Magna. As leis orgânicas reafirmaram o princípio e discriminaram as atribuições municipais, mas todo esse aparato de autonomia ficou nos textos legais.<sup>230</sup>

Contudo, dada a míngua de recursos, as municipalidades continuaram quase inertes. Assim, o poder local se articulou para dar visibilidade ao município diante do estado e do país, mostrar prestígio em meio à população local e se fortalecer. Nacionalmente, com o predomínio dos ideais liberalistas,

Cria-se, com a apropriação crescente do mercado interno, a mentalidade nacionalista, voltada contra o comércio, em grande parte estrangeiro. Daí se projeta uma linha de conduta que assimila a independência do país à industrialização, ao abastecimento do mercado interno e à denúncia ao esquema monocultor.<sup>231</sup>

Em sentido oposto a essa tendência, uma diretriz protecionista investiu contra o liberalismo dominante, “[...] movimento que se desemboca, a partir das revoltas de 22 e 24 na Revolução de 30”.<sup>232</sup> A experiência brasileira federalista de cunho liberal seguiu bem até meados de 1930, quando começou a tender à centralidade política e econômica graças à ação do governo relativa à distribuição de renda e às governanças estaduais e municipais.

<sup>228</sup> Cf. ARRETCHÉ, Marta Teresa da Silva. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 23, n. 80, set. 2002.

<sup>229</sup> FAORO, 2000, p. 111.

<sup>230</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993, p. 31.

<sup>231</sup> FAORO, 2000, p. 111.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 119.

Durante os 40 anos em que vigorou a Constituição de 1891 não houve autonomia municipal no Brasil. O hábito do centralismo, a opressão do *coronelismo* e a incultura do povo transformaram os Municípios em feudos de políticos truculentos, que mandavam e desmandavam nos “seus” distritos de influência, como se o Município fosse propriedade particular e o eleitorado um rebanho dócil ao seu poder.<sup>233</sup>

Portanto, a revolução de 1930 introduziu princípios renovadores no regime republicano. Alguns decretos propuseram analisar a situação financeira e econômica de estados e municípios para se reorganizar a nação partindo-se do fortalecimento destes. Segundo Aragão, em geral, a preocupação municipalista inicial após a levante revolucionário se manifesta na criação de conselhos consultivos municipais, pelo decreto 20.348, de agosto de 1931.<sup>234</sup> Em 9 de novembro desse ano, o decreto 20.348

[...] inscreve o princípio de capacitação técnica do governo local, ao instituir a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios com as atribuições, dentre outras, de estudar minuciosamente a situação financeira de cada Estado e seus Municípios a fim de facultar ao Governo Provisório a adoção de medidas necessárias à reorganização econômica e administrativa do País. Aí se vislumbra o propósito de valorizar e fortalecer o município como empreendimento preliminar à reorganização do País.<sup>235</sup>

No dizer de Chaves, das revoluções de 1930 e 32 surgiram outras forças, “[...] algumas sacramentadas com o batismo de sangue das trincheiras, o tirocínio hábil e prepotente da disciplina militar, o sentido da agregação e unidade de forças e de comando”.<sup>236</sup> Alterou-se o comando no país onde a aristocracia rural até então atuava como força dominante;<sup>237</sup> houve uma reconstitucionalização do país, resultante da “[...] vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico”.<sup>238</sup> Cabe dizer que, nessa batalha violenta que foi o movimento liderado por paulistas em 1932 para destituir o Governo Provisório de Vargas, morreram mais brasileiros do que na Segunda Grande Guerra. Mesmo que houvesse gente insatisfeita com o governo no país todo, os paulistas se viram sozinhos na empreitada. Para o historiador Boris Fausto, no documentário 32, *A guerra civil*, que analisa os aspectos políticos desse movimento civil, a derrota paulista ajudou aplainar o caminho para o Estado Novo, pois combateu um poder central em que a ideia de autoritarismo era forte, isto é, um poder em que se reconhece a instauração de uma

<sup>233</sup> MEIRELLES, 1993, p. 31–2.

<sup>234</sup> ARAGÃO, 1959, p. 110.

<sup>235</sup> Ibidem, p.110.

<sup>236</sup> CHAVES, 1984, p. 437.

<sup>237</sup> Cf. CHAVES, 1984.

<sup>238</sup> SKIDMORE, 2000, p. 26.

ditadura já no decênio de 1930.<sup>239</sup> Com o fortalecimento do governo central proclamado com a vitória sobre os insurgentes, Vargas consolidou aos poucos seus ideais autoritários. E mesmo que a Constituição contivesse princípios democráticos que amparavam os municípios, respaldando sua autonomia, o amparo duraria pouco, haja vista que tal Carta Magna deu lugar à outra, que supriu de vez tais princípios.

## 2.1 O município nas constituições de 1934, 37 e 46

Não bastava prever o princípio da autonomia da Constituição anterior; era preciso executá-lo. Assim, a Carta Constitucional de 1934 apresentou, como maior conquista municipalista, os princípios da expressão econômica e do fortalecimento do conceito de autonomia, circunscrito “[...], explicitamente, à eleitividade dos prefeitos e dos vereadores da Câmara Municipal, à decretação de impostos e taxas e à organização dos serviços de Ministérios locais”.<sup>240</sup> As municipalidades precisavam não só de governo próprio, mas também, e sobretudo, de renda própria para realizar serviços públicos e possibilitar o progresso material. Fiel a essa orientação, o art. 13 da Carta de 1934 prescreveu, como princípio constitucional, a autonomia do município “[...] em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, e especialmente a eleitividade do prefeito e dos vereadores, a decretação de seus impostos e a organização de seus serviços”.<sup>241</sup>

Todavia, mesmo reconhecendo a necessidade de fortalecer a receita dos municípios, “[...] no tocante às rendas, os resultados ficaram aquém das expectativas. Sobre o total nacional, os municípios, inclusive os das capitais, arrecadaram 8%, em 1935; 10%, em 1936; e 11% em 1937”.<sup>242</sup> O golpe ditatorial de 10 de novembro de 1937 pôs fim à experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário. Misto de corporativismo e socialismo, temperado com algumas franquias democráticas, “[...] o Estado Novo — como o denominou o seu criador — caracterizou-se pela concentração de poderes no Executivo, ou mais propriamente nas mãos de seu instituidor.”<sup>243</sup>

A Constituição de 34 deu lugar a outra, que se consubstanciava como resultado de “[...] um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista”.<sup>244</sup> A nova Carta visava dar poder incontestável ao presidente da República, o que justifica a centralização política e econômica e o rígido controle hierárquico. A autonomia dos

<sup>239</sup> 32, a guerra civil. Direção: Eduardo Escorel. Brasil: Imovision, 2002. 1 filme (48 min), son., color.

<sup>240</sup> ARAGÃO, 1959, p. 110.

<sup>241</sup> MEIRELLES, 1993, p. 32.

<sup>242</sup> MACHADO NETO, 1958, p. 6.

<sup>243</sup> MERIELLES, 1993, p. 33.

<sup>244</sup> SKIDMORE, 2000, p. 26.

municípios foi afetada gravemente, vítima do autoritarismo e da centralização impostos na era Vargas. Foi um período de antimunicipalismo inequívoco, pois os princípios constitucionais não mencionavam autonomia municipal; logo, os prefeitos passaram a ser nomeados por interventores federais (governadores dos estados), e a eleição para vereadores prevista no artigo 26 da Constituição de 37 não se concretizou. Já minguadas, as receitas locais foram reduzidas, e a arrecadação municipal deixou de contar com 20% sobre a renda de impostos rurais.<sup>245</sup> Na análise de Machado Neto, “[...] a vida das comunas reduziu-se a zero, com sua vida entregue a prepostos dos interventores, por sua vez, simples agentes da vontade todo-poderosa do Presidente. As rendas não passavam de migalhas, caídas da mesa rica da União e dos Estados”<sup>246</sup>.

Se até então os municípios não mereceram a atenção devida da União ao discriminar as rendas, agora o problema havia chegado ao ápice. Segundo Meirelles, no regime de 1937,

[...] as Municipalidades foram menos autônomas que sob o centralismo imperial, porque, na Monarquia, os interesses locais eram debatidos nas Câmaras de Vereadores e levados ao conhecimento dos governantes (Lei de 1828) ou das Assembléias Legislativas das Províncias (Ato Adicional de 1834), que proviam a respeito, ao passo que, no sistema interventorial do Estado Novo, não havia qualquer respiradouro para as manifestações locais em prol do Município, visto que os prefeitos nomeados governavam discricionariamente, sem a colaboração de qualquer órgão local de representação popular.<sup>247</sup>

Entretanto, nos 15 anos de governo Vargas, o “[...] Estado havia impulsionado o desenvolvimento econômico, através de uma intervenção crescente do governo”,<sup>248</sup> sobretudo com a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938, do salário mínimo, em 1940, da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. Em 1945, sob pressão militar, Vargas renunciou; e a eleição de um governo fez renascer o ideal democrático e impôs a necessidade de outra Constituição, promulgada em 1946 e cuja assembleia constituinte tratou da municipalidade à luz da Carta de 1934. A nova Lei Maior fortaleceu os municípios economicamente ao prescrever que o estado ou até a União deveriam assisti-los<sup>249</sup> e que os estados teriam autonomia para elaborar suas constituintes, salvo os princípios previstos no artigo 18 da Carta Magna.

As constituições estaduais prescreveram a criação de um órgão de assistência técnica municipal. Os estados cujas cartas omitiam tal princípio poderiam contar com “[...] a

<sup>245</sup> Cf. MACHADO NETO, 1958.

<sup>246</sup> Ibidem, p.7.

<sup>247</sup> MEIRELLES, 1993, p. 33–4.

<sup>248</sup> ROMANELLI, 1987, p. 51.

<sup>249</sup> ARAGÃO, 1959, p. 110–1.

prestação de auxílio técnico ao município através de órgãos estaduais ou de secretarias do governo estadual”.<sup>250</sup> Sob o respaldo de determinações constitucionais que garantiam mais prática democrática aos estados, a captação de renda pública municipal mudou pouco. Alguns estados, ao elaborarem suas cartas constitucionais, ofereciam a seus municípios formas melhores de captar recursos, a exemplo de Minas Gerais, que promulgou sua Carta em 1947.

A Constituição de Minas Gerais chega mesmo a prever o governo de tipo consorcial, corporificando em pessoa jurídica. Seu art. 95 preceitua: “Os municípios da mesma região, pelo voto de dois terços dos membros componentes das respectivas câmaras, poderão agrupar-se, constituindo-se em pessoa jurídica, para instalação, exploração e administração dos serviços comuns”.<sup>251</sup>

Embora tenha se estabelecido um princípio de solidariedade intermunicipal e autonomia que fortaleceu o comando político e econômico do município e mesmo com o esforço da Constituição Federal 1946, o acréscimo maior na captação de rendas ocorreu na instância estadual e as receitas municipais permaneceram abaixo das necessidades reais. Entre 1941 e 1950, segundo “[...] dados do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, os índices de receita da União cresceram de 100 para 2.013, dos Estados e do Distrito Federal de 100 para 2 186; dos municípios de 100 para 1011.”<sup>252</sup> Machado Neto justifica essa situação, explicando que

Vários Estados permanecem sem dar cumprimento ao dispositivo do art. 20, pelo qual seriam transferidos aos municípios 30% do excesso da arrecadação dos impostos estaduais sobre as rendas municipais. Permitiu a Constituição o cumprimento gradativo do preceito em dez anos. Apesar de decorrido o prazo, apenas treze unidades federativas cuidaram do assunto.<sup>253</sup>

Embora frágil, tal fortalecimento da municipalidade deu certa liberdade econômica aos municípios relativamente ao governo estadual e elevou o nível econômico da população interiorana. Noutras palavras, foram alcançados alguns objetivos da revolução municipalista que pretendia, sobretudo, alavancar o desenvolvimento industrial nacional. A campanha liderada pela Associação Brasileira dos Municípios buscou fortalecer a receita local e equilibrar a distribuição de renda pública entre as esferas administrativas — União, estados e municípios. Para a associação, pôr fim à situação financeira municipal precária na hierarquia nacional era urgente. A comparação com a distribuição de renda pública entre três esferas administrativas de países mais avançados mostrava que, no Brasil, havia uma desproporção

<sup>250</sup> ARAGÃO, 1959, p. 111.

<sup>251</sup> Ibidem.

<sup>252</sup> MACHADO NETO, 1958, p. 9

<sup>253</sup> Ibidem, p. 9.

enorme. Enquanto os repasses aos municípios não chegavam a 11%, no Canadá se elevam a “[...] 53% do total das rendas públicas, na Itália, a 37%; na Nova Zelândia, a 46%; na Suécia, a 40%. Nos Estados Unidos, até 1930, as municipalidades detinham 48% da arrecadação total”.<sup>254</sup> A municipalidade nesses países refletia uma vitalidade ascendente que a associação visava alcançar propondo a destinação ao município, sobretudo, de 10% do total de imposto de consumo arrecadado, 15% da arrecadação municipal da quota do imposto de renda e transferência, para a prefeitura, da arrecadação do imposto territorial rural.<sup>255</sup>

Sucessor de Vargas na presidência da República, Eurico Gaspar Dutra dirigiu, em 1948, mensagem ao Congresso Nacional em que se refere à participação maior dos municípios na arrecadação de receitas. Disse ele que

Nenhum aspecto da obra de organização nacional sobreleva, no entanto, ao revigoramento necessário do municipalismo. Estimaram-no, com sabedoria, os Constituintes de 1946, quando facultaram ao Município recursos mais amplos para o desempenho das suas tarefas de unidade do governo, a mais próxima do povo, assegurando, ao mesmo tempo, a sua autonomia. Já no corrente ano e, na sua integridade, a partir de 1949, ser-lhes-á entregue a parte do imposto de renda que lhes foi atribuída pela Constituição.<sup>256</sup>

Com efeito, a quota do imposto de renda revelou ser a melhor forma de ampliar a renda dos municípios. Como esclarece Machado Neto,

Levantamento realizado há tempos demonstra que a referida quota representava, no exercício de 1955, a contribuição principal no conjunto das rendas municipais de vários Estados: Maranhão, 44,68%; Piauí, 44,64%; Goiás, 40,21%; Sergipe, 39,76%; Rio Grande do Norte, 37,69%. Em São Paulo, equivalia a quinze por cento. Em 1957, o total distribuído se elevou a cerca de dois milhões de cruzeiros, cabendo a cada municipalidade Cr\$ 802 000,00. Os maiores quinhões cabem aos Estados de Minas Gerais com Cr\$ 388 000 000,00; São Paulo, com Cr\$ 348 000 000,00; Bahia, com Cr\$ 136 000 000,00.<sup>257</sup>

Uma vez aumentada a arrecadação municipal, houve uma tendência à criação e/ou ao desmembramento dos municípios na maioria dos estados; isto é, houve — como esclarece Meirelles — “[...] a separação de parte de um Município para integrar-se outro ou constituir um novo Município”.<sup>258</sup> Assim, tanto foram criadas municipalidades com a disposição de territórios ainda despovoados quanto foram formados outros municípios com o desmembramento de alguns. Em muitas municipalidades onde havia dois distritos ou mais,

<sup>254</sup> MACHADO NETO, 1958, p. 10.

<sup>255</sup> Cf. MACHADO NETO, 1958.

<sup>256</sup> BRASIL, 1978, p. 65.

<sup>257</sup> MACHADO NETO, 1958, p. 11.

<sup>258</sup> MEIRELLES, 1993, p. 60.

estes foram elevados à condição de município. Em Minas, a Constituição de 1947 previa que os municípios administrativamente poderiam se dividir em distritos e que “A sede do Município lhe dá o nome e tem a categoria de Cidade (Art. 78 §1º)”. Cabe salientar que a natureza dos distritos seria administrativa; noutras palavras,

Essas circunscrições não se erigem em pessoas jurídicas, nem adquirem autonomia política ou financeira. Continuam sob administração do Município e não tem representação partidária [...] o Distrito não tem capacidade processual para postular em juízo; todas as suas pretensões deverão ser manifestadas pelo Município a que pertence.<sup>259</sup>

A Tabela 10 mostra que após 1946 o número de municípios aumentou muito, seja pela criação, pelo desmembramento ou pela emancipação de circunscrições.

T A B E L A 10  
Evolução cronológica da quantidade de municípios

ANO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS
1871	618
1905	1.140
1939	1.574
1945	1.669
1949	1.698
1954	2.372
1956	2.411

Fonte: MACHADO NETO, 1958.

Machado Neto salienta que as municipalidades proliferaram em Minas Gerais, São Paulo e Bahia, detentores de grande parte do imposto de renda. Em 1957 a quota do imposto representava a contribuição central no conjunto das rendas municipais de vários estados. O total distribuído “[...] se elevou a cerca de dois milhões de cruzeiros, cabendo a cada municipalidade Cr\$ 802 000,00. Os maiores quinhões cabem aos Estados de Minas Gerais com Cr\$ 388 000 000,00; São Paulo com Cr\$ 348 000 000,00 e Bahia, com Cr\$ 136 000 000,00”.<sup>260</sup>

Entretanto, a emancipação distrital enfraqueceu a economia de muitos municípios divididos. Embora os emancipados recebessem assistência da União, não iam além da condição de pequenas *urbs* sem expressão política e econômica. Nesse processo, um ponto que suscita reflexão é a relevância do incremento no saldo monetário para a economia municipal, sobretudo caso se considere a prescrição da Constituição de 46 de deveres cada vez maiores dos municípios relativos à população local. A educação primária exemplifica bem tais deveres, pois aos poucos ocupou cada vez mais espaço nas despesas municipais com a consolidação da República.

<sup>259</sup> MEIRELLES, 1993, p. 66.

<sup>260</sup> MACHADO NETO, 1958, p.11.

## 2.2 Financiamento da educação pública

Segundo Romanelli, a Constituição de 1946

[...] fugiu à inspiração da doutrina econômica liberal dos séculos anteriores para inspirar-se nas doutrinas sociais do século XX. Nisso, ela se distanciava também da ideologia liberal-aristocrática esposada pelas nossas elites, no antigo regime. Foi, pois, baseado na doutrina elaborada pela Carta de 1946, que o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão de educadores com o fim de estudar e propor um projeto de reforma geral da educação nacional. Em 1948, esse projeto dava entrada na Câmara Federal, seguido de mensagem presidencial.<sup>261</sup>

Contudo, mais que diferir da filosofia liberal inspiradora da política econômica europeia dos séculos XVIII e XIX, isto é, mais que se distanciar do liberalismo aristocrático e propor um liberalismo que dava voz à democracia, essa Constituição embasou a reforma geral da educação como um projeto único para a nação. Não só atribuiu à União a competência de legislar as diretrizes e bases da educação, mas também manteve o ensino primário como obrigatório, oficial e gratuito, garantiu a educação como direito e previu recursos mínimos ao ensino, como se lê nestes artigos:

Art 166 – A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art 167 – O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes Públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art 168 – A legislação do ensino adotará os seguintes princípios: I – o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II – o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário só-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III – as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes; [...].

Art 169 – Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art 170 – A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios. Parágrafo único – O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o País nos estritos limites das deficiências locais.

Art 171 – Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. Parágrafo único – Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional.<sup>262</sup>

Ainda assim, segundo análise de Machado Neto, a participação dos municípios na distribuição da renda pública nacional — então desvantajosa em relação aos estados e à União

---

<sup>261</sup> ROMANELLI, 2001, p. 171.

<sup>262</sup> BRASIL, 1946.

— diminuiu mais após a Carta de 46. A Tabela 11 mostra aumento no percentual da renda aferida na esfera estadual e decréscimo na municipal — mesmo com os esforços constitucionais para tonificar os cofres municipais.

TABELA 11  
Percentual de renda pública nacional destinada a cada esfera administrativa

INSTÂNCIA	1941	1957
União	53,12%	50,24%
Estados e Distrito Federal	35,36%	39,40%
Municípios	11,32%	10,36%

Fonte: MACHADO NETO, 1958, p. 9.

Além disso, segundo Romanelli,<sup>263</sup> a União não aplicava na educação o total de recursos que lhe cabia aplicar, mesmo sendo determinada constitucionalmente a fazê-lo. Embora abocanhasse a maior parte da renda pública, seu percentual destinado à educação pública (10%) que o de estados e municípios, obrigados a destinar 20% da renda percebida. Afora a desigualdade dos percentuais que as três esferas administrativas deviam destinar à educação pública, a Carta de 46 discriminou quem a educação pública pós-primário deveria favorecer; e tal discriminação foi replicada na Constituição mineira: o ensino primário se estende aos adultos e sua manutenção cabe aos estados em colaboração com os municípios, mas é livre à iniciativa particular; o ensino posterior seria gratuito, mas sua necessidade deveria ser provada. Eis como o texto expressa tal determinação:

Ao legislar sobre a educação, o poder legislativo mineiro, na elaboração da Constituição de 47, que apenas foi revogada pela Carta Estadual de 13/5/1967, reproduz os princípios da lei federal:

Art. 124 – Respeitadas as diretrizes traçadas pela União, será organizado e mantido pelo Estado sistema educativo próprio que abranja o ensino, em todos os seus graus e ramos, comuns e especializados, com observância dos seguintes princípios gerais: I – o ensino primário, dado sempre na língua nacional, é obrigatório para as crianças em idade escolar e extensivo aos adultos, sendo gratuito quando dispensado pelo Estado e livre à iniciativa particular; II – o ensino oficial ulterior ao primário será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; [...].

Art. 128 – O Estado, em colaboração com os Municípios, manterá serviços de assistência educacional, que assegurem condições de eficiência escolar aos alunos necessitados. [...].

Art. 130 – O Estado aplicará, anualmente, no mínimo, vinte por cento da renda proveniente dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como destacará, obrigatoriamente verbas especiais, destinadas ao custeio de pesquisas científicas.

---

<sup>263</sup> Cf. ROMANELLI, 1987.

Essas determinações deixam entrever a tendência liberalista da Constituição mineira, em consonância com a Constituição Federal, ao estimular a iniciativa privada a oferecer educação e prescrever o repasse de 20% da arrecadação de impostos à *manutenção e desenvolvimento do ensino*. Assim como Romanelli<sup>264</sup> denuncia a União, Ribeiro<sup>265</sup> o faz com os estados e municípios, apresentando o repasse à educação pública entre 1945 e 1955 (TAB. 12).

TABELA 12  
Despesas com educação pública dos estados e municípios — 1945–55

ESTADO		MUNICÍPIO	
1945	1955	1945	1955
11,4%	13,7%	9,5%	11,4%

Fonte: Ribeiro, 2001, p.136.

Após a promulgação da Carta Federal de 46, o investimento na educação melhorou, mas não atingiu o mínimo de 20% previsto por lei. A desburocratização do sistema educacional — isto é, a atribuição, ao governo local, de mais responsabilidade pela educação primária — estava nas emendas constitucionais; além disso, almejava-se estabelecer vínculos mais fortes entre União e demais níveis de governo como forma de assistir estados e municípios, como mostram com clareza palavras do presidente Gaspar Dutra dirigidas ao Congresso Nacional em 1949:

No correr da atividade administrativa, de que este documento vos dá conta, multiplicaram-se e foram mesmo procuradas as oportunidades para ampliá-las e estreitá-las. Grandes campanhas nacionais, no terreno da saúde e da educação, se fazem nessa base. Seria manifestamente impossível encarregar-se a União, em país com a extensão do Brasil, da assistência a tuberculosos e a doentes mentais em todo nosso território. Do mesmo modo, estaria fora de cogitações assumisse a responsabilidade pelo ensino primário. Em lugar de um sistema educacional vivo e ligado às populações locais, dar-se-ia azo à sua burocratização. Contudo, não seria possível a indiferença diante das manifestas deficiências, oriundas das dificuldades dos Estados e Municípios em atender às exigências dos modernos sistemas de despesa pública.<sup>266</sup>

### O governo de Gaspar Dutra

<sup>264</sup> Cf. ROMANELLI, 1987.

<sup>265</sup> Cf. RIBEIRO, 2001.

<sup>266</sup> BRASIL, 1978, p. 79.

[...] representava a oportunidade dos ‘novos ricos da política’, que ocupavam postos-chaves nas administrações federal, estadual e municipal e eram aliados aos tradicionais grupos agrários, continuarem no poder sem Getúlio, que tomara certas medidas populares”.<sup>267</sup>

Diferentemente do governo de Vargas, que não simpatizava com os Estados Unidos, o de Dutra foi marcado pela abertura ao capital estrangeiro e pela inflação, iniciada em 1942 e que “[...] enriqueceu [...] um pequeno grupo apenas, já que os salários reais diminuem, os preços sobem assustadoramente”.<sup>268</sup> Em outubro de 1950, Vargas foi eleito com discurso um populista e, em 1951, dirigiu-se ao Congresso Nacional assim:

A última eleição veio identificar o Estado com o povo. Foi uma reconquista do Estado pela sociedade viva. Aguçou-se, então, a capacidade de presença do Governo nos sentimentos e nos problemas populares, bem como se acresceram a legitimidade e o vigor das manifestações da soberania nacional.<sup>269</sup>

Nessa mesma mensagem, ele disse ainda que “A elevação dos níveis de vida, num país como o Brasil, depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento econômico”.<sup>270</sup> Noutros termos, a situação de desigualdade vinculava o progresso social ao desenvolvimento da economia; isto é, tal progresso supunha confiança recíproca entre povo e governo, tanto quanto colaboração nas tarefas de produção, isto é, aumento na produtividade do trabalhador, que, por sua vez, supunha “[...] o sistema de educação e as atividades de assistência ao homem brasileiro”.<sup>271</sup> No campo da assistência social, esse governo criou a Comissão Nacional de Bem-estar Social — para “[...] estudar as causas e os meios de remoção de todas as modalidades de miséria social [...]” — e o Serviço Social Rural — “[...] para levar às zonas rurais, ao proletariado das estâncias e das fazendas, os benefícios da assistência social e da legislação trabalhista de que já desfruta o operariado das cidades”.<sup>272</sup> Como se vê, o governo se orientava pelo assistencialismo, tendo em vista o desprivilegio das populações rurais em detrimento das urbanas e a legislação trabalhista como fator de assistência social.

Nessa conjuntura, a lei 2.004 criou a Petrobras, que Vargas associou com o desenvolvimento nacional, pois essa empresa petrolífera, ao contribuir para que o país saísse da dependência estrangeira, fortaleceria a economia interna. Eis o tom de sua mensagem:

---

<sup>267</sup> RIBEIRO, 2001, p. 123.

<sup>268</sup> Ibidem, 2001, p. 124.

<sup>269</sup> BRASIL, 1978, p. 126.

<sup>270</sup> Ibidem, p. 131.

<sup>271</sup> Ibidem, p. 132.

<sup>272</sup> BRASIL, 1978, p. 151–2.

[...] promovi, como é sabido, a mobilização de vultosos recursos financeiros e a criação de uma empresa estatal para a realização dos empreendimentos oficiais, nesse campo industrial. A Nação hoje está esclarecida sobre o que significa o surgimento da “Petrobrás”, como organismo estatal para enfrentar o problema do petróleo em bases industriais e comerciais. De sua atuação futura há de resultar, sem dúvida, profunda modificação na economia brasileira, que necessita reduzir a sua dependência do exterior, nesse campo de atividade, ou não poderá desenvolver-se plenamente.<sup>273</sup>

O momento é de desenvolvimento embasado na industrialização, e o governo de Vargas segue uma política mais centralizadora. Em pronunciamento ao Congresso de 1951, o presidente sinaliza a perspectiva centralizadora, afirmando que o resultado do pleito de 3 de outubro demonstrou a superação da “[...] estreiteza do regionalismo político. Dessa forma fica [sic] nitidamente reforçadas as possibilidades de partidos políticos de âmbito nacional e de estrutura ideológica”.<sup>274</sup> Em nível nacional, os investimentos da esfera municipal na educação pública tendiam ao crescimento, o que garantia centralização local maior da educação das massas — de 9,5%, em 1945, as despesas chegaram a 11,4% em 1955 (cf. TAB. 12).

Essa conjuntura nos leva à relação entre aumento da arrecadação municipal mediante a cota do imposto de renda e os investimentos na educação pública. No município de Ituiutaba, a destinação de verbas foi crescente (QUADRO 2). Como se vê, no interior ocorria o mesmo que em âmbito nacional, isto é, um investimento crescente do poder municipal na instrução primária ainda nos anos de receitas municipais minguadas — no Estado Novo, ou seja, até 1945, as receitas se acentuaram ainda mais, com respaldo da Constituição de 1946. Em Ituiutaba, esse investimento ascendente é significativo, como se pode observar no Quadro 3, que evidencia o crescente número de instituições municipais. Em 1951, havia 33 escolas municipais, número superior à soma das escolas das outras entidades mantenedoras.

**QUADRO 2**  
**Destinação de verba à educação no município de Ituiutaba — 1942 a 1951**

PERÍODO	VALOR
1942	Cr\$ 37.350,60
1943	Cr\$ 45.910,20
1944	Cr\$ 83.082,10
1945	Cr\$ 144.456,70
1946	Cr\$ 131.465,10
1947	Cr\$ 169.250,40
1948	Cr\$ 278.691,60
1949	Cr\$ 249.910,10
1950	Cr\$ 280.578,60
1951	Cr\$ 365.719,10

Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, n. 528, ano XI, 20 de agosto de 1952, p. 1.

<sup>273</sup> BRASIL, 1978, 174.

<sup>274</sup> Ibidem, p. 127.

QUADRO 3  
Tipo e número de escolas no município de Ituiutaba — 1951

TIPO DE ESCOLA	QUANTIDADE
Municipal	33
Particular	8
Estadual	6
Federal	1

Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 20 de agosto de 1952, p. 1.

Caso possa dizer que o município se preocupava em construir escolas — vide o número de escolas municipais ante o das outras esferas administrativas —, não se pode afirmar que tal preocupação se estendia a outras partes da escola, tais como manutenção das escolas e salário de profissionais da educação municipal. Essa incoerência político-administrativa é tratada no capítulo 3 desta pesquisa.

A morte de Vargas, em 1954, levou à sucessão presidencial. Após o governo provisório presidido pelo vice-presidente Café Filho, Juscelino Kubitschek se elegeu presidente, com a proposta de fazer o país progredir 50 anos em 5 anos, “[...] atacando o problema das estradas, da energia, dos transportes e [com] a construção de Brasília”.<sup>275</sup> O período de seu governo (1956–60) é visto como anos de desenvolvimento econômico e confiança no progresso industrial do país; “[...] vive-se um período de relativa liberdade de idéias e de euforia nacionalista”,<sup>276</sup> um tempo áureo de aumento das possibilidades de emprego. “Kubitschek tinha bem presente a extensão em que seu programa desenvolvimentista pretendia, além de ‘manipulação de incentivos’, do concurso do capital estrangeiro público e privado”.<sup>277</sup> A fim de atrair atenção do  *mundo* para o Brasil, buscou estreitar relações com os Estados Unidos e países da Europa.<sup>278</sup>

Em 1956, em mensagem dirigida aos membros do Congresso Nacional, ele fez um balanço da realidade nacional em que fixava as metas de seu governo e anunciou a necessidade de uma formação escolar que garantisse a qualificação necessária às demandas do capitalismo industrial.<sup>279</sup> Tal anúncio deixou entrever uma orientação tecnicista na educação das massas concretizada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961. Segundo Xavier, a escola entre as décadas de 1930 e 60 “[...] acomodou-se progressivamente à ordem

<sup>275</sup> RIBEIRO, 2001, p. 139.

<sup>276</sup> PAIVA, 2003, p. 221.

<sup>277</sup> MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945–1964). In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 78–9.

<sup>278</sup> Cf. MALAN, 1995.

<sup>279</sup> BRASIL, 1978, p. 253.

econômico-social capitalista finalmente constituída”,<sup>280</sup> pois o desenvolvimento capitalista no Brasil se relacionava com o papel do Estado no incentivo à industrialização.<sup>281</sup> Nesse processo, esperava-se que o sistema educacional se aproximasse da realidade nacional, ou seja, formasse mão de obra para suprir a demanda da industrialização, num momento que Xavier vê como “[...] ápice da consolidação do capitalismo industrial brasileiro”.<sup>282</sup>

Segundo Resende, Minas Gerais foi um dos estados que organizou seu sistema de ensino para cumprir as determinações econômicas, políticas e sociais. Porém, “[...] ampliou a cobertura de forma lenta”, mesmo que “[...] A crescente aspiração popular em decorrência do processo de urbanização e industrialização mineira [...] [levasse] cada vez mais o estado a assumir a educação como um investimento econômico e social”.<sup>283</sup> A tabela a seguir exemplifica essa lentidão mostrando o número de escolas de ensino primário estaduais, municipais e particulares.

TABELA 13  
Estabelecimentos de ensino primário em Minas Gerais — 1956–60

ANOS	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA					
	Estadual		Municipal		Particular	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
1956	3.205	30,16	6.950	65,40	462	4,34
1957	3.334	30,09	7.223	65,20	508	4,58
1958	3.184	28,14	7.602	67,11	516	4,65
1960	5.165	42,80	6.326	52,43	524	4,34

Fonte: BRASIL, 1960–61.

Como se vê, o número de dependências administrativas municipais mineiras cresceu de 1956 a 1958, mas não de 1958 a 1960. Uma possibilidade para tal crescimento talvez seja a preocupação do município de promover a educação rural, porque era preciso alfabetizar essa parcela populacional, que buscava seguir os caminhos capitalistas, indicativos de um horizonte crescente por causa do processo industrial desenvolvimentista. Por outro lado, o decréscimo se relaciona ao que prescrevia o Art. 5º da Constituição de 1946: ser competência da União legislar as diretrizes e bases da educação nacional. Para cumprir tal prescrição, surgiu a LDB, em 1961, que, dentre outras coisas, impôs à União o percentual de 12% em relação aos investimentos na educação e estabeleceu sua cooperação com escolas

<sup>280</sup> XAVIER, 1990, p. 160

<sup>281</sup> Cf. SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>282</sup> XAVIER, 1990, p. 160.

<sup>283</sup> RESENDE, Márcia Helena Siervé. **O processo de municipalização do ensino no estado de Minas Gerais**. 2007. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007, p. 102.

particulares<sup>284</sup> — daí o aumento gradativo do número destas no ensino primário, em detrimento das escolas municipais.

### 2.3 Ideia de municipalização do ensino primário

Essa discussão sobre a educação municipal remete à atuação de Anísio Teixeira,<sup>285</sup> que defendeu a autonomia da educação nos municípios na década de 1940. Segundo Resende,<sup>286</sup> Teixeira, então secretário de Educação na Bahia, preocupava-se com o regime de colaboração entre União, estados e municípios no âmbito educacional e advogava a municipalização do ensino primário. “Somente às escolas elementares aconselharia a administração central, não, porém, de um centro remoto, mas, da sede do município, enquanto não podemos chegar à sede distrital”.<sup>287</sup> Tratava-se dividir as competências.

A nova escola pública, de administração municipal, ou autônoma, não deixaria de ser *estadual* — pelo professor, formado e licenciado pelo Estado, embora nomeado pelo órgão local, pela assistência técnica e pelo livro didático e material de ensino, elaborados sem dúvida no âmbito do Estado em seu conjunto. E, permitem-me ainda dizer, não deixaria de ser *federal* — pela obediência à lei nacional de bases e diretrizes e, ainda, talvez, pelo auxílio financeiro e a assistência técnica que os órgãos federais lhe viessem a prestar.<sup>288</sup>

Engajado na campanha municipalista em 1957, Teixeira introduziu a tese de municipalização<sup>289</sup> do ensino primário no IV Congresso Nacional dos Municípios. Além de apresentar suas vantagens pedagógicas, afirmou que a integração da escola à comunidade ocorreria pelo currículo, pois este deveria ser elaborado tendo em vista as características e condições do meio e da cultura local. Indicou, com detalhes, a organização e distribuição de atribuições técnico-pedagógicas do plano proposto entre municípios, estados e União, salientando os aspectos da expansão educacional brasileira como justificativa para a ideia elaborada. Sua defesa da municipalização incluiu números relativos à situação do ensino primário (TAB. 14). Como se pode observar, o aumento na quantidade de matrículas em

<sup>284</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4.024/61, de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1961.

<sup>285</sup> Teixeira foi inspetor geral do ensino na Bahia, na década 1920; diretor-geral de instrução pública na cidade do Rio de Janeiro, nos anos de 1930; secretário da Educação e Saúde de Salvador, em meados do decênio de 1950; diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas décadas de 1950 e 60; enfim, criador da Universidade de Brasília (UnB), no decênio de 1960. Foi afastado da administração pública e das instâncias decisórias por duas vezes: em 1935, pelo governo autoritário de Getúlio Vargas, e 1964, pelo governo militar.

<sup>286</sup> RESENDE, 2007.

<sup>287</sup> TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 73

<sup>288</sup> Ibidem, p. 74; grifos do autor.

<sup>289</sup> TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 66, abr./jun. 1957.

escolas municipais era crescente e mais acentuado que nas estaduais e particulares; prova disso são a força vital e a capacidade de promover a administração municipal.<sup>290</sup>

TABELA 14  
Distribuição da matrícula geral do ensino primário fundamental comum,  
segundo dependência administrativa

ANOS	TOTAL	DEPENDÊNCIA		
		Estadual	Municipal	Particular
1935	2 403 594	1 492 545	527 213	393 836
1940	3 068 269	1 802 626	711 574	554 069
1950	4 351 768	2 544 142	1 275 334	532 292
1956	4 941 986	2 897 272	1 479 326	565 388

Fonte: TEIXEIRA, 1957, p. 44

Teixeira expôs ainda o que ele chama de rendimento escolar, ou seja, números relativos a matrículas e conclusões do ensino primário, comparando as três instâncias administrativas. Enquanto a esfera estadual tem rendimento de pouco mais de 7%, a municipal tem conclusão equivalente a 4%. Considerando-se os escassos recursos municipais para manutenção desse nível de ensino, Teixeira viu mais eficiência na administração escolar municipal. Ora, em 1955, enquanto aos municípios couberam 9,4% da receita pública, aos estados esse percentual foi 4,5 vezes superior. Sobre os rumores de que o ensino em escolas municipais teria qualidade pior que nas escolas do estado e da rede particular, Teixeira afirmou que a escola municipal é mais integrada ao meio, e isso era um positivo na comparação. No fim de seu discurso, ele afirmou que confiar no país era confiar nos municípios e clamou a nação a começar a restauração do Brasil pela educação, atribuindo ao governo local a responsabilidade pela educação básica. Segundo ele, “Confiada ao município, enraizada na comunidade, a escola primária se irá fazer a sua mais importante instituição, objeto do amor e do orgulho locais, centro de educação das suas crianças e de vida e cultura da sua população adulta”.<sup>291</sup>

Segundo Ávila, a tese de municipalização do ensino defendida por Anísio Teixeira defendeu “[...] representou um significativo avanço doutrinário em relação ao que se admitia oficialmente como descentralização, concernente especificamente ao setor da educação, na década de 30”.<sup>292</sup> Para esse autor, o *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, de que Teixeira fora signatário, já repudiava o centralismo da educação pública primária na União, considerando-o estéril e odioso, além de contrário às condições geográficas do país e aos interesses regionais das escolas. Assim, entende-se que Teixeira foi fiel a suas concepções de municipalização do ensino primário já nesse período e que esse propósito se tornou ascendente.

<sup>290</sup> TEIXEIRA, 1957.

<sup>291</sup> Ibidem, p. 43

<sup>292</sup> ÁVILA, 1985.

Contudo, cabe salientar que a ideia de municipalização do ensino primário não surgiu com Anísio Teixeira. Ao resenhar a obra *A educação nacional* (1924) do jornalista e político paulista<sup>293</sup> Mário Pinto Serva, Araújo ressalta que ela “[...] manifesta posições caracterizáveis como eminentemente municipalistas”<sup>294</sup> e que a “[...] argumentação [do autor] assume a orientação de que é dever das municipalidades o provimento da educação do povo. Tratava-se de uma propulsão da nacionalidade brasileira pela via escolar primária”<sup>295</sup>. Em sua discussão dos capítulos do livro, Araújo afirma que seu autor, no tocante ao problema do ensino e analfabetismo, propõe que

[...] caberia à União instituir um conselho nacional de educação, em fundar escolas normais nos Estados e regiões, em criar escolas primárias nos Estados que expressassem tal necessidade, além de escolas noturnas para os adultos. Os Estados deviam compor-se de um departamento técnico que tivesse como objeto a orientação e a direção do aparelho escolar, além de destinar 20% das receitas com a educação do povo, através de escolas primárias, normais, noturnas. Aos municípios, além dos 20% de suas receitas para a instrução local (escolas primárias e noturnas), cabia organizar bibliotecas populares, que fossem úteis e práticas.<sup>296</sup>

A obra de Serva refletia, então, a ideia nacional de mais participação dos municípios na educação pública — ideia esta que permeia mensagens de presidentes, pois estas evidenciam assuntos pertinentes a cada época. Com efeito, a mensagem dirigida pelo presidente do estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes ao Congresso mineiro em 1921 deixa entrever seu tratamento da questão poder municipal e educação pública:

Em incisiva e veemente circular a cada uma das Camaras Municipaes brasileiras, a Liga Nacionalista de S. Paulo propôs, o anno passado, a decretação de uma lei municipal, por todas as edilidades do paiz, tornando obrigatorio o dispendio de 20% das receitas locaes com a educação do povo não só em escolas primarias, como em escolas nocturnas para adultos analphabetos e em bibliotecas. O Governo de Minas secunda, com prazer e vivo empenho, esse ardoroso appello civico. As municipalidades mineiras deveriam collocar-se com orgulho à frente dessa cruzada benemérita. Distanciadas, como se acham, do ideal apontado na circullar aludida, poderiam todas acordar, de começo, em despender 10%, pelo menos, da sua receita com a educação do povo, o que representaria indiscutivel progresso material e, sobretudo enorme progresso moral. O adeantamento de uma nação se mede pelo interesse com que as suas communas intervêm no problema da instrucçao.<sup>297</sup>

<sup>293</sup> Cf. ARAÚJO, 2010.

<sup>294</sup> SERVA, Mário Pinto. *A educação nacional*. Pelotas: Echenique & Comp., 1924. ARAÚJO, José Carlos de. *A educação nacional de Mário Pinto Serva*. Uberlândia, outubro 2010, p. 14. 22 p. Não publicado.

<sup>295</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 13.

<sup>297</sup> MINAS GERAIS. Congresso mineiro. *Mensagem do estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes dirigida ao Congresso mineiro em 15 de junho de 1921*, p. 49. Disponível em: <C:\Documents and Settings\OEM\Desktop\MENSAGEM 1921, p\_49.mht>. Acesso em: 18 nov. 2010.

O tom da mensagem sugere que a esperança de efetivar a nação como República estava depositada nas municipalidades, sobretudo nos preceitos educacionais municipalistas. E mais: o texto mostra que o dispêndio municipal com educação deveria abranger, além do ensino primário, a educação de adultos analfabetos em escolas noturnas e a oferta de bibliotecas públicas. Por fim, a mensagem mostra que a ideia de municipalização do ensino primário remonta ao limiar da República.

Até aqui, buscamos evidenciar as ações principais na construção municipalista pertinentes às constituições de 1934, 37 e 46 — vigentes no recorte temporal desta pesquisa. Assim, vimos que a criação e evolução das municipalidades resultaram de tentativas e empreitadas para fortalecer a política econômica do município como forma de engrandecer a nação e efetivar o regime republicano; que a repressão política centralizou os poderes político e econômico na esfera da União, minando ações municipais; que os moldes seguidos aqui vieram de ações de países de visibilidade ascendente tidos como desenvolvidos; que o financiamento da educação pública seguia o momento político vivido pelo país; enfim, que a tese defendida por Anísio Teixeira teria de esperar algumas décadas para se estabelecer, uma vez que não se concretizou na primeira LDB — ainda assim ele reconhece nesta “meia vitória”.<sup>298</sup> Como a lei não inclui os municípios como sistema próprio de ensino, não se concretizou a pretensão de Teixeira, isto é, uma ação municipalista maior.

Contudo, tal ação não pode ser ignorada. Por isso, vejamos como ela ocorreu no município de Ituiutaba; ou seja, vejamos a relação entre o Legislativo municipal e uma escola de ensino primário regular noturno. Como a cidade de Ituiutaba se tornou polo regional, tal escola se encontra num contexto social, político e econômico diverso daquele de quando foi criada. Logo, convém primeiramente traçar as origens dessa municipalidade — que tinha uma divisão administrativa constituída de circunscrições importantes cuja emancipação a enfraqueceu economicamente — e sua evolução a fim de entender o movimento demográfico e territorial entre as décadas de 1940 e 60 (periodização proposta nesta pesquisa). Tal entendimento se apóia no documento “Versão preliminar dos termos de referência de Ituiutaba”, disponível na Secretaria Municipal de Planejamento, em estatísticas e mapas do

---

<sup>298</sup> Cf. TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 226. Embora centralizadora, a organização de princípios nacionais para a educação foi importante porque deu certa autonomia aos estados ao apontar a descentralização relativa às competências para legislar e organizar o ensino. Isso é patente no Título V da lei, sobre os sistemas de ensino: “[...] Art. 11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente lei. Art. 12. Os sistemas de ensino atenderão à variedade dos cursos, à flexibilidade dos currículos e à articulação dos diversos graus e ramos. Art. 13. A União organizará o ensino público dos territórios e estenderá a ação federal supletiva a todos o país, nos estritos limites das deficiências locais” — cf. BRASIL, 1961.

IBGE Cidades e em livros e periódicos sobre a história do município, a exemplo de *Ituiutaba conta sua história*, *A loja do Osório* e revista *Acaíaca*.

#### 2.4 O município de Ituiutaba até 1960

Os primórdios da cidade remontam ao povoamento no entorno da capela fundada pelo padre Antônio Dias de Gouveia, em 1832, dono da sesmaria das Três Barras, próxima ao rio Tijuco. Em 1901, o povoamento foi elevado à condição de município, pela lei 319 de 16 de setembro, com o nome de Vila Platina. Em 1915, a lei estadual 663, de 18 de setembro, deu à sede de Vila Platina foros de cidade e o nome de Ituiutaba, para o distrito e o município. De origem tupi, o topônimo “Ituiutaba” significa: *i* (rio), *tuiu* (tijuco) e *taba* (povoação), isto é, “povoação do rio tijuco”.<sup>299</sup> A área do município era de 10.247,13 quilômetros quadrados, ocupada por uma população absoluta de 20.772 habitantes — então 2,03 por quilômetro quadrado. O mapa a seguir mostra o desenho do município, então com um distrito só (FIG. 2).

Até 1915, a cidade progrediu lentamente. A base da economia era a pecuária — criação de gado zebu em pastagens naturais; a agricultura se resumia ao cultivo de porções pequenas de terra para suprir as necessidades de subsistência dos lavradores. Modificações importantes nesse contexto econômico vieram com a chegada dos trilhos a Uberaba, em 1915, que intensificaram o tráfego no Triângulo mineiro, facilitando o escoamento da produção para São Paulo e outras regiões. O território do município incluía uma porção extensa do vale do Paranaíba, cujas terras férteis eram cobertas de matas.

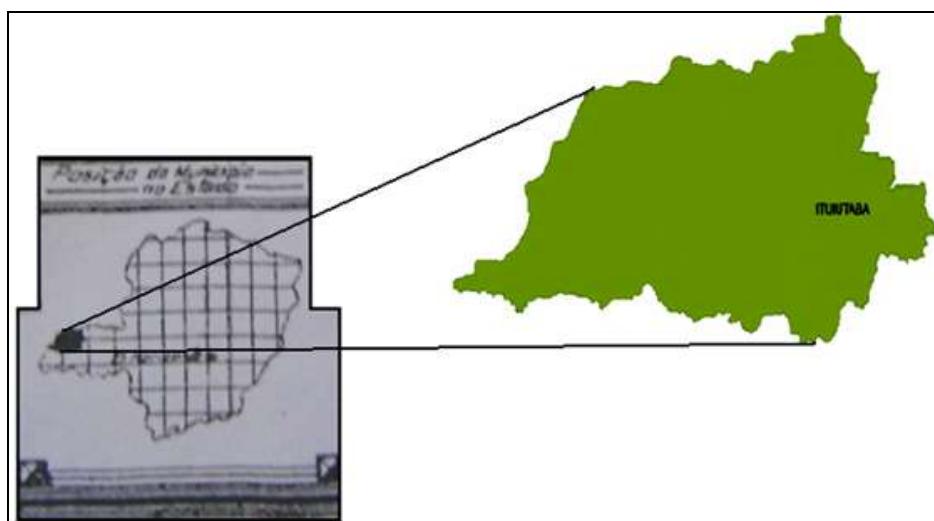


FIGURA 2 – Traçado do município de Ituiutaba na região conhecida como Triângulo Mineiro — 1920

Fonte: adaptado de MINAS GERAIS, 1927.

<sup>299</sup> CÔRTES, Carmen D. Cunha. **Ituiutaba conta sua história**. Uberlândia: Ubergrau, 1971, p. 76.

Em razão de um surto de desenvolvimento irradiado de São Paulo após a Primeira Guerra Mundial, surgiram desmatadores para iniciar o aproveitamento de tais terras (solo massapé). Além de mineiros, vieram paulistas e nordestinos para Ituiutaba. A fisionomia econômica e social de Ituiutaba mudou radicalmente por causa de práticas agropastoris. A cidade foi acometida por um surto de progresso: implantação de máquinas de beneficiamento de cereais e de fábricas de manteiga, inauguração da rodovia Ituiutaba–Uberabinha (hoje Uberlândia), em 1915, e de uma usina de energia elétrica, em 1922, além da extensão das linhas telegráficas de Monte Alegre a Ituiutaba, em 1931, e da construção do campo de aviação, em 1936.

Após as revoluções de 1930 e 32,<sup>300</sup> como dissemos, houve movimento nacional de reconstitucionalização, e esse município refletiu a tendência nacional. Assim, em 24 de julho de 1936, o município de Ituyutaba<sup>301</sup> foi reconstitucionalizado, com a solenidade de posse da Câmara (FIG. 3) e a eleição do prefeito coronel Adelino de Oliveira Carvalho. Esse dia ficaria marcado no calendário de datas históricas da cidade. Sua importância para o município é tal que, segundo atas de 1937 do Poder Legislativo do município, o projeto de lei que previa o dia 24 de julho como feriado municipal foi aprovado por unanimidade. As atas registram ainda o apelo feito à população pelo vereador Álvaro Brandão de Andrade “[...] para que cooperasse com a nova Câmara a fim de reerguerem o município”.<sup>302</sup>

A reconstitucionalização remete ao Estado de Direito, em geral rechaçado por um golpe ou uma revolução. Com efeito, a revolução de 1930 revogou a Constituição de 1891, as constituições estaduais de 1892 e as leis orgânicas dos municípios para impor um governo de decretos. Presidentes de estados — governadores — e prefeitos foram destituídos dos cargos para os quais foram eleitos para dar lugar a interventores nomeados. Após 16 de julho de 1934, a promulgação da Constituição restabeleceu o Estado de Direito; 90 dias após a promulgação, os estados deveriam eleger os constituintes para elaborar as constituições estaduais e, depois de quatro meses, promulgá-las. Tais constituições deveriam ajustar a eleição de vereadores e prefeitos ao artigo 13 da Constituição de 1934. Logo, Ituiutaba foi constitucionalizada sob a regência da Constituição federal, da nova Constituição estadual e de sua organização legal.

---

<sup>300</sup> O livro *A loja do Ozório* destaca a participação de ituiutabanos nesses eventos, sobretudo a atuação importante de Pedro Fenelon.

<sup>301</sup> A grafia Ituyutaba aparece nas atas da Câmara até a década de 1930.

<sup>302</sup> ITUIUTABA. Câmara Municipal de Ituyutaba. **Livro de atas das sessões**, 1936–40, p. 1.



FIGURA 3— Membros da nova Câmara incluíam, além do prefeito Adelino, segundo da esquerda para a direita ao fundo, o juiz de direito Mucio de Abreu Lima, à esquerda do prefeito, e o presidente do diretório local Aureliano Martins de Andrade, à esquerda do juiz; o semblante grave dos recém-empossados chefes políticos sugere a importância da ocasião e evidencia o contraste entre a opulência dos políticos — reforçada pela elegância da indumentária — e a simplicidade da fachada da Câmara Municipal, onde ações importantes e decisivas para os rumos do município eram definidas

Fonte: ITUIUTABA. Fundação Cultural. **Acervo**.

A intensificação da pecuária zebuína projetou Ituiutaba economicamente como polo de desenvolvimento da microrregião conhecida como Pontal do Triângulo. Além disso, a exploração de diamantes entre 1935 e 1945 marcou a economia da cidade, a ponto de destacar a cidade no Triângulo Mineiro pela qualidade das pedras encontradas. Para trabalhar no garimpo, vieram cerca de dez mil garimpeiros vindos de diferentes regiões do país, o que fomentou a esfera econômica da cidadezinha. Segundo Chaves,<sup>303</sup> “Ituiutaba vai conhecer, em 1940, um acentuado surto de progresso alicerçado na produção agropecuária e impulsionado, substancialmente, pela exploração diamantífera [...] A aventura diamantífera foi, no entanto,

<sup>303</sup> CHAVES, 1985, p. 23.

episódica, transitória”.<sup>304</sup> Finda a exploração mineradora, parte da mão de obra se ocupou na agricultura e na pecuária, outra parte foi em busca de novos garimpos e alguns trabalhadores se fixaram na esfera urbana.

Na fase da exploração pecuarista como base da economia do município, também o arroz, o milho, o feijão, o gergelim e o algodão foram culturas exploradas sistematicamente. A do arroz se desenvolveu mais, a ponto de Ituiutaba ser chamada nacionalmente na década de 1950 de “capital do arroz”. Graças a uma produção intensa que abastecia grande parte do estado e do país, essa atividade econômica foi evidenciada nas páginas da *Enciclopédia de municípios*, do IBGE, onde se lê que:

A principal atividade do município é a agricultura. As terras de Ituiutaba e do ex-distrito de Capinópolis são reputadas entre as mais férteis do mundo, comparadas segundo Humboldt, Sainte-Hilaire e Edward Miliward, às da Ucrânia, na Rússia, e às do Vale do São Lourenço, no Canadá. O cultivo em toda a zona obedece a um alto nível de mecanização, possuindo Ituiutaba mais de meio milhar de tratores, bem como numerosas colhedeiras de arroz, o que lhe vale o título de “capital do arroz”.<sup>305</sup>

Foi um período de pujança econômica. O município era vasto em área territorial, e a intensificação das atividades agropecuárias fez surgirem os povoados de Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu e Santa Vitória, os quais, aos poucos, ganharam o status de distrito e começaram a se organizar econômica, política e socialmente.

Nesse ínterim, o período de repressão política — o Estado Novo — cessou, e a Câmara Municipal, então em estado de dormência, despertou-se — as atas do Legislativo registram fatos decorrentes do refreamento político e relativos aos rumos de Ituiutaba naquele novo momento democrático. O discurso do então vereador Álvaro Brandão de Andrade dá o tom do clima político:

Em seu discurso, o vereador Brandão, ressaltou as dificuldades com que lutou a antiga Mesa, que teve de desbravar uma selva selvagem, advinda da ditadura, e que se havia errado, no entanto, teve sempre em pensamento, servir ao município, e se trabalhar pelo seu progresso. Frisando que restam poucos anos para que Ituiutaba possa se fazer, visto que os seus distritos estão às portas de suas emancipações.<sup>306</sup>

As palavras do vereador anteciparam o que aconteceria. Em pouco tempo, os povoados se constituíram em distritos e se desmembrando de Ituiutaba, graças à emancipação

<sup>304</sup> CHAVES, 1985, p. 24.

<sup>305</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira (presidente do IBGE) 31 de janeiro de 1959. P. 306.

<sup>306</sup> ATA da 6ª reunião da Câmara Municipal de Ituiutaba, 28/1/1948. In: ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de atas de reuniões ordinárias e extraordinárias de 8/12/1947 a 13/11/1948**, p. 116.

(TAB. 15). O povoado de Cachoeira Dourada pertenceu ao município de Ituiutaba até 1953, quando foi elevado à categoria de distrito, pela lei 1.039, de 12 de dezembro, e anexado ao município de Capinópolis no mesmo ano.<sup>307</sup>

As atas legislativas registram uma discussão ampla sobre a emancipação e criação distrital. A preocupação com a emancipação se justificava porque, uma vez destituído dos distritos, o município de Ituiutaba teria restrições econômicas e políticas — como aconteceu. O debate sobre a emancipação de Capinópolis foi fervoroso. O vereador Generindo Francisco Rosa, representante de Capinópolis, apresentou uma carta argumentativa que incluía pareceres de moradores e análise de requisitos constitucionais para um distrito se municipalizar:

Com cuidado necessário, de representante do distrito de Capinópolis, nesta Câmara, procurei conhecer de perto a disposição de todos os moradores, fazendeiros ou não, a respeito do problema da divisa do futuro município. Todos com quem conversei, foram unanimes de [sic] dizer, que são pela criação do Município com as atuais divisas do distrito. Coletamos abundante documentação, da qual faremos uso oportunamente, caso necessário, em defesa do futuro Município [...]. A alegação de que Ituiutaba sofrerá um colapso, com a criação do município de Capinópolis, com as atuais divisas do distrito, não procede. Capinópolis, será forçosamente tributária de Ituiutaba [...]. O progresso é feito à base de um determinismo econômico, e não será apenas a vontade dos homens motivo de sua alteração. Ituiutaba já foi povoado. Foi também Vila. Hoje é esta grande cidade que todos nós aprendemos a querer bem. Não será a emancipação de Capinópolis, dentro, ou melhor, com as divisas do atual distrito que venha criar qualquer embaraço, de ordem econômica a Ituiutaba. Pelo contrário, um município fortalecido, tributário de Ituiutaba, concorrerá para maior progresso desta grande cidade.<sup>308</sup>

Essa discussão pode ser acompanhada em várias laudas da ata legislativa. Ao mesmo tempo, discutia-se a criação do distrito de Ipiaçu e se o de Cachoeira Dourada se vincularia a Capinópolis caso esta cidade chegasse à condição de município.

TABELA 15  
Povoados e distritos, anos de emancipação e área territorial

DISTRITO	LEI EMANCIPATÓRIA	ANO DE EMANCIPAÇÃO	ÁREA TERRITORIAL
Santa Vitória	Lei Estadual 336	27/12/48	2.951 km <sup>2</sup>
Capinópolis	Lei Estadual 1.039	12/12/53	905 km <sup>2</sup>
Ipiaçu	Lei Estadual 336	30/12/62	386 km <sup>2</sup>
Gurinhatã	Lei Estadual 336	30/12/62	1.741 km <sup>2</sup>

Fonte: ITUIUTABA, 1972.

<sup>307</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE cidades@. Historico de Cahoeira de Minas, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

<sup>308</sup> ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de atas**, 1953, p. 99–100.

Capinópolis perseguia a já referida cota do imposto de renda, e a comissão da Câmara que estudava a questão afirmou o seguinte:

Capinópolis arrecadará, segundo a previsão, um milhão de cruzeiros, com a quota federal do imposto de renda devida aos municípios, e que, neste ano, foi de oitocentos mil cruzeiros a cada um, deverá Capinópolis, ainda no regime de intendência, no próximo exercício, a expressiva soma de quase dois milhões de cruzeiros. O Estado, por sua vez, cobrará cerca de dez milhões de cruzeiros, o que dará direito à respectiva coletoria de se classificar, já de início, com tal arrecadação, coletoria de primeira categoria. A exclusão da Cachoeira Dourada, não prejudicará, portanto, a prosperidade de Capinópolis e sua existência legal como município autônomo, podendo com abundância, prover-se e a sua administração.<sup>309</sup>

Os representantes ituiutabanos pretendiam emancipar Capinópolis, mas queriam manter o distrito de Cachoeira Dourada. Partiram, então, para uma contra-argumentação. Apresentaram um mapa mostrando que os municípios ficariam com anomalias geográficas caso a delimitação do território de Capinópolis incluísse o de Cachoeira; também afirmaram que

[...] o distrito de Cachoeira Dourada quer continuar a pertencer a Ituiutaba, como sempre, de vez que o prendem à sede, interesses de ordem econômica, social e política [...]. Mas, retirar-se à comuna mais que essa faixa, para emancipar o distrito com as suas atuais divisas, importaria no completo e irredutível aniquilamento do município, quebrando-se lhe, sem que nada e de nenhuma forma o justifique, digo justificasse, o seu admirável rítmico [sic] de progresso, seria, digamos assim sem exagero, um golpe de morte a Ituiutaba.<sup>310</sup>

A contra-argumentação não teve o efeito desejado: Capinópolis se emancipou; e mais: Cachoeira Dourada, agora distrito, foi incluída no município capinopolense. Tais mudanças abalaram a estrutura econômica e política de Ituiutaba.

Em suma, Ituiutaba na década de 1920 se apresentava como um só distrito-sede. Nas décadas seguintes, o surgimento de povoados que se tornaram distritos mudou essa configuração. Mas a emancipação de tais distritos criou outros municípios, e em 1962 Ituiutaba voltou a ser município de um distrito só, com extensão territorial reduzida (cf. FIG. 4). Essa *dança* de povoados e distritos teve impacto nos índices estatísticos do crescimento demográfico do município, por isso sua interpretação tem de ser feita com atenção, assim como a análise do conjunto socioeconômico do município na fase em que compreendia um

---

<sup>309</sup> ITUIUTABA, 1953, p. 104–5.

<sup>310</sup> Ibidem, p. 106.

número considerável de distritos e após o desmembramento destes. Nessa pulverização política e econômica gradativa, cada município emancipado seguiu suas ideologias e formaram suas alianças político-econômicas, além de serem beneficiados pela cota do imposto de renda destinada pela União aos municípios. Mas a mudança e o benefício tributário não foram garantia de que se tornariam cidades de expressão política e econômica. Ituiutaba se enfraqueceu sociopolítica e economicamente, mas ainda continuou forte economicamente perante os distritos emancipados.

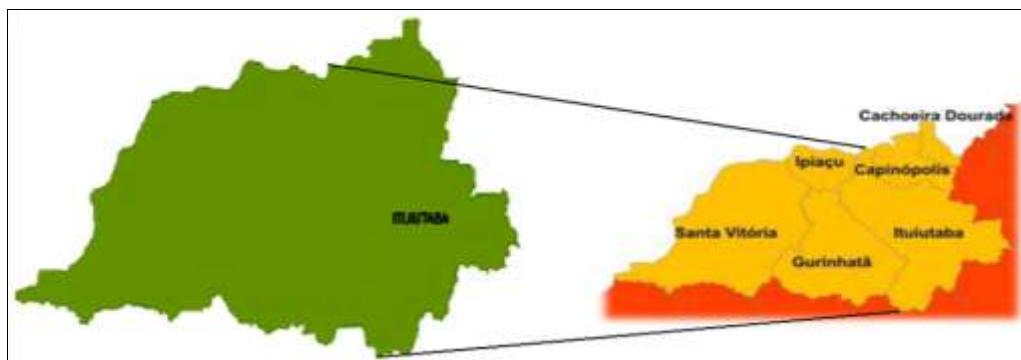


FIGURA 4 – Configuração geográfica de Ituiutaba após o desmembramento distrital; a extensão territorial passou a ter 2.694 quilômetros quadrados<sup>311</sup>

Com a emancipação dos distritos, a população urbana aumentou no município de Ituiutaba, e a cidade procurou formas de se organizar para possibilitar a todos o acesso aos serviços públicos. Conforme estatísticas do IBGE, a maior migração interna aconteceu de 1950 a 1960, quando a população rural se reduziu extraordinariamente e a urbana se elevou de 18,5% em 1959 para 44,3% em 1960 (cf. TAB. 16). Tal decréscimo e aumento se justificaram por causa das alterações na estrutura econômica, política e social provocada pela emancipação dos distritos. Como as áreas extensas de cultura ficaram em outros municípios, a população ativa<sup>312</sup> de Ituiutaba procurou melhores condições de subsistência e crescimento social na urbanidade. A predominância da agricultura e pecuária deu lugar à ascensão de atividades comerciais, de transporte e de prestação de serviços. Tal aumento resultou ainda em redefinição territorial urbana, prescrita pela lei municipal 24/1948,<sup>313</sup> sancionada em 23 de novembro de 1948 e cujo artigo 1º autorizava a prefeitura, para facilitar a administração, a

<sup>311</sup> Mapa organizado por nós.

<sup>312</sup> A *Revista Brasileira dos Municípios* (jul.–dez. 1959, p. 156) contém um texto sobre a População Economicamente Ativa na década de 1950 onde se lê que “[...] mais de quatro quintos dos homens de 10 anos e mais no Brasil (80,1%), exercem atividades econômicas [...]” e que, em 1950, 7% da população ativa se dedicava a atividades agropecuárias. REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, jul.–dez. 1959, p. 156.

<sup>313</sup> A íntegra da lei 24/1948, com especificações e demarcações das zonas municipais, está disponível no livro de proposições de leis municipais de 1948 na Câmara Municipal de Ituiutaba.

tributação e o urbanismo, “[...] a dividir a cidade em zonas, obedecendo as seguintes divisões e especificações: a) Zona Central, b) Zona Urbana, c) Zona Suburbana, d) Zona do Capão Municipal e) Zona Adjacente”.<sup>314</sup>

TABELA 16  
Evolução da população urbana e rural em Ituiutaba — 1940–60

ANO	POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL			POPULAÇÃO TOTAL		
	Habitantes	Índice	%	Habitantes	Índice	%	Habitantes	Índice	%
1940	4.356	100	12,4	30.696	100	12,4	35.052	100	100,0
1950	9.771	223	18,5	42.761	139	81,5	52.472	150	100,0
1960	31.516	724	44,4	39.488	129	55,6	71.004	203	100,0

Fonte: ITUIUTABA, 1972, p. 24.

Texto sobre a economia tijucana publicado pela revista *Acaíaca* em edição de 1953 dedicada ao município de Ituiutaba afirma que o predomínio de estabelecimentos comerciais e industriais se apoiava, fundamentalmente, na produção agropecuária regional. Diz o autor, Helio Chaves, que, à parte as mais de 30 máquinas de beneficiar arroz, havia um matadouro modelo — cuja capacidade de abate era “[...] de 200 rezes por dia e 300 suínos” — e “[...] fábricas de banha e de manteiga, [...] que industrializam os produtos de sua lavoura e pecuária”.<sup>315</sup> Dito de outro modo, a economia estava num período de transição, motivada pela redução territorial, que fez surgirem outros meios de produção econômica. Tal situação reitera a constatação de Lefebvre de que “A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária”; ela salienta não “[...] o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”.<sup>316</sup>

TABELA 17  
Aspectos da produção industrial nos municípios de Ituiutaba e Capinópolis

MUNICÍPIO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	PESSOAL EM 31– XII		MÉDIA MENSAL DOS OPERÁRIOS — FIM DOS MESES DE TRABALHO EFETIVO NO ESTABELECIMENTO)	SALÁRIOS E VENCIMENTOS PAGOS		DESPESAS DE CONSUMO ( INCLuem COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTE, ENERGIA ELÉTRICA, EMBALAGENS)		VALOR DA PRODUÇÃO (INCLUI SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS)
		Total	Operários		Total	Operários	Total	Matérias -primas	
		Cr\$ 1000							
Ituiutaba	41	454	356	413	21.456	14.156	486.415	462.272	609.445
Capinópolis	—	10	6	7	550	238	5.1785	4.983	8.272 445

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, 1959.

<sup>314</sup> ITUIUTABA, 1948, p. 11–2.

<sup>315</sup> CHAVES, 1953, p. 77.

<sup>316</sup> LEFEBVRE, 2004, p. 17.

Por esse quadro pressupõe-se que a população urbana de Ituiutaba — da qual parte significante veio do campo — precisava se adequar à nova configuração econômica e à consolidação de novos meios de produção; e tal adequação previa a escolarização como passaporte para a vida na cidade: mais ações em prol da educação, a ser definidas e concretizadas pela administração municipal, que, já nos anos em que subsidiou vilas, povoados e distritos, direcionou parte de suas verbas à construção de escolas, à contratação de pessoal e à aquisição de equipamentos para seu funcionamento em vários locais.

Assim, logo após o desmembramento distrital, o município voltou sua atenção ao ensino noturno, porque este teria as condições necessárias à alfabetização de adultos trabalhadores — questão central nos anos desenvolvimentistas vividos pela nação. A escola primária de ensino noturno seria imprescindível à esfera educacional municipal e regional, pois o distrito-sede — a cidade de Ituiutaba — tornou-se polo comercial da microrregião do pontal. Eis por que vemos esse entendimento da consolidação da municipalidade ituiutabana como importante para uma compreensão mais profunda das ações municipais direcionadas à Escola Machado de Assis: municipal e de ensino primário noturno.

## Capítulo 3

### ESCOLA NOTURNA “MACHADO DE ASSIS” NO CONTEXTO MUNICIPAL

*Há coisas que melhor se dizem calando.*

MACHADO DE ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas.*

**C**omo o poder local implanta a instrução noturna regular? Que relação há entre a transformação do sujeito via escolarização — processo final oferecido à sociedade pela escola noturna — e a forma de subsistência na e da cidade? Como o jornal *Folha de Ituiutaba* — vitrine social e principal meio de comunicação do município de Ituiutaba no recorte temporal desta pesquisa — retrata essa escola noturna? Que impactos essa escola provocou na cidade ao escolarizar trabalhadores num período de desenvolvimento ascendente? Responder a essas questões exigiu entender as relações políticas, sociais e econômicas entre a escola noturna pesquisada e o município de Ituiutaba (MG). Visto que tal escola resultou de uma interação com a sociedade, a política e a economia, essas esferas ajudaram a delimitar seus horizontes e estabelecer suas nuances, isto é, a conjuntura que contribuiu para o que a escola é hoje e o que foi antes. É isso que deixam entrever as atas do Legislativo local (cf. QUADRO 4) e as páginas da *Folha de Ituiutaba*.

#### 3.1 Antecedentes históricos da institucionalização da escola noturna

A formalização municipal da Escola Noturna Machado de Assis tem vínculos com o contexto político de Ituiutaba da época de sua implantação. As eleições de 1936 alteraram o poder político na cidade: o pleito foi uma disputa acirrada entre a Coligação Municipal, o Partido Republicano Mineiro (PRM) e a Ação Integralista Brasileira (AIB). Segundo Chaves, a Coligação Municipal se organizou para fazer frente à política de Pedro Fenelon,<sup>317</sup> desacreditada pela população por causa da violência das ações atribuídas a ele, então presidente do Partido Progressista (PP), partido situacionista do município; a coligação aglutinou em suas fileiras representantes de famílias tradicionais e de prestígio social da cidade com a proposta de trazer “[...] paz e tranquilidade pública, visando o progresso

<sup>317</sup> Líder ituiutabano e presidente do PP que atuou nas revoluções de 1930 e 32. Após a morte trágica, alguns de seus partidários se refugiaram na bandeira do PRM. Para uma compreensão mais aprofundada da política fenelonista em Ituiutaba, ver CHAVES, 1984.

crescente do município e o bem-estar de seu povo”.<sup>318</sup> Esse discurso angariou recursos fartos que ajudaram na caminhada rumo à vitória — obtida com 1,9 mil votos no pleito democrático. Ainda de acordo com Chaves, a AIB de Ituiutaba tinha um número inexpressivo de partidários, mas obteve 120 votos, graças ao estilo incomum de campanha: “[...] [partidários] desassombrados no campo aberto das idéias e na divulgação de seus postulados ideológicos”.<sup>319</sup> O PRM, que se uniu ao PP, “[...] mais estruturado, concorreu com chapa completa para Juízes de Paz de Ituiutaba e do Distrito de Santa Vitória”<sup>320</sup> e obteve 400 votos.

Entre 1936 e 37, Ituiutaba tinha uma escola de alfabetização de adultos — a Escola do Laurindo —, mantida pela AIB e que sucumbiu quando a Coligação Municipal assumiu a liderança política. O então prefeito eleito Adelino de Carvalho autorizou a criação de uma escola noturna na sede do distrito de Ituiutaba para alfabetizar adultos.

Ata da Sessão da Câmara Municipal de Ituiutaba, realizada aos vinte e três dias de abril do ano mil novecentos e trinta e sete. [...]. Passando-se a discussão dos projetos distribuídos às respectivas comissões, verificou-se o resultado seguinte: [...] 2) projeto considerando feriados municipais os dias 19 de março, onomástico do Padroeiro da Cidade e 24 de julho, data da reconstitucionalização do município; aprovado também por unanimidade; [...]. 11) projeto que autoriza a compra de bandeiras nacionais para as escolas e repartições públicas da cidade; 12) projeto que crea três escolas municipais, sendo uma noturna, na cidade, as demais nos locaes — Caçada e Macaco; 13) projeto que adota o uso obrigatório do uniforme das escolas municipaes; [...] Em tempo: declaro que os projetos supra-citados foram todos aprovados em segunda discussão.<sup>321</sup>

No clima político prévio à promulgação da Constituição de 1937, o Poder Legislativo local, em reconhecimento da importância da reconstitucionalização municipal, decretou feriado no município o dia 19 de março, isto é, dia do acontecimento que deu voz à democracia; e tal atitude destoou do clima repressivo que certamente reinava na nação: o golpe de 1937 não ocorreu de uma hora para outra: “pairava no ar” a tendência repressiva do momento político posterior. Além disso, a autorização para criar a escola noturna na cidade de Ituiutaba punha o poder político que assumiu em 1937 como promotor de um benefício importante à sociedade civil; afinal, já havia alfabetização de adultos na “Escola do Laurindo”; e a situação — e claro — não podia ficar alheia a isso. Repetia-se, assim, o velho jogo político.

---

<sup>318</sup> CHAVES, 1984, p. 451.

<sup>319</sup> CHAVES, 1984, p. 453.

<sup>320</sup> CHAVES, 1984, p. 456.

<sup>321</sup> ITUIUTABA, 1936–40, p. 8–9; grifo nosso.

## QUADRO 4

## Intenções municipais voltadas à Escola Noturna “Machado de Assis” transcritas das Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba — 1937–60

PREFEITO	ÓRGÃO LOCAL	PRESIDENTE	DATA	PROPOSTA
Adelino de O. Carvalho.	Câmara Municipal	Presidente da Câmara – Tobias Gomes Junqueira	23/4/1937	“Aprovado em segunda discussão o projeto 12/53 — que cria três escolas municipais, sendo uma noturna na cidade, as demais nos locais Caçada e Macaco.”
Jaime Veloso Meinberg	—	—	25/11/1941	“Criada pelo Decreto lei nº 73, como escola primária da sede da cidade de Ituiutaba a Escola Municipal ‘Machado de Assis’. Considera-se o início de seu funcionamento no noturno (passou a funcionar no diurno a partir de 1974) e não possui registro na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.”
Mário Natal Guimarães	Comissão de Finanças, Justiça e Legislação da Câmara Municipal	Presidente da Comissão – Álvaro Brandão de Andrade.	1º/11/1948	“Comissão aprova por unanimidade o projeto: 6º Dispõe sobre a criação do Corpo Contínuo Escola ‘Machado de Assis’ e Capinópolis.”
Mário Natal Guimarães	Poder Executivo – Câmara Municipal	Presidente da Câmara – José de Moraes Garcia Vilela	13/11/ 1948	“Proposição de Lei nº 34/48 (abre créditos suplementares, a dotação do orçamento vigente). Art. 1º ‘8334’ — Iluminação da Escola Noturna Cr\$ 400,00.”
Mário Natal Guimarães	Poder Executivo – Câmara Municipal	Presidente da Câmara – José de Moraes Garcia Vilela	13/11/ 1948	“Proposição de Lei nº 8/48 (cria cargos no quadro do pessoal da prefeitura). Art. 1º – porteiro contínuo da Escola Machado de Assis na sede — Vencimentos anuais Cr\$ 4.200,00. Porteiro contínuo da Escola Pedro II de Capinópolis — Vencimentos anuais Cr\$ 4.200,00.”
Mário Natal Guimarães	Poder Executivo – Câmara Municipal	Presidente da Câmara – José de Moraes Garcia Vilela	26/11/1948	“Proposição de Lei nº 7/48 (dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Prefeitura). Art. 1º - os vencimentos e salários do pessoal da prefeitura passarão a ser os seguintes: — Diretora da Escola ‘Machado de Assis’ — Cr\$ 7.800,00; — Professora da 1ª classe — Cr\$ 5.880,00; — Professora da 2ª classe — Cr\$ 4.680,00; — Professora da 3ª classe — Cr\$ 3.960,00.”
Mário Natal Guimarães	Comissão de Finanças, Justiça e Legislação da Câmara Municipal de Ituiutaba	Presidente da Comissão – Arão Alves de Oliveira	31/10/1950	“Comissão aprova o Projeto de Lei 5º - Requerimento de 11 professoras da Escola Noturna ‘Machado de Assis’ para que seja efetuado o pagamento de Cr\$ 24.500,00.”
Mário Natal Guimarães	Poder Executivo – Câmara Municipal	Presidente da Câmara – Petrônio Rodrigues Chaves	23/6/1951	“Proposição de Lei nº 147/51 (modifica a redação do art. 1º da Lei nº 36, de 24 de novembro de 1948). Art. 1º – o art. 1º da Lei nº 36 de 24 de novembro de 1948, passa a ter a seguinte redação: Ficam criados, no quadro do funcionalismo desta Prefeitura, os cargos de Porteiro – contínuo da Escola Noturna ‘Machado de Assis’, desta cidade, e da Escola ‘Pedro II’, de Capinópolis, com os vencimentos anuais de Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros) e Cr\$ 720,00 (setecentos e vinte cruzeiros) respectivamente.”

(Cont.) — Intenções municipais voltadas à Escola Noturna “Machado de Assis” transcritas das Atas da Câmara Municipal de Ituiutaba — 1937–60

PREFEITO	ÓRGÃO LOCAL	PRESIDENTE	DATA	PROPOSTA
Mário Natal Guimarães	Poder Executivo – Câmara Municipal	Presidente da Câmara – Petrônio Rodrigues Chaves	28/7/1951	“Proposição de Lei nº 155/51 (autoriza o Poder Executivo a promover estudos e orçamentos para execução de obras e serviços públicos). Art. 1º Fica o Senhor Prefeito autorizado a mandar proceder ao levantamento da planta cadastral e do plano diretor da cidade e das vilas, e a estudos, projetos e orçamentos das seguintes obras e serviços públicos; (n)- construção de prédios próprios para funcionamento das Escolas Municipais ‘Machado de Assis’, da cidade, e ‘Pedro II’, da Vila de Capinópolis e de prédios para funcionamento das escolas rurais.”
David Ribeiro de Gouveia	Comissão de Finanças, Justiça e Legislação da Câmara Municipal	Presidente da Comissão – Tolstoi Cardoso	26/ 8/1953	“Aprovado o projeto – lei nº CM 13/53 que autoriza o Sr. Prefeito a construir o prédio onde deverá funcionar a Escola Noturna ‘Machado de Assis’, sendo que o Vereador Alfredo Demétrio Jorge votou contra.”
David Ribeiro de Gouveia	Reunião extraordinária da Câmara Municipal	Presidente da Câmara – Petrônio Rodrigues Chaves	26/8/1953	“A ordem do dia 27-08-53; Projeto CM/13/53 que autoriza a construção de um prédio para funcionamento da Escola ‘Machado de Assis’ e dá outras providências; Tendo o vereador Alfredo Demétrio Jorge solicitado vista do Projeto CM/13/53, acima referido, foi lhe concedido pelo prazo de 24 horas.”
David Ribeiro de Gouveia	Reunião extraordinária da Câmara Municipal	Presidente da Câmara – Petrônio Rodrigues Chaves	27/8/1953	“Pareceres da Comissão de Finanças, Justiça e legislação – Projeto CM/13/53 que autoriza a construção de 1 prédio para funcionamento da Escola Machado de Assis e dá outras providências.”
David Ribeiro de Gouveia	Reunião extraordinária da Câmara Municipal	Presidente da Câmara – Petrônio Rodrigues Chaves	4/9/1953	“Aprovado em 1ª discussão, por 5 votos, a Comissão de Redação – CM 13/53, que autoriza a construção de 1 prédio para funcionamento da ‘Escola Machado de Assis’ e dá outras providências, com a seguinte emenda ao art. 1º: suprima-se os dizeres ‘a ser localizada na Praça Getúlio Vargas’.”
Antônio de Souza Martins	Câmara Municipal	Presidente da Câmara – David Ribeiro de Gouveia	6/11/1956	“Projeto-lei CM /36/56 – cria, no quadro do funcionalismo municipal, o cargo de Servente da Escola Noturna ‘Machado de Assis’.”
Antônio de Souza Martins	Câmara Municipal	Presidente da Câmara – David Ribeiro de Gouveia	22/11/1956	“Projeto-lei CM /36/56, que cria, no quadro do funcionalismo municipal, o cargo de Servente da Escola Noturna ‘Machado de Assis’. Posto em discussão, falaram os vereadores Manoel Moraes e Tolstoi Cardoso e feita a votação, foi rejeitado por 6 votos. Comunique-se e arquive-se.”
David Ribeiro de Gouveia	Comissão de Finanças, Justiça e Legislação da Câmara Municipal	Presidente da comissão – Paulo Domingos Vilela	2/5/1960	“Discutido, aprovado e encaminhado ao plenário o Projeto CM/19/60, que autoriza transformar a Escola Noturna ‘Machado de Assis’, em Grupo Escolar Estadual e dá outras providências.”

Fonte: ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livros de atas** — 1930–1960.

Dados do Anuário Estatístico do Brasil<sup>322</sup> mostram que o número de escolas públicas municipais em Minas Gerais somava 3.375, das quais 62 funcionavam em três turnos, ou seja, ofereciam oportunidade de escolarização noturna. Município com desenvolvimento econômico em ascensão, graças à exploração diamantífera, que fomentou o comércio da cidade, Ituiutaba certamente apostava na criação de estabelecimentos educacionais para efetivar propósitos de escolarização, ou seja, reduzir o analfabetismo da população adulta, então privada de votar — logo, de exercer a cidadania. Além disso, embora provida de princípios democráticos, a governança política local, como o país todo, respirava os anseios incipientes do Estado Novo; noutras palavras, via a educação como algo que poderia transformar o adulto trabalhador analfabeto — moldar seu caráter — pela escolarização, numa época em que a ordem e a moral eram ideais almejados pela nação como forma de civilizar o cidadão, combater a suposta subversão.

Com efeito, ao discorrer sobre a escolarização como processo civilizatório, Veiga o faz com base nas ideias de Michel Foucault e afirma que escolarizar “[...] é uma estratégia inscrita em jogos de poder, ligada a configurações de saber que deles nascem e também os condicionam”,<sup>323</sup> logo, a escolarização ocorre como estratégia de poder. É um meio de institucionalizar o ensino que possibilita formar as pessoas integralmente. Por isso, serve a princípios de poder; os conhecimentos oferecidos são escolhidos e estabelecidos por instâncias maiores em contextos apropriados.

Nesse contexto político-histórico, ainda se esperava que a educação promovesse o Brasil não apenas socialmente, mas também economicamente. Dão pistas dessa esperança as palavras de Getúlio Vargas dirigidas ao Poder Legislativo federal em 3 de maio de 1937:

Era reconhecida de longa data, a necessidade de uma sistematização das questões educacionais. [...]. É natural que obra de tamanho vulto e de alcance incalculável, na hora presente, levante controvérsias doutrinárias ou críticas de minúcia. O tempo e a experiência se incumbirão de mostrar o que realmente comporta aperfeiçoamento bem assim as demissas a corrigir. Não é ocioso ressaltar a complexidade do problema, cuja solução foi ajustada, pela primeira vez, a um plano orgânico e amplo, não restrito a este ou àquele setor, nem limitado à instrução num dos seus ramos, mas aplicado a todo o campo educacional. A reforma atualmente em execução requer, por isso continuadores, aos quais caberá a missão de aperfeiçoá-la, de modo a transformar, as nossas instituições educativas em instrumento eficiente de progresso social e econômico do país.<sup>324</sup>

<sup>322</sup> BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1937a. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_xls/palavra\\_chave/educacao/supletivo.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/educacao/supletivo.shtml)>. Acesso em: 25 set. 2010.>. Acesso em: 25 set. 2010.

<sup>323</sup> VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, set./out./nov./dez. 2002.

<sup>324</sup> BRASIL. Congresso nacional. **Mensagem do presidente Getúlio Vargas ao Poder Legislativo federal em 3 de maio de 1937b**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

Assim, uma vez decretado o Estado Novo e crendo-se nas possibilidades de efetivação do no regime via educação — “[...] instrumento eficiente de progresso social, e econômico do país” —, planeja-se uma reforma educacional ampla para que a educação formalizada pela escolarização servisse como instrumento aos propósitos sociais e econômicos do país. Para fomentar economicamente ainda mais a nação, “[...] o ensino profissional tinha absoluta primazia”.<sup>325</sup>

Entretanto, Vargas via a instrução primária como “[...] matéria de salvação pública”.<sup>326</sup> Por isso as escolas seriam responsáveis pelo desenvolvimento moral e patriótico da população. Traços dessa responsabilidade se traduzem já em 1939, quando, segundo Horta,<sup>327</sup> as escolas primárias foram obrigadas a hastear a Bandeira do Brasil e a cantar o Hino Nacional diariamente — isso justifica a compra de bandeiras pela prefeitura de Ituiutaba, conforme registro em ata municipal citada antes. Outro documento do Legislativo registra o apoio às medidas tomadas pela União.

Antes do encerramento dos trabalhos, esta Casa, reconhecendo a gravidade da Situação em que atravessa o País e a responsabilidade que pesa sobre os ombros do preclaro Governador Benedito Valadares, como executor do Estado de Guerra, neste Estado, deliberou, por unanimidade, aprovar uma moção de absoluta solidariedade política com o governo do Estado. Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada esta sessão [...].<sup>328</sup>

A fonte documental de onde provém a passagem citada acima foi o último documento lavrado em ata da Câmara de Ituiutaba referente ao período em que perdurou o Estado Novo, iniciado em 1937. Foi um período de centralização e repressão, patente também nessa cidade interiorana mineira. Não há outros registros em atas nem na imprensa local nesse recorte temporal. A lacuna nas fontes documentais cessou quando reencontramos atas de 1947 na Câmara Municipal e o acervo da família do falecido Ercílio Domingues da Silva, proprietário do jornal *Folha de Ituiutaba*, fonte justificada na introdução desta pesquisa.

---

<sup>325</sup> CUNHA, 1981, p. 118.

<sup>326</sup> Ibidem.

<sup>327</sup> HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia:** regime autoritário e a educação no Brasil (1930–1945). Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1994.

<sup>328</sup> ITUIUTABA, 1936–40, p. 16.

### 3.2 Escola noturna nominada Machado de Assis

Nesse ínterim e em consonância com os interesses da Coligação Municipal, a Legião Negra criou, em 1937, para suprir necessidades educacionais comunidade negra, a Escola Noturna 13 de Maio, que começou a funcionar precariamente, com professores voluntários e em espaço cedido pelo Grupo Escolar João Pinheiro. Após a deposição do prefeito Adelino de Oliveira Carvalho, em 1940, o interventor do estado Benedito Valadares nomeou Jaime Veloso Meinberg como prefeito de Ituiutaba, que governou o município até 1945. Em 25 de novembro de 1941, o prefeito nomeado criou a Escola Municipal “Machado de Assis” na cidade de Ituiutaba.

Na verdade, a escola criada já existia; o prefeito apenas mudou a nomenclatura “Noturna 13 de Maio” para “Municipal ‘Machado de Assis’”, via decreto-lei 73. O prefeito mudou o nome da escola, porém não mudou a escola de lugar, visto que esta continuou a funcionar no espaço do grupo escolar, porém com professores e energia elétrica financiados pela prefeitura; documento oficial de 13 de novembro de 1948 registrou o montante gasto com energia elétrica pela escola noturna e pago pela prefeitura: “Proposição de Lei nº 34/48 (abre créditos suplementares, a dotação do orçamento vigente). Art. 1º ‘8334’ — Iluminação da Escola Noturna Cr\$ 400,00”.<sup>329</sup>

Essas considerações dão pistas da relação da escola noturna com o poder local de Ituiutaba. A mudança de nome da escola e sua legitimação pela prefeitura ocorreram num período nacionalmente antidemocrático. De fato o poder público local destinou à educação recursos municipais (parcos por sinal, pois nesse momento de centralização as receitas municipais eram minguadas); mas isso não invalida o entendimento de que a prefeitura se apropriou estrategicamente dessa escola, talvez, para controlar quem a frequentava e a produzia cotidianamente, como num exercício de poder político de quem detém a possibilidade econômica de financiar tal escola. Ora, diz Foucault, “[...] o poder não é uma instituição, uma estrutura, uma lei universal: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”;<sup>330</sup> nesse sentido, os jogos de poder se alinham a estratégias para alcançar o pretendido. Diz esse pensador:

---

<sup>329</sup> ATA da 15ª sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 13 nov. 1948, p. 192. In: ITUIUTABA, 1947–48.

<sup>330</sup> FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974–1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 89.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.<sup>331</sup>

Enfim, a mudança de nome da escola noturna em 1941 — ou seja, sua institucionalização — foi uma estratégia do poder municipal para acompanhar certas ações — a exemplo da aplicação e recepção de conteúdos — e seus sujeitos — discentes e docentes. Além disso, a data 13 de maio na composição do nome alude a acontecimentos marcantes na história do país, como a libertação dos escravos. Por sua vez, a presença do antropônimo Machado de Assis na composição do nome da escola remete ao mulato fluminense Joaquim Maria Machado de Assis,<sup>332</sup> um dos mais ilustres escritores da literatura brasileira, o que dá azo a divagações. Por exemplo, visto que o alunado da escola era composto inicialmente por pessoas negras adultas trabalhadores e que Machado de Assis era mulato, de origem humilde, isso muda o *status quo* da instituição ou o ratifica? Fica a inquietação. De qualquer forma, a mudança de nome favorece sutilmente o rompimento com o poder articulador da escola, pois se estabelecem outros mandantes, outro domínio.

### 3.3 Movimentação demográfica rural-urbana e escola noturna

A essa faceta política que, ao mesmo tempo, envolve a formalização dessa escola e se vincula a ela se alinha outra: as condições econômicas. Na economia nacional, as diretrizes sinalizavam um processo de industrialização que motivou uma alteração gradativa na feição do quadro populacional rural, porque a população campesina rumou para áreas urbanas, no rastro da promessa de oportunidades de emprego — e de condições mais dignas de vida — suscitada pela economia industrializada, sobretudo após a Segunda Grande Guerra. A Tabela 18 oferece um panorama da acentuação migratória interna da população rural no país.

---

<sup>331</sup> FOUCAULT, 2001, p. 88–9.

<sup>332</sup> Cronista, contista, dramaturgo, jornalista, poeta, novelista, romancista, crítico e ensaísta. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839. Filho de Francisco José de Assis, operário mestiço de negro e português, e de dona Maria Leopoldina Machado de Assis, aquele que viria a se tornar o maior escritor do Brasil e mestre do idioma lusitano, perdeu a mãe logo cedo, sendo criado pela madrasta, Maria Inês, também mulata, que se dedica ao menino e o matricula na escola pública, a única que frequentou o autodidata Machado de Assis. Disponível em: <[http://www.releituras.com/machadodeassis\\_bio.asp](http://www.releituras.com/machadodeassis_bio.asp)>. Acesso em: 14 jan. 2011.

TABELA 18  
Distribuição da população brasileira — 1940–60

ESPECIFICAÇÃO	1940		1950		1960	
	Total	41.326.315	%	51.944.397	%	70. 992.343
Suburbana/Urbana	12.880.182	31	18. 782.891	36	32.004.817	45
Rural	28.356.133	69	33.161.506	64	38.987.526	55

Fonte: RIBEIRO 2001, p. 138.

A tendência à concentração populacional maior nos meios urbanos e suburbanos tornava mais urgente a solução do problema analfabetismo. E mesmo que esse novo ambiente exigisse, “[...] pelo menos, as técnicas de leitura e escrita”,<sup>333</sup> o número de analfabetos nas cidades crescia progressivamente. O crescimento demográfico e a urbanização aumentavam a procura por escolarização em meio à parcela populacional que se encontrava fora da faixa etária, então população adulta marginalizada pela incapacidade de ler e escrever. Assim, ocorre uma *corrida* em busca de alfabetização — demandada socialmente — e, em números relativos, o analfabetismo decresce (cf. TAB. 19).<sup>334</sup>

TABELA 19  
Mostra da evolução do analfabetismo segundo a idade — 1940–60

ANO	MAIS DE 15 ANOS DE IDADE	TAXA	15–19 ANOS DE IDADE	TAXA
1940	13.279.899	56,17%	8.937.282	54,11%
1950	15.272.432	50,48%	9.964.060	47,64%
1960	15.815.903	39,35%	9.422.610	34,87%

Fonte: ROMANELLI, 1987, p. 75.

Para Moura Sobrinho e Inácio Filho, “Devemos ter em mente que o ensino, quando voltado para as massas, traz a reboque problemas de ordem estrutural que merecem ser vistos com mais acuidade, entre eles: a questão dos investimentos em educação e instrução [...]”.<sup>335</sup> Assim, embora o índice de analfabetismo tenha decrescido, a política educacional nesse contexto histórico massificou a educação escolar, e isso se refletiu em sua qualidade e na estrutura dos prédios que ofertavam escolarização à população.

Com efeito, a tendência nacional de desamparo dos problemas estruturais na esfera da educação pública ecoou na municipalidade de Ituiutaba, e isso contribuiu para os índices elevados de analfabetismo no município na década de 1940. A dimensão do problema pode ser representada assim: 91,92% dos homens na faixa etária 5–39 anos eram

<sup>333</sup> RIBEIRO, 2001, p. 139

<sup>334</sup> Cf. ROMANELLI, 1987.

<sup>335</sup> MOURA SOBRINHO, Vicente Batista de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Imprensa e massificação do ensino em Uberlândia, MG: preliminares do percurso histórico (1940–1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: ed. UFU, v. 1, n. 1, p. 127, jan./dez. 2002. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/320/313>>. Acesso em: 18 jan. 2011.

analfabetos; de 11.912 mulheres nessa faixa etária, 92,15% não sabiam ler nem escrever. Essa estatística levantada no Recenseamento Geral<sup>336</sup> sugere a relevância da escola noturna, pois o período noturno abrange a população adulta analfabeta, sem tempo para estudar de dia.

Nesse tempo, a educação pública municipal se concentrava na zona rural, haja vista que a base da economia em Ituiutaba era agropastoril e a população rural, maior que a urbana (da cidade-sede). A alteração populacional também ocorreu aos poucos, em razão de fatores como a emancipação dos distritos, desenvolvimento do comércio da cidade de Ituiutaba, então polo regional, como vimos no cap. 2 (a Tabela 20 mostra os números dessa evolução). Suprir a necessidade educacional dessa população mais numerosa supunha ter mais escolas e distribuí-las nas várias áreas rurais abrangidas pelo município de Ituiutaba (cf. QUADRO 5).

Contudo, mesmo como o crescimento demográfico urbano, a Escola Noturna “Machado de Assis” era a única escola municipal, na esfera urbana, até a segunda metade da década de 1960; só em 1966 foi criada outra.<sup>337</sup> De certa forma, supriu essa carência a disseminação dos cursos supletivos, que promoviam o aluno adulto não escolarizado em idade apropriada. A *Folha de Ituiutaba* noticiou a chegada de tais cursos a Ituiutaba em edição de junho de 1947, com esta manchete: “Fundado o Ensino Supletivo em Ituiutaba”; o curso foi oferecido no Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva. Portanto, na segunda metade da década de 1940, a escolarização de adultos na sede distrital de Ituiutaba se resumia à Escola Noturna “Machado de Assis” — ensino primário — e ao Grupo Escolar Mascarenhas — ensino supletivo.

TABELA 20  
Crescimento demográfico total da cidade-sede — 1940–60

ANO	POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO		POPULAÇÃO DA CIDADE-SEDE		
	Habitantes	Índice	Habitantes	Índice	%
1920	20.772	100	—	—	—
1940	35.052	169	4.002	100	11,4
1950	52. 472	253	8.002	200	15,3
1960	71. 004	342	29.742	743	41,9

Fonte: ITUIUTABA, 1972, p. 21.

<sup>336</sup> BRASIL, 1950, p. 58

<sup>337</sup> Decreto municipal 404, de 27/12/66; Escola Municipal Manoel Alves Vilela. ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba. **Informações avulsas**, 2010.

**QUADRO 5**  
**Escolas municipais rurais de Ituiutaba e sua criação — 1941–60**

ESCOLA MUNICIPAL RURAL	DATA DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
E. M. Alberto Torres	Decreto-lei 073, de 25/11/1941	Água Suja
E. M. José Bonifácio	Decreto-lei 073, de 25/11/1941	Córrego do Açu de
E. M. Quirino de Moraes	Decreto-lei 073, de 25/11/1941	Mateirinha
E. M. São Francisco de Assis	Decreto-lei 073, de 25/11/1941	Córrego do Retirinho
E. M. Duque de Caxias	Decreto-lei 073, de 25/11/1941	Córrego da Canoa
E. M. Francisco Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/1947	Campo Alegre
E. M. Augusto Alves Vilela	Decreto-lei 178, de 6/3/1947	Córrego da Divisa
E. M. Pref. Adelino de O. Carvalho	Decreto-lei 182, de 19/6/1947	Córrego do Monjolinho
E. M. Prefeito Jaime Meinberg	Decreto Lei nº 182 de 19-06-47	Ribeirão dos Baús
E. M. Francisco Antônio de Lorena	Lei 119, de 24/11/1951	Vila Miisa/Fisa
E. M. Constâncio F. de Almeida	Lei 119, de 24/11/1951	Cotia
E. M. Antônio Pedro Guimarães	Lei 119, de 24/11/1951	Córrego do Macaco
E. M. José Inácio de Souza	Lei 119, de 24/11/1951	Campo Alegre
E. M. Joaquim José Domingues	Lei 347, de 28/11/1955	Fazenda Santa Rita
E. M. Tiradentes	Lei 347, de 28/11/1955	Córrego do Açu de
E. M. Hilarião Chaves	Lei 559, de 21/3/1960	Salto de Moraes

Fonte: ITUIUTABA, 2010

Como o crescimento populacional urbano foi paulatino, o governo buscou escolarizar essa população preocupado com a elevação do índice de alfabetização no meio rural.

As bases físicas do sistema brasileiro de educação rural agora que estão sendo lançadas; também as suas bases pedagógicas mediante o aparelhamento das escolas normais especializadas e a realização, enquanto não iniciam seu funcionamento, de cursos de aperfeiçoamento para professores e dirigentes do ensino rural, levados a efeito na capital da República e nos Estados. A educação de adultos e adolescentes, destinada a corrigir deficiências passadas do aparelhamento escolar, está sendo promovida em bases de tal amplitude que a tornam, entre nós, praticamente uma iniciativa nova. Poucos se dão conta do labor e das dificuldades, técnicas e administrativas, impostos por um serviço dessa natureza, que pressupõe a colaboração de milhares de pessoas e autoridades em todos os recantos do país. Tanto nesse terreno, quanto no da construção de escolas rurais, a prática da colaboração intergovernamental representa, por si só, sensível ganho, até de natureza política.<sup>338</sup>

Essa mensagem presidencial deixa entrever preocupação não só com o aparelhamento das escolas rurais, mas ainda com a formação dos professores responsáveis pelas aulas nas escolas rurais. Segundo Pinho, no estado de Minas da década de 1940 em diante, foram realizadas as primeiras ações para implementar uma proposta diferenciada de escolas primárias para o meio rural, tendo em vista a melhoria dos padrões de vida e trabalho da população campesina. Tais medidas “[...] consistentes de investimento na educação dos meios rurais referiam-se à constituição de cursos de formação de professores, a serem realizados em instituições localizadas nos meios rurais”.<sup>339</sup>

<sup>338</sup> BRASIL (presidente Eurico Gaspar Dutra), 1978, p. 107.

<sup>339</sup> PINHO, Larissa Assis. **Civilizar o campo:** educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais — Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947–1956). 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009, p. 15.

Reflexo da situação nacional, a quase-totalidade das escolas municipais ituiutabanas estava no campo (cf. QUADRO 05). Mas não só a localização preocupava os dirigentes municipais; também a formação dos professores municipais merecia atenção. Afinal, as escolas precisavam responder aos anseios do poderio local, oferecendo à cidade, então em franco progresso, um índice de alfabetização convergente para os objetivos particulares não só das pessoas, mas também — e sobretudo — do poder econômico e político da cidade. Em 1951, a formação de docentes municipais foi amplamente discutida, como se nota em atas legislativas:

Nesse momento, o vereador Brandão de Andrade, pede a palavra e em longo discurso, fez um histórico do estado em que se acha a instrução em nosso município, dizendo mesmo, que um dos grandes males é grande falta de professores capazes e que sejam bem remunerados, o que não vem acontecendo. Disse do estado lastimável, que tem conhecimento de professores completamente analfabetos e que vem ministrando instrução primária aos meninos em muitas regiões do município. Que este sistema de ensino muito prejudica a mocidade, dando consequências péssimas para o futuro. Assim lembrou, várias medidas a serem usadas ao nosso município para o futuro, lembrando mesmo, este problema ser um dos mais importantes a ser tratado pelos futuros administradores.<sup>340</sup>

A voz legislativa local admitia preocupação com a formação insuficiente dos professores e os baixos salários pagos — sem dúvida, desestimulantes. A preocupação se traduziu em proposta de nova normatização<sup>341</sup> para promover docentes municipais conforme seu nível de escolaridade.

Proposição de Lei nº 151/51 (dispõe sobre o critério a ser adotado para a nomeação, digo, a promoção de professores municipais portadores de diploma de curso normal). Art. 1º – os professores municipais de 2ª e 3ª classes, que tenham feito o curso normal em escola reconhecida pelos poderes competentes, poderão ser promovidos à 1ª e 2ª classes, respectivamente, independente do interstício a que se refere o art. 51 do Decreto-lei estadual nº 864, de 28 de outubro de 1942 (Estatuto dos Funcionários Públicos e Civis dos Municípios do Estado de Minas Gerais), desde que a promoção obedeça ao critério de merecimento nos termos do Título I, capítulo VII, do citado decreto-lei.<sup>342</sup>

Como se lê nessa passagem, professores de segunda e terceira classes seriam promovidos à primeira e à segunda classe mediante diploma de curso normal e cumprissem os

<sup>340</sup> ATA da quinta sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 8 de nov. 1950, p. 79. In: ITUIUTABA, 1950.

<sup>341</sup> Professores de primeira classe recebiam salário maior que os de segunda classe, e estes recebiam salário maior que os de terceira já em 1948, quando os rendimentos dos docentes municipais e da diretora da escola noturna foram definidos pela “Proposição de Lei nº 7/48 (dispõe sobre vencimentos e salários do pessoal da Prefeitura). Art. 1º – os vencimentos e salários do pessoal da prefeitura passarão a ser os seguintes: — Diretora da Escola ‘Machado de Assis’ — Cr\$ 7.800,00. — Professora da 1ª classe — Cr\$ 5.880,00. — Professora da 2ª classe — Cr\$ 4.680,00. — Professora da 3ª classe — Cr\$ 3.960,00”. ATA da vigésima terceira sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 26 de nov. 1948. In: ITUIUTABA, 1950, p. 22.

<sup>342</sup> Ata de registros das proposições de leis da Câmara Municipal de Ituiutaba, 26 de jun. 1951, p.41.

critérios de merecimento. Segundo Rocha,<sup>343</sup> os critérios no decreto-lei estadual 0.864, de 1984 supunham que os professores fossem avaliados conforme estas variáveis: procedimento moral dentro e fora da escola, cultura pedagógica, vocação para o magistério, assiduidade, aproveitamento dos alunos sob sua responsabilidade, participação em conferências e reuniões, dentre outros.<sup>344</sup> Enfim, a classificação primeira, segunda e terceira classe não se refere à série em que o professor lecionava, mas ao seu nível de formação.

Embora houvesse mais escolas rurais do que urbanas, os professores resistiam a trabalhar nelas, porque tinham de se deslocar da cidade para o campo. Como era difícil o transporte entre uma área e outra, graças às condições ruins das estradas e à inoperância dos meios de transporte, os professores tinham de permanecer no campo, hospedados na casa de fazendeiros; também não havia condições dignas de trabalho, pois muitas vezes as aulas eram ministradas até em chiqueiros. Não bastasse essas dificuldades, havia fazendeiros mais afoitos que — disse um entrevistado que preferiu ter sua identificação preservada — mostravam-se à vontade com as professoras, as quais, hospedadas em suas casas, achavam-se em situação embarquecosa. Assim, muitas escolas rurais não funcionavam por falta de professores.

Em novembro de 1955, a bancada de vereadores discutiu a construção de mais escolas no município de Ituiutaba. O período desenvolvimentista do país impunha urgência à solução do problema do analfabetismo, e a educação escolar era uma delas. Na discussão, registrada em ata, o vereador Daniel de Freitas Barros argumenta que, com base em informações da prefeitura, havia 20 escolas paralisadas, ou seja, não havia necessidade de criar mais. O vereador Hélio Chaves disse que as escolas estavam inativas porque era difícil conseguir professores para o meio rural.

Na reunião posterior, os vereadores voltaram a insistir na construção de mais escolas, dentre as quais uma escola na Vila de Ipiaçu. O vereador Barros de novo ponderou que “[...] a criação dessas escolas virão [sic] onerar o município, e são, no momento desnecessárias”.<sup>345</sup> O vereador Chaves esclareceu que em Ipiaçu havia uma escola, portanto incapaz de suprir a demanda. O vereador, após “[...] várias considerações sobre o desvio de uma verba que poderia ser empregada em benefício da Escola Municipal ‘Machado de Assis’, que tantas vantagens trará para Ituiutaba”,<sup>346</sup> vota contra os projetos CM 18/55 e CM 48/55, que

<sup>343</sup> ROCHA, Maria da Consolação. **Políticas de valorização do magistério:** remuneração, plano de carreira, condições de trabalho — uma análise da experiência de Belo Horizonte. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 15.

<sup>344</sup> ATA da vigésima terceira sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 26 de nov. 1948. In: ITUIUTABA, 1947–48, p. 22.

<sup>345</sup> ATA de reunião da Câmara Municipal de Ituiutaba de 8 de nov. 1955. In: ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de atas**, 1955, p. 56.

<sup>346</sup> Ibidem.

autorizariam, respectivamente, a construção de escolas, inclusive mais uma na Vila de Ipiaçu. Houve empate de cinco votos para os projetos empataram, assim coube ao Presidente da Câmara o voto *Minerva*, que foi favorável à construção dos prédios escolares e nada mencionou sobre benfeitorias propostas pelo vereador Barros à Escola “Machado de Assis”.

Embora funcionasse desde 1941, a escola ainda não tinha prédio próprio; e a discussão sobre essa situação foi registrada desde 1951 nas atas de reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara. Uma delas contém o seguinte:

Proposição de Lei nº 155/51 (autoriza o Poder Executivo a promover estudos e orçamentos para execução de obras e serviços públicos). Art. 1º Fica o Senhor Prefeito autorizado a mandar proceder ao levantamento da planta cadastral e do plano diretor da cidade e das vilas, e a estudos, projetos e orçamentos das seguintes obras e serviços públicos; (n) – construção de prédios próprios para funcionamento das Escolas Municipais “Machado de Assis”, da cidade, e “Pedro II”, da Vila de Capinópolis e de prédios para funcionamento das escolas rurais.<sup>347</sup>

O projeto inicial previa a construção da escola em local próximo à praça Getúlio Vargas, proposta desconsiderada em setembro de 1953, como se lê nesta passagem relativa à aprovação, por cinco votos, o projeto “[...] CM 13/53, que autoriza a construção de 1 prédio para funcionamento da ‘Escola Machado de Assis’ e dá outras providências, com a seguinte emenda ao art. 1º: suprime-se os dizeres ‘a ser localizada na Praça Getúlio Vargas’”.<sup>348</sup> Depois de o assunto ser objeto de várias discussões, o então presidente da Câmara Petrônio Rodrigues Chaves salientou a importância do projeto referente à escola noturna, lamentando que “[...] problemas de tamanha relevância não tivessem merecido o valioso pronunciamento da Casa, dada a permanente falta de ‘quorum’ nas sessões da presente reunião”.<sup>349</sup>

Ainda em 1953, a Câmara aprovou o projeto que autorizava a construção do prédio para a escola noturna, mesmo com o voto contrário do vereador Alfredo Demétrio Jorge.

Em tempo: Por um lapso foi dito e consta na ata acima que todos os pareceres foram aprovados por unanimidade quando não é expressão do que aconteceu na presente sessão, porquanto o membro, vereador Alfredo Demétrio Jorge, votou contra o projeto-lei nº CM. 13/53 que autoriza o Sr. Prefeito a construir o prédio onde deverá funcionar a Escola Noturna “Machado de Assis”, ficando assim retificado este lapso.<sup>350</sup>

---

<sup>347</sup> ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de registro das proposições de leis**, 28 de jul. 1951, p. 45–6.

<sup>348</sup> ATA da 12ª sessão da 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 4 de set. 1953. ITUIUTABA, 1953, p. 109.

<sup>349</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>350</sup> ATA da 1ª sessão da 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, 26 de agost. 1953. In: ITUIUTABA, 1953, p. 38.

Todavia, a ação não se concretizou, e a escola perambulou pelos espaços da cidade. Mesmo após a mudança de nome — ou seja, mesmo após sua institucionalização pelo poder municipal —, ela continuou a escolarizar turmas de adultos do primeiro ao quarto ano primário no prédio do Grupo Escolar João Pinheiro; depois, ocupou espaços em uma casa na rua 18, na Escola São José, de padres (FIG. 5), no prédio da antiga Cadeia Pública e na Escola Estadual João Martins. Portanto, era uma escola itinerante não para estar próxima de seu público, mas porque tinha de ocupar os espaços que lhe eram cedidos quando, por algum motivo, tinha de deixar o local onde se encontrava.

Nessa itinerância, documentos importantes como atas, livros de pontos de professores, diários, registros escolares de matrícula e de conclusão do curso primário se perderam; a prefeitura parecia não ter interesse em preservar a memória dessa escola, pois não oferecia condições propícias para seu funcionamento nem para o arquivamento de documentos.



FIGURA 5 – Turma de alunos da professora Zamara Alves (Zazá Zoocoli) no começo da década de 1950, quando a escola Machado de Assis funcionava em espaço cedido pelos padres da Escola São José; as condições físicas da sala parecem ser pouco apropriadas à aula, sobretudo a iluminação precária e o tamanho, que dá pouco espaço à circulação de professores e à interação entre alunos

Fonte: acervo da professora Zazá Zoocoli.<sup>351</sup>

---

<sup>351</sup> Professora Zazá Zoocoli, que lecionou na escola na década de 1950 e que muitas vezes, não tendo com quem deixar seu filho, levava-o para a sala de aula.

A fotografia sugere que a escola noturna, embora atendesse adultos em seus primórdios, atendia também crianças, que provavelmente trabalhavam com seus pais de dia. Com efeito, à época era comum os pais recorrerem à mão de obra de filhos menores na lida do comércio familiar ou em casa.<sup>352</sup> Tal cotidiano se amparava no Código dos Menores,<sup>353</sup> que consolidava as leis de assistência e proteção a menores desde 1927 em seu capítulo IX, “Do trabalho dos menores”. Como se poder ver, crianças com idade inferior a 11 anos, autorizadas pelos pais ou pelo tutor, poderiam trabalhar profissionalmente e, a partir dos 12 anos, serem empregados legalmente se providas de certificação escolar primária. Nos termos do código,

Art. 101. É proibido em todo o território da República o trabalho nos menores de 12 anos.

Art. 102. Igualmente não se pode ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 anos e que não tenham completando sua instrução primária. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o considere indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contanto que recebam a instrução escolar, que lhes seja possível.<sup>354</sup>

Em Ituiutaba, cumprir as determinações do código era prioridade do juizado de menores, presidido por João Gabriel Perboyre Starling, juiz de menores da Comarca em 1957. Em entrevista de 1957 ao jornal *Correio do Pontal*, o juiz declarou que

Efetivamente o Código de Menores tem contrariado interesses vários nesta cidade e recebido incompreensões dos interessados porque tem sido uma lei de pouca evidência no nosso Estado. Pode-se dizer que Ituiutaba não conhecia o Código de Menores, como está sendo aplicado atualmente aqui, razão por que ainda produz choques de incompreensão entre a minoria e seus elementos do Juizado do Menor. Contudo, temos sido enérgicos no cumprimento da lei e continuaremos decididos a dar execução à mesma, enquanto formos autoridade nessa Comarca e levemos ao conhecimento dos leitores do “Correio do Pontal” que não temos intenção de sairmos daqui tão cedo [...].<sup>355</sup>

O juiz esclarece ainda na entrevista que os problemas maiores eram as sessões de cinema impróprias a menores, bares que tinham menores como fregueses e, sobretudo, a zona boêmia, que oferecia “[...] serviços prejudiciais de meretrício”. Também afirmou que pretendia expor objetos apreendidos com menores infratores, a exemplo de estilingues,

<sup>352</sup> Cf. SINGER, 1995.

<sup>353</sup> Cf. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-norma-pe.html>>. Acesso em: 6 nov.. 2010.

<sup>354</sup> Ibidem.

<sup>355</sup> CORREIO DO PONTAL, ano II, p. 6, 16 set. 1957, n. 96.

garruncheiras, bolinhas de vidro e bolas de futebol.<sup>356</sup> Nessa lógica, seria melhor que crianças e adolescentes trabalhassem na lida com seus pais e estudassem à noite.

Com efeito, é certo que já em 1951 menores trabalhadores frequentavam a escola noturna, isto é, cursos de alfabetização de adultos, como sugere a notícia “O ensino primário em Ituiutaba”, publicada pela *Folha de Ituiutaba*, e qual transcrevemos esta passagem: “Dos 50 estabelecimentos arrolados 6 são de cursos de alfabetização de adultos, com um coeficiente mínimo de matrícula de menores [...].” O texto fazia um balanço da situação em que se achava a instrução primária em Ituiutaba e se referia aos estabelecimentos educacionais mantidos pela federação, pelo estado e pelo município, daí a soma de 50, dos quais 33 eram mantidas pela prefeitura. Seis cursos são de alfabetização de adultos, a exemplo da Escola Noturna “Machado de Assis” (a única escola primária para adultos no distrito-sede) e outros em distritos e vilas, como se verifica na nota a seguir, sobre a escola de alfabetização de adultos na Vila de Gurinhatã.

Lei n. 156, de 8 de julho de 1952

Abre crédito especial

A Câmara Municipal de Ituiutaba decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º – Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 600,00 (seiscientos cruzeiros), para pagamento das seguintes despesas: [...] Maria Moreira Fonseca de Menezes, professora do Curso de Alfabetização de Adultos, da Vila de Gurinhatã, indenização das despesas com a aquisição de materiais para o serviço de iluminação do prédio onde funciona o referido curso, em novembro de 1951 Cr\$ 240,00.<sup>357</sup>

### 3.4 Financiamento da educação pública municipal

Na década de 1940, o município destinava à educação pública uma parcela pequena de sua receita orçamentária — em 1947, representava 0,88% do valor total (TAB. 21). Segundo Ribeiro,<sup>358</sup> as despesas com educação pública com base na média dos municípios brasileiros nessa década somavam 9,5%, em 1945; na década seguinte, 11,4%, em 1955. Como se vê, o percentual do orçamento de Ituiutaba destinado à educação pública ficou abaixo da média nacional, o que feria a Constituição Federal e Estadual de 1947, que obrigavam estados e municípios a aplicar o percentual de 20% na educação. Eis por que Romão afirma que os municípios cumprem um papel estrutural, mas as decisões dos “[...] governantes municipais não se apresentam de maneira uniforme”.<sup>359</sup>

---

<sup>356</sup> CORREIO DO PONTAL, ano II, p. 6, 16 set. 1957, n. 96.

<sup>357</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 535, ano XI, 13 set. 1952.

<sup>358</sup> Cf. RIBEIRO, 2001.

<sup>359</sup> ROMÃO, 1992, p. 23.

TABELA 21  
Balanço de receita e despesa – 22 a 30 de abril de 1947

RECEITA			DESPESA		
Receita orçamentária	CR\$	Total CR\$	Despesa orçamentária ordinária	Cr\$	Total CR\$
Ordinária	153.382,60		Por serviço		
Extraordinária	37.112,40	190.495,00	Administração geral	180,00	
			Segurança pública e assistência social	50,00	
			Educação pública	1.350,00	
			Serviços de utilidade pública	7.828,00	
			Encargos Diversos	3.075,00	12.483,00
<b>Receita extra-orçamentária</b>			<b>Despesa extra-orçamentária</b>		
Quota da previdência	34,80		Contas correntes	3.773,40	
			Credores por contas a regularizar de 1946	1.937,00	
			Efeitos a pagar de 1947	7.797,50	13.507,90
		190.529,80			25.990,90
<b>Saldos de 20 de abril</b>			<b>Saldos para maio</b>		
Em caixa	10.787,60		Em caixa	66.326,50	
Em bancos	406.237,90	417.025,50	Em bancos	515.237,90	581.564,40
		<b>607.555,30</b>			<b>607.555,30</b>

Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 1947, ano 6, p. 3, n. 234.

Essa análise supõe considerar a aliança entre economia e política local, isto é, que a verba da educação pública era definida só após serem definidos os percentuais destináveis a outras. Como o poder local tinha interesses em obras públicas como pavimentação, saneamento e modernização do município — que dão mais visibilidade ao governo em vigência —, entende-se por que 5,1 % da receita orçamentária ordinária total foi destinado aos serviços de utilidade pública (cf. TAB. 21), enquanto o percentual destinado à educação pública ficou do que receberam encargos diversos — quase de 2% do montante. Dito de outro modo, a educação não estava nem em segundo plano nas prioridades da governança municipal.

Em seu panorama das condições sociais, educacionais, políticas e econômicas de Ituiutaba, da região triangulina e do país, o jornal *Folha de Ituiutaba* destacou a fundação do curso supletivo em Ituiutaba no Grupo Escolar “Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva”, a campanha em prol da caixa escolar deste,<sup>360</sup> a Faculdade de Odontologia de Uberaba, as escolas rurais de Minas<sup>361</sup> e a inauguração da fotografia de Ildefonso

<sup>360</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 15 jun. 1947, ano 6, n. 225, p. 1.

<sup>361</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 10 ago. 1947, ano 6, n. 232, p. 1.

Mascarenhas da Silva.<sup>362</sup> Manchetes da edição de 12 de outubro de 1947 desse jornal diziam de “Escolas ambulantes para mecânicos” e “Escola para cegos”. Nessa edição se falou ainda que

A campanha de educação de adultos foi lançada e está sendo realizada como um movimento nacional, estribada não somente no apoio oficial mas, acima de tudo, na boa vontade de todos os que compreendem a urgência de extinguir em nosso país o mal terrível do analfabetismo.<sup>363</sup>

Segundo Paiva<sup>364</sup>, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos “[...] acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo”, além de servir de instrumento capaz de melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo.

A análise das fontes jornalísticas desta pesquisa permitiu supor que a imprensa escrita de Ituiutaba comungava com os ideais do poder político local. Tal suposição é reiterada pela leitura das atas de reuniões ordinárias e extraordinárias; a ata de 13 de janeiro de 1948 registra que Ercílio Domingues da Silva, diretor do jornal *Folha de Ituiutaba*, foi convidado a ir à Câmara “[...] como justo prêmio aos seus esforços no sentido de esclarecer e orientar a opinião pública”. Se é plausível pressupor que tal jornal publicava o que interessava ao Legislativo municipal e à sociedade tijucana, então também o é supor que tal interesse não incluía a Escola Noturna “Machado de Assis”. Ora, nesse ressaltar dos fatos educacionais em Ituiutaba e Minas Gerais na década de 1940, a escola não fora noticiada, mesmo que seu foco fosse a alfabetização de adultos, então algo urgente nacionalmente; à parte os fins sociais dessa ação, alfabetizar adultos era estratégia política para ampliar as bases eleitorais, pois a repressão política havia findado e os pleitos iriam ocorrer democraticamente.

De fato a repressão política havia findado em 1945, mas ela deixou resquícios sutis. Por exemplo, em 1948, com a proposição de lei 8, a prefeitura criava o cargo de porteiro contínuo da escola noturna — cargo importante para controlar a entrada e a saída da escola; enquanto o cargo de servente da instituição foi sugerido em 6 de novembro 1956, pelo projeto-lei CM/36/56, rejeitado e arquivado no dia 22 desse mês. O debate sobre a criação do cargo de porteiro foi registrado com frequência nas atas municipais, como em uma de 1948 em que se lê o seguinte:

<sup>362</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 6 jul. 1947, ano 6, n. 228, p. 1.

<sup>363</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 12 out. 1947, ano 6, n. 241, p. 3.

<sup>364</sup> PAIVA, 2003, p. 206.

Proposição de Lei nº 8/48 (cria cargos no quadro do pessoal da prefeitura). Art. 1º – porteiro contínuo da Escola Machado de Assis na sede — Vencimentos anuais Cr\$ 4.200,00. Porteiro contínuo da Escola Pedro II de Capinópolis — Vencimentos anuais Cr\$ 4.200,00.<sup>365</sup>

Outra ata, de 1951, registrou a alteração dos vencimentos dos porteiros, privilegiando economicamente o porteiro da escola de Ituiutaba. Eis o que diz o texto:

Proposição de Lei nº 147/51 (modifica a redação do art. 1º da Lei nº 36, de 24 de novembro de 1948). Art. 1º – o art. 1º da Lei nº 36 de 24 de novembro de 1948, passa a ter a seguinte redação: Ficam criados, no quadro do funcionalismo desta Prefeitura, os cargos de Porteiro-contínuo da Escola Noturna “Machado de Assis”, desta cidade, e da Escola “Pedro II”, de Capinópolis, com os vencimentos anuais de Cr\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos cruzeiros) e Cr\$ 720,00 (setecentos e vinte cruzeiros) respectivamente.<sup>366</sup>

Mesmo reduzido, o salário do cargo de porteiro da Escola Machado de Assis era quase o dobro do que receberia como salário o porteiro da escola de Capinópolis, privilégio que certamente se vinculava à localização da primeira escola — a sede do município.

Se a escola Machado de Assis servia aos propósitos estratégicos econômico-político-sociais da liderança municipal, também servia aos propósitos do alunado que dela se beneficiava. Ao se apropriarem taticamente do conhecimento, os alunos supostamente teriam mais possibilidades de ascender socioeconometricamente na cidade em desenvolvimento. Para Foucault, “[...] as táticas foram inventadas, organizadas a partir de condições locais e de urgências particulares”.<sup>367</sup> Assim, na visão do corpo discente da escola, alfabetizar-se pela escolarização era um meio de transformar e participar mais da vida econômica e social na esfera urbana, que também se transformava. Isso porque

A escolarização é sentida como necessária, enquanto oportunizadora das condições intelectuais que iriam proporcionar maior esclarecimento dos trabalhadores-cidadãos em função de um engajamento na transformação social. O acesso aos mecanismos da leitura e da escrita oportunizaria a ampliação dos horizontes políticos das classes populares e contribuiria para que elas conquistassem um poder que as fizesse livres. Para isso, o combate ao analfabetismo e a extensão das oportunidades de instrução eram urgentes e necessários.<sup>368</sup>

<sup>365</sup> ATA da décima quinta sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 13 nov. 1948. In: ITUIUTABA, 1947–48, p. 195.

<sup>366</sup> ATA de registros das proposições de leis da Câmara Municipal de Ituiutaba, 23 de jun. 1951. In: ITUIUTABA, 1947, p. 39.

<sup>367</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008a, p. 222.

<sup>368</sup> VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1993, p. 27.



FIGURA 6 – Adultos e menores formandos do quarto ano em novembro de 1947; Lázara Andrade (quinta em pé, da direita para a esquerda, ladeada à esquerda pela diretora Irazina Goulart)<sup>369</sup> era professora da escola na década de 1940 e diz que a singeleza da comemoração não traduzia o momento de alegria e júbilo; segundo ela, trabalhar na escola à noite era um desafio que, às vezes, a fazia chorar, por causa da insegurança de lecionar para quem tinha idade superior à dela — 17 anos de idade —, sobretudo quando tinha de se preocupar não só com a aprendizagem discente da escrita e da leitura, mas também com a formação moral dos alunos

Fonte: acervo da professora Lázara Andrade.

Com efeito, professora da escola noturna na década de 1950 Zazá Zoocoli, em entrevista para esta pesquisa, diz que muitos alunos que frequentaram a escola se tornaram docentes, comerciantes e até advogados (cf. FIG. 13). Essa docente lecionou por poucos anos na escola noturna, isto é, até conseguir um cargo estadual, pois o “[...] Estado pagava melhor”, diz ela. A formatura parece coroar o esforço para driblar as dificuldades impostas a quem, após um dia de trabalho, conseguia frequentar a escola noturna para concluir a meta proposta

Na *Folha de Ituiutaba*, eram recorrentes notas sobre a exoneração de docentes municipais porque conseguiram cargo público estadual:

---

<sup>369</sup> Irazina Goulart foi a primeira diretora da escola noturna e depois deu lugar a Maria de Barros.

*Expediente do Senhor Prefeito Municipal*  
Atos baixados no mês de fevereiro de 1959:

Dia 7/2/1959

– Revogando, em vista do que consta do processo nº. 217/59, o ato de 6 de junho de 1958, segundo o qual foi Lacy Ribeiro de Lima contratada para professora substituta da Escola Noturna “Machado de Assis”, em virtude de haver aceito cargo público estadual; [...]

Dia 11/2/1959

– Exonerado [sic] Antonina Volusia Soares Jardim do cargo de professora da 3<sup>a</sup> classe, da Escola Noturna “Machado de Assis”, em virtude de haver aceitado cargo público estadual, conforme processo nº 218/59, protocolado no dia 7 do corrente;

– Exonerado [sic] Mariana Ribeiro Franco do cargo de professora de 3<sup>a</sup> classe da Escola Noturna “Machado de Assis”, em virtude de haver aceitado cargo público estadual, conforme processo nº 219/59, protocolado no dia 7 do corrente.<sup>370</sup>

Tais notas reiteram o que pensava o vereador Brandão, para quem os professores municipais eram mal pagos. Diz ele que “[...] um dos grandes males [da educação municipal] é a grande falta de professores capazes e que sejam bem remunerados, o que não vem acontecendo”.<sup>371</sup>

O assunto finanças municipais e escola noturna era recorrente no Poder Legislativo, como mostra o livro de atas da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. A ata de reunião de 28 de outubro de 1948 registrou o projeto 6, que “[...] dispõe sobre criação corpo contínuo da Escola Machado de Assis”; a de 31 de outubro de 1950 registrou o projeto de lei, que aprovava o “[...] requerimento de 11 professoras da Escola Noturna ‘Machado de Assis’ para que [...] [fosse] efetuado o pagamento de Cr\$ 24.500,00”.

Tal requerimento se vincula a um fato curioso. As atas registram que, às professoras da escola noturna, seria destinada gratificação do governo estadual; mas tal gratificação fora recebida indevidamente pela diretora do Grupo Escolar “Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva”, por isso as professoras da escola noturna recorreram ao poder municipal para que lhes restituísse a quantia devida de Cr\$ 24.500,00. A ata da sétima sessão da segunda reunião ordinária da Câmara, em 17 de novembro de 1950, informa o nome das professoras requerentes:

Parágrafo único: São as seguintes as professoras beneficiadas: Irazina de Carvalho Goulart, Maria de Barros, Zamara Alves de Oliveira, Maria Divina de Moraes, Adair Moraes Santos, Lázara de Andrade, Alvina de Oliveira Bitencourt, Lázara Cinquini, Adelina Kriiger Martins de Andrade, Iraci Vilela de Carvalho e Terezinha Vilela de Carvalho.

Art. 2º – Fica o Poder executivo autorizado a abrir o crédito de vinte e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 24.500,00) para o cumprimento da presente resolução.<sup>372</sup>

<sup>370</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, n. 949, ano XVIII, 1º de abril de 1959, s. p.

<sup>371</sup> ATA da quinta sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 8 nov. 1950. In: ITUIUTABA, 1950, p. 79.

<sup>372</sup> ATA da quinta sessão da segunda reunião ordinária da Câmara Municipal de Ituiutaba, 8 nov. 1950. In: ITUIUTABA, 1950, p. 79.

Todavia, cabe aqui um esclarecimento. A lei 001148, de 25/6/1950, autorizou o Ministério da Educação e Saúde a abrir crédito especial para pagamento de gratificação de magistério. Dentre outras razões, tal gratificação era paga em caso de horário especial de trabalho; logo, professores que lecionavam à noite a recebia. Como no grupo escolar Mascarenhas funcionava o supletivo noturno, a gratificação foi destinada aos profissionais dessa escola por engano. Outro ponto a ser esclarecido é que Alvina de Oliveira Bitencourt, citada na ata anterior, atuava na escola como secretária e eventualmente substituía alguma professora que faltava; como era formada no magistério, também recebeu a gratificação.<sup>373</sup>

Num contexto de mudanças sociais e econômicas no país todo, essa gratificação legal para docentes que lecionavam à noite metaforizava, no âmbito da educação, avanços que a população em geral começou a experimentar após Segunda Guerra Mundial. O Brasil passou por um período de modernização que fez evoluir a economia e o sistema produtivo, e tal evolução se fez refletir na ordem social: transformações nos serviços de infraestrutura se traduziram no acesso a eletricidade, água tratada, meios de comunicação de massa, tais como rádio e televisão. Tais mudanças reiteravam o pensamento de Habermas, para quem a modernização se refere

[...] a um conjunto de processos cumulativos de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política; das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas.<sup>374</sup>

Em seus primórdios, esse período desenvolvimentista abrangeu dois governos federais: o de Getúlio Vargas o de seu sucessor, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ambos “[...] visavam à industrialização do país”. Segundo Skidmore, uma vez no poder, Vargas resolveu, na década de 1950, “[...] concentrar-se na aceleração da industrialização do Brasil e na diversificação da sua economia”,<sup>375</sup> enquanto “[...] Kubitschek seguiu uma política de nacionalismo desenvolvimentista”.<sup>376</sup> Fora um período de práticas civilizatórias, de preocupação nacional com o índice de analfabetismo e de ações para combatê-lo, como a

<sup>373</sup> Senhora Alvina (conhecida como dona Neném) nos recebeu gentilmente em sua residência em Belo Horizonte (MG) em janeiro de 2010. Em nossa conversa, ela confirmou sua atuação como secretária da escola convidada a trabalhar pela diretora Maria de Barros — era a secretária “braço direito” da diretora e atuava onde fosse necessário. Poucos meses após nossa conversa, ela faleceu. BITENCURT, Alvina de Oliveira. Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

<sup>374</sup> HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 5.

<sup>375</sup> SKIDMORE, 2007, p. 116

<sup>376</sup> Ibidem, p. 205.

criação, em 2 de junho de 1954, pela com lei 1.087, da Biblioteca Pública de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.<sup>377</sup> Em 1956, Kubitschek fez um pronunciamento sobre as ações do governo federal referentes à educação que deixa entrever a preocupação com adequar a educação nacional a um novo panorama social sugerido pela conjuntura econômica. Diz ele:

O vigoroso e crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País vem criando novas condições de vida social. Conseqüentemente, impõe-se a adoção de novos processos educativos e a atualização dos em vigor, a fim de que caminem as novas gerações ao estágio de comportamento sócio-cultural, requerido por esse progressivo e acelerado desenvolvimento. Só assim poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil.<sup>378</sup>

O novo panorama social resultava do estímulo que a conjuntura econômica deu a muitos trabalhadores do meio rural, qual seja: migrar para a cidade em busca do propalado desenvolvimento municipal e da promessa de uma vida mais digna, mais confortável — numa palavra, mais moderna. Tal migração ocorria no país todo, como sugere Kubitschek ainda em 1956:

A marginalidade econômico-social da maioria dos moradores dos campos deve-se, outrossim, a crescente mobilidade das massas rurais, traduzida nos deslocamentos migratórios intra-rurais ou rurais-urbanos que modificam o panorama demográfico nacional... O êxodo, perspectiva imediata de melhoria, apresenta-se aos habitantes mais desprovidos de recursos econômicos como solução natural. Começam, então, atuar os fatores atrativos: de um lado, as possibilidades de emprego melhor remunerado das cidades industrializadas; do outro, a miragem do enriquecimento, nas zonas pioneiras de penetração agrícola.<sup>379</sup>

Contudo, o índice alto de analfabetismo assolava. Era tal a grandeza do problema que foi preciso criar uma Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958. O índice de alfabetização em Minas Gerais já havia sido divulgado pela *Folha de Ituiutaba*, na edição 751, de 1956, com base em levantamento feito pelo IBGE. Eis a manchete da notícia: “Triângulo em 2º lugar na proporção de alfabetizados” — em primeiro, estava a Zona Fisiográfica Metalúrgica, cujo índice de analfabetismo era de 59,51%; na região do Triângulo Mineiro, era de 46,01%.

---

<sup>377</sup> Cf. MINAS GERAIS. Lei 1.087, de 2/6/1954. Disponível em: <[www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

<sup>378</sup> BRASIL, 1978, p. 196.

<sup>379</sup> BRASIL, 1978, p. 147.

A chegada das transformações desenvolvimentista ao município de Ituiutaba foi lenta. A cidade-sede caminhava rumo ao desenvolvimento agrícola, fomentando o comércio local e proporcionando à população oportunidades de progresso e desenvolvimento, pelos quais ansiava a nação. Na cidade lojas (FIG. 7) e farmácias foram inauguradas, uma casa de saúde foi construída e estradas ligando municípios vizinhos forma abertas, aumentando as oportunidades de crescimento de comércio da cidade que se tornara pólo (cf. cap. 2). Como modernização da cidade, o jornal noticiava, com entusiasmo, a chegada de poços artesianos,<sup>380</sup> a inauguração da Caixa Econômica Federal no município,<sup>381</sup> a instalação de estação de rádio da Nacional Transportes Aéreos Ltda.,<sup>382</sup> a construção de um grande edifício para a instalação de um moderno cinema<sup>383</sup> e a chegada dos telefones automáticos.<sup>384</sup>



FIGURA 7 – Vereador Daniel de Freitas Barros cortando a fita de inauguração da Loja Riachuelo em Ituiutaba, década de 1950, quando a cidade se modernizava, acompanhando a tendência desenvolvimentista nacional

Fonte: acervo de Gicelda de Souza Barros.<sup>385</sup>

<sup>380</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 27 maio 1950, ano IX, n. 274.

<sup>381</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 5 mar. 1952, ano XI, n. 489, s. p.

<sup>382</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 5 jan. 1952, ano XI, n. 473, s. p.

<sup>383</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 26 de jan. 1952 ano XI, n. 479, s. p.

<sup>384</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 31 ago. 1957, ano XVI, n. 234, s. p.

<sup>385</sup> Viúva do vereador e deputado estadual Daniel de Freitas Barros.

Embora sua economia começasse a seguir a tendência à industrialização, esse processo era quase artesanal na cidade-sede (cf. cap. 2) e ainda se vinculava com a produção do campo; além disso, o analfabetismo grassava, num município que, na década de 1950, projetou-se nacionalmente como “capital do arroz”, cuja produção crescente foi destacada pela *Folha de Ituiutaba*, assim como a tradicional eleição municipal da “rainha do arroz”.<sup>386</sup> Também por meio desse jornal os cidadãos ituiutabanos acompanharam a movimentação social e política em prol da construção de sua biblioteca pública, como sugere a manchete “Campanha Pró-Biblioteca Pública de Ituiutaba — Recebida a primeira doação de livros”,<sup>387</sup> da qual transcrevemos esta passagem. Segue transcrita a notícia da manchete acima evidenciada:

É com a mais justificada alegria que registramos aqui a primeira doação feita á Campanha Pró Biblioteca-Pública de Ituiutaba, movimento que existia latente ao coração de todos os ituiutabanos de boa vontade e que nossa redação tem procurado vivificar e conduzir à concretização, inicialmente por meio de doações e posteriormente prestigiada pelo Governo Municipal e Instituto Nacional do Livro.<sup>388</sup>

A *Folha de Ituiutaba* veiculou ainda registros oficiais sobre a escola, que crescia. Exemplifica isso um texto sobre a contratação da normalista Ruth Maria de Moraes para ser professora da Escola Noturna “Machado de Assis”, replicando termos citados no artigo número 10 da lei 391: “[...] concessão a Rosa Moreira Zocolli, professora de 3<sup>a</sup> classe da Escola Noturna ‘Machado de Assis’ sessenta dias de licença para tratamento de saúde com vencimentos integrais, de acordo com o art. 141, do Decreto-lei estadual nº 864”.<sup>389</sup> Em 19 de setembro de 1959, o jornal destacou a lei 495, de 4 de setembro de 1959, que abria crédito especial ao pagamento de despesas de exercícios anteriores (cf. FIG. 8).

O texto da nota indica valores pagos à empresa Luz e Força, que fornecia eletricidade à instituição educacional, e às professoras. Mais que isso, esse recorte exemplifica as circunstâncias em que a imprensa escrita consultada na pesquisa aqui descrita se reportava à Escola Noturna “Machado de Assis”; noutros termos, o jornal não noticiava as ações da escola nem o crescimento no número de alunos, tampouco sua relevância no cenário local. Esse “sussurro” jornalístico pode ser visto como indício do descaso social e político do município relativo a essa escola, então imprescindível à cidade como espaço de alfabetização de adultos trabalhadores e perspectivas melhores para um futuro próximo.

<sup>386</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 26 maio 1956, ano XV, n. 768.

<sup>387</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 9 jan. 1952, ano XI, n. 474, s. p.

<sup>388</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 9 jan. 1952, ano XI, n. 474, s. p.

<sup>389</sup> FOLHA DE ITUIUTABA, 18 abr. 1959, ano XVIII, n. 953, s. p.

<i>feitos Serviços de Educação Pública; Adelina Krieger da Andrade, professora padrão «A», da Escola Noturna «Machado de Assis», — adicionais por tempo de serviço, referente ao período de março de 1952 a dezembro de 1957, conforme processo nº. 1413/1958</i>	<i>Cr\$ 6.982,00</i>
<i>Hámara Alves de Oliveira, professora de 1ª classe, da Escola Noturna «Machado de Assis», — adicionais por tempo de serviço, referente ao período de março de 1953 a dezembro de 1957, conforme processo nº. 1.111/1958</i>	<i>Cr\$ 4.912,00</i>
<i>Rosa Moreira Zoccoli, professora de 2ª classe, da Escola Noturna «Machado de Assis», — adicionais por tempo de serviço referentes ao período de fevereiro de 1955 a dezembro de 1957 conforme processo nº. 1.485/1958</i>	<i>Cr\$ 2.580,00</i>
<i>Empreesa Luz e Fôrça Ituiutabana S/A, — fornecimento de luz á Escola Noturna «Machado de Assis», no mês de dezembro de 1958</i>	<i>Cr\$ 434,60</i>
<i>Empresas Luz e Fôrça Ituiutabana fornecimento de luz ao Cur-</i>	

FIGURA 8 – Descrição de despesas públicas municipais com escola noturna  
Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 19 set. 1959, ano XVIII, n. 988, s. p.

O vereador ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Ituiutaba na década de 1950 Rodolfo Leite de Oliveira foi paraninfo da turma que concluiu o primário na escola Machado de Assis em 1959. Em entrevista concedida para esta pesquisa se refere a possíveis ações políticas e sociais contrárias à escola e à luta da diretora, professora Maria de Barros (FIG. 9), para que a escola se consolidasse.

- *O senhor se lembra da importância dessa escola pra cidade?*
- Lembro, foi muito importante... principalmente quando era noturna. Os trabalhadores iam estudar à noite, né?
- *Mas esse reconhecimento só veio bem mais tarde?*
- Bem mais tarde, quer dizer, quem reconhecia é quem era aluno. Não era bem recebida pela sociedade, eles achavam que não precisava daquilo.
- *E por que isso mudou? O que o senhor acha que levou a essa mudança, o que aconteceu?*
- Evolução natural da sociedade.
- *Talvez eles foram percebendo a importância dela para esses trabalhadores.*
- Foram aparecendo trabalhadores qualificados, etc. Importante.



FIGURA 9 – Diretora Maria de Barros em fotografia da década de 1950; educadora respeitada em Ituiutaba, a ponto de dar nome à Escola Estadual Professora Maria de Barros,<sup>390</sup> era irmã de Daniel de Freitas Barros, vereador em Ituiutaba na década de 1950 já citado nessa pesquisa (cf. p. 102); segundo relato de Ignez Maciel Vilela; a feição severa reitera a atitude enérgica e a postura rígida, mas oculta a personalidade brincalhona e o vocabulário descontraído de “uma mulher além de seu tempo”,<sup>391</sup> que se fazia obedecer pela palavra bem colocada

Fonte: acervo de Gicelda de Souza Barros

O relato do ex-vereador sugere que alunos e poder local viam a escola diferentemente, cada qual com suas táticas e estratégias. Se os alunos buscavam nela uma forma de inserção social, os dominantes buscavam se beneficiar aumentando a qualificação dos trabalhadores.

Em outro momento o depoente relata:

<sup>390</sup> Conforme a lei 3.878, de 20 de dezembro de 1965, publicada no *Diário Oficial* de Minas Gerais de 21 de dezembro de 1965.

<sup>391</sup> VILELA, Ignez Maciel. Ituiutaba, 20 de julho de 2010. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós. Dona Ignez foi normalista, aluna de Geografia da professora Maria de Barros no colégio Santa Tereza e professora substituta na escola noturna na segunda metade da década de 1950.

— O que eu lembro bem é da dona, da diretora Maria de Barros, que ela era pioneira, lutou por isso.

— *Por essa escola noturna?*

— Noturna, porque ela não era formada, no caso, mas ela podia ser diretora, que era um caso especial. Ela lutou muito.

— *Mas por que um caso especial?*

— Porque eles queria fechar, entendeu? Não queriam o curso noturno.

— *Quem, a prefeitura?*

— Não, a política. Ela era ligada pelo irmão dela, que foi nosso vereador e deputado estadual Daniel de Barros,<sup>392</sup> ligado ao PTB. O PTB era desse “tamãizinho”, e o resto tudo era contra o PTB — UDN [União Democrática Nacional] e PSD [Partido Social Democrata] principalmente.

— *Então ela lutava pela escola?*

Lutava pela escola, era uma grande diretora.<sup>393</sup>

O entrevistado ressalta com veemência a importância da diretora Maria de Barros, educadora respeitada em Ituiutaba, a ponto de dar nome à Escola Estadual Professora Maria de Barros.<sup>394</sup> Se a escola não era objeto interessante para ser noticiado na *Folha de Ituiutaba*, o cumprimento de seus objetivos educacionais e o crescimento em número de alunos foram destacados no jornal *O Grêmio*, produzido por normalistas do Colégio Santa Tereza e de onde transcrevemos esta passagem:

Não poderia de deixar de mencionar como uma justa atenção outras escolas que contribuem com sua parcela de esforço e capacidade, de maneira inestimável para o progresso de Ituiutaba: Escola Noturna Machado de Assis — com 440 alunos, dirigida por d. Maria de Barros.<sup>395</sup>

Nesse ínterim, arrefeciam-se os debates sobre a primeira Lei de Diretrizes e Bases do Brasil, promulgada em 1961, que favoreceria a educação oferecida na esfera particular; e a escola noturna, de alguma forma, corroborava a exaltação das intenções das escolas particulares de Ituiutaba. Segundo o ex-aluno da escola noturna Eurípides Arantes Muniz, hoje comerciante conhecido em Ituiutaba como Capitão (vide FIG. 6, agachado, terceiro da esq. para dir.), aos melhores alunos da escola noturna era oferecida uma bolsa de estudos no Instituto Mardem, importante instituição educacional de Ituiutaba e de visibilidade social relevante.<sup>396</sup> Contudo, à época da oferta de bolsas, esse funcionava só de dia, quando os alunos da escola noturna estavam trabalhando. Dito de outro modo, era no mínimo uma incoerência oferecer a possibilidade de continuar os estudos ulteriores ao primário numa escola particular de ensino diurno aquém era trabalhador, também, diurno. A incompatibilidade de horários anulava

<sup>392</sup> Segundo o entrevistado, a diretora tinha s familiares vinculados à política local do PTB, partido fundado por Getúlio Vargas na década de 1940.

<sup>393</sup> OLIVEIRA, Rodolfo Leite de. Ituiutaba, 8 de maio de 2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

<sup>394</sup> Lei de criação 3.878 de 20 de dezembro de 1965, publicada no Minas de 21 de dezembro de 1965.

<sup>395</sup> BITTAR, Sumaia. O Ensino em Ituiutaba. **O Grêmio**, Ituiutaba, n. 3, set. 1957, número especial.

<sup>396</sup> Cf. edições da *Folha de Ituiutaba* da década de 1950.

a possibilidade oferecida pelo colégio; era como dar um livro aos contemplados, mas impedi-los de lê-lo. Mais que isso, a concessão de bolsas era uma forma de promover socialmente o Colégio Mardem ainda mais por meio da Escola Noturna “Machado de Assis”.

Nesse meio-tempo ganhava corpo uma tendência à municipalização do ensino primário, defendida por intelectuais como Anísio Teixeira. Mas a prefeitura de Ituiutaba não seguiu tal tendência, pois a Escola Noturna “Machado de Assis”, via projeto CM/19/60, seria transformada em Grupo Escolar Estadual.<sup>397</sup> A pretensão do poder político local foi publicada na *Folha de Ituiutaba*, em julho de 1960 (cf. FIG. 10).



FIGURA 10 – Mais que noticiar, o jornal replicou o texto da lei, o que pode ser lido como indício da força decisória do poder político local para fazer valer suas palavras, assinadas embaixo

Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 6 jul 1960, ano XIX, n. 1.034, s. p.

<sup>397</sup> ITUIUTABA. Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. **Ata da 3<sup>a</sup> reunião**, 2 maio 1960, p. 65.

A escola crescia e, naturalmente, onerava o município. Talvez resida aí a decisão de transformá-la em Grupo Escolar Estadual ou Escolas Reunidas, também, sob a responsabilidade do Estado. Esse corte apontou caminhos diferentes para o município e essa escola noturna, mas tal apontamento foge ao escopo desta pesquisa, sobretudo porque exige uma investigação de mais fôlego. Em todo caso, esta pesquisa constatou que os olhos do poder local não viam relevância social na escola; mesmo sendo espaço importante para alfabetizar pessoas que trabalhavam diurnamente que servia aos propósitos político-econômicos do município. Tal relevância educacional teve de esperar até o começo da década de 1960 para merecer destaque (cf. FIG. 11) nas páginas da *Folha de Ituiutaba*, principal jornal impresso de Ituiutaba durante o período abrangido neste estudo e fonte central desta pesquisa.

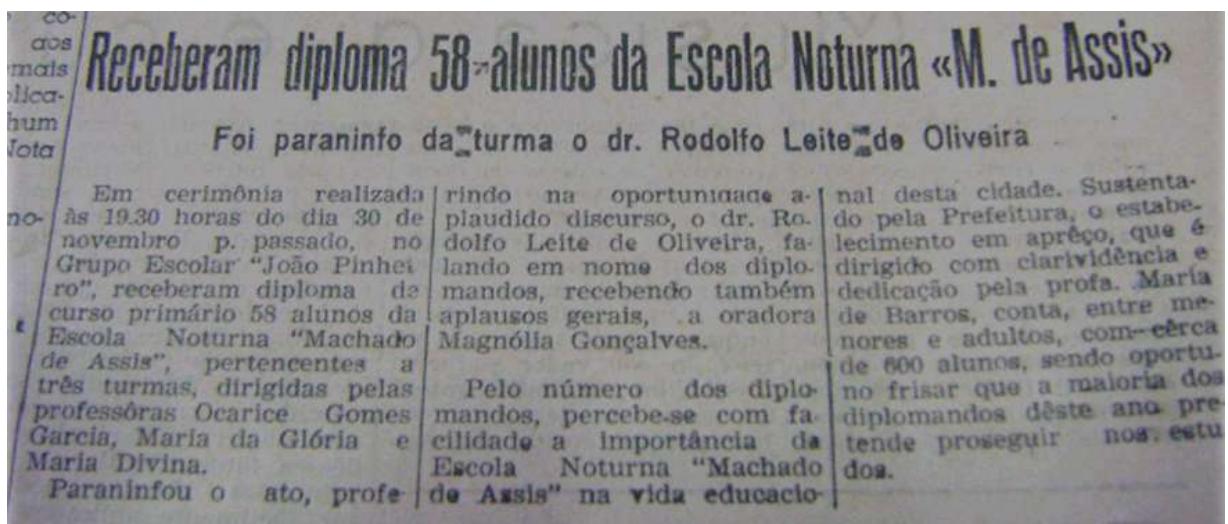


FIGURA 11 – Dados os fins e as condições materiais dessa escola noturna, a relevância da quantidade de diplomados era tal que fez o jornal noticiá-la; o texto sugere que a escola começava a se destacar no cenário educacional graças ao trabalho da pioneira professora Maria de Barros

Fonte: FOLHA DE ITUIUTABA, 7 dez. 1960, ano XIX, n. 1.071, s. p.

Convém reiterar: mais importante até aqui foi explicitar a inter-relação do município com a escola noturna até 1960, quando a prefeitura decretou lei que tiraria do orçamento municipal o ônus da escola, propondo transferi-lo ao estado de Minas. Esclarece-se que, em 1975, enfim a prefeitura decidiu o rumo da escola, unificando-a pela lei 1.685, de 30 de abril, que “[...] organiza o Sistema Administrativo Municipal de Ituiutaba e dá outras providências” e cujo artigo 92 prevê que “A Escola Noturna ‘Machado de Assis’, o Ginásio Municipal e Escola Normal Municipal serão unificados, transformando-se na Escola Municipal de 1º e 2º Graus ‘Machado de Assis’”. O decreto municipal 1.514, de 31 de

dezembro de 1975, unificou essas escolas, cujas histórias pré-unificação não se confundem, isto é, são singulares.



FIGURA 12 – Prédio situado à rua 26, que abriga a Escola Municipal Machado de Assis desde a unificação com as outras duas unidades educacionais, ampliado por várias gestões municipais

Fonte: acervo nosso.

Hoje a escola ocupa prédio próprio (FIG. 12), na rua 26, e é frequentada por mais de dois mil alunos nos três turnos. Passou por várias reformas e ampliações, tanto físicas quanto pedagógicas, pois acompanha as tendências nacionais — é tida como uma das mais importantes escolas públicas do Triângulo Mineiro. Seu nome também mudou; em seus documentos hoje se lê Escola Municipal Machado de Assis, de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Fecha o livro, mira-o, remira-o, chega-se à janela e mostra-o ao sol.*

MACHADO DE ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

O tom subjetivo que marca estas considerações finais — pois foi uma curiosidade histórica pessoal relativa à Escola Noturna “Machado de Assis” que suscitou o interesse pela pesquisa acadêmica — não anula a cumplicidade necessária à relação entre orientanda e orientadora na produção desta dissertação. Porém, mais que subjetividade, estas considerações derradeiras têm marcas de quem pesquisou, leu e releu atas e jornais, além de estabelecer diálogos com pessoas que, de alguma forma, compuseram o cenário dessa escola entre 1941 e 1960 (delimitação temporal estabelecida porque abrange a gênese da escola e os acontecimentos principais que traçaram os caminhos que ela esta seguiria daí em diante) e com estudiosos da história da educação no país. Após esse ler e reler de documentos e fontes, após esse dialogar com entrevistados e autores, pudemos entender questões que vão além do entorno da instituição, isto é, que permeiam, sociopolítica e economicamente, a municipalidade tijucana e que, muitas vezes, são imperceptíveis à comunidade escolar.

Com efeito, integramos a comunidade escolar da Escola Machado de Assis, e nossa visão, como discente, era de seu destaque no cenário educacional ituiutabano e, como docente e supervisora pedagógica, de sua relevância no presente, expressa pela sociedade e pela imprensa local e regional. Portanto, para termos uma visão extramuros da história dessa escola noutro espaço temporal foi preciso um exercício diário, qual seja, distanciar-se da imagem de escola pública solidificada no município de Ituiutaba. Do contrário, não poderíamos escrever parte da história dessa escola, remetendo-nos a outro cenário, a outras perspectivas e a outro contexto sociopolítico-educacional — embora seu nome no presente não deixe dúvidas dos elos que a vinculam ao seu passado. Fazer isso não foi fácil, em especial porque não há informações oficiais sobre a escola, daí a necessidade de recorrer a outras formas de registro material da educação no município de Ituiutaba, a exemplo de atas de reunião do Poder Legislativo local e de jornais do período delimitado.

A investigação sobre a escola aqui estudada reitera a constatação de que ainda são incipientes no Brasil pesquisas sobre instituições escolares de visibilidade social menor —

logo, sobre grupos sociais menos privilegiados socialmente (algumas escolas da cidade de Ituiutaba tiveram suas histórias investigadas, mas são instituições de destaque social). Sobretudo, permitiu reconhecê-la como instituição alijada política e socialmente em grande parte de sua trajetória — embora cumprisse seu papel de oferecer possibilidade de ascensão social via escolarização a quem então se via à margem das oportunidades que se democratizavam numa sociedade cuja feição ficava cada vez mais capitalista.

A escola surgiu num período de refreamento político; prova disso é que teve de se submeter, por algum tempo, à vigília repressora do governo autoritário, pois alguns de seus alunos eram tidos como comunistas,<sup>398</sup> ou seja, gente que representava “perigo” à sociedade. Tal submissão ocorreu numa época em que a escola se chamava 13 de Maio, denominação mudada pela prefeitura de Ituiutaba, em 1941, e que trouxe a reboque outros mandantes e outros servidores. Não há documentos que justifiquem a mudança de nome; mas é plausível supor que esta marque a efetivação da escola, isto é, sua legitimação municipal — mesmo que a contragosto da sociedade local, que a via com desdém e preconceito.

De início, a escola noturna serviu aos propósitos políticos de alfabetizar adultos para continuar um programa do cenário municipal — a “Escola do Laurindo” —, na mudança de nomes no poder político municipal. Depois, findo o Estado Novo, regime instaurado à época da institucionalização da escola, esta cumpriu os propósitos do sufrágio, pois só alfabetizados podiam votar, convergindo para a urgência nacional de alfabetização (ao analfabetismo — a vergonha nacional — era atribuído o atraso socioeconômico do país. Mas, com o desenvolvimento do município, a mudança de sua estrutura geográfica e a mudança de sua feição demográfica (de rural para urbana), também acorreram à escola menores de idade que ajudavam seus pais na lida diária na cidade, que se expandia comercialmente, uma vez que se tornara polo regional após o município ter seus distritos desmembrados e emancipados.

Num período de ápice econômico, a prefeitura destinava à educação cerca de 0,8% (cf. TAB. 21) de sua arrecadação, além de propor a construção de unidades escolares; mas não investia na melhoria das condições de funcionamento da escola noturna de ensino primário, única do gênero na cidade durante muito tempo, o que justificava sua importância para a escolarização elementar das gerações que só podiam se amparar nela para chegar à condição de cidadão. Pode-se dizer que essa restrição no orçamento municipal se refletiu na educação

---

<sup>398</sup> Cf. VILELA, Claudia Oliveira Cury; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. O saber no interior mineiro como movimento social de origem étnica: a Escola Noturna 13 de Maio. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED CENTRO-OESTE — “DESAFIOS DA PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONHECIMENTO”, 10., 2010, Uberlândia (MG). *Anais...* 2010. Uberlândia: Faculdade de Educação (FACED), 1 CD-ROM, s. p.

municipal, pois — como mostram as atas legislativas — muitas escolas fecharam por falta de professores ou de condições dignas de funcionamento. A situação era tal que muitos docentes buscaram condições mais dignas de trabalho e salários mais compensadores na esfera estadual.

Ignorada pela administração municipal, a escola aqui investigada não pôde contar nem com a imprensa escrita local, que pouco noticiou, no período aqui investigado, sobre a contribuição da escola noturna para a educação no município. Disso se deduz que ela se coadunava com os interesses sociais da política municipal. Só no fim da década de 1950 a *Folha de Ituiutaba* se rendeu às benfeitorias da escola e destacou para a sociedade a formatura de uma turma de alunos que então pretendiam continuar os estudos. Todavia, está claro que a escola subverteu sua condição de irrelevância social e política mediante um trabalho de relevância para sociedade e a população trabalhadora que dela se beneficiava. Mesmo que à época os cursos supletivos para adultos proliferassem, ela manteve o ensino primário seriado com as características e os propósitos de sua gênese e de seus anos iniciais — alfabetizar e ensinar a contar —, assim como características de escolas noturnas do começo do século XX — oferecer possibilidades educacionais a ex-escravos e adultos trabalhadores. A presença de tais características sugere que na educação pública o ensino oferecido era o elementar — o primário; ir adiante era privilégio da elite, mesmo numa cidade interiorana, pois eram as escolas particulares que ofereciam essa possibilidade.

Enfim, esta pesquisa permitiu entender certos pontos do contexto político e social do objeto de investigação, tais como nuances das relações entre Estado Novo e a forma como o país se moldou seguindo experiências de nações tidas como mais desenvolvidas pelos dirigentes da política nacional. Mas algumas suscitacões relacionadas diretamente com a Escola Noturna “Machado de Assis” não foram investigadas, dadas as limitações temporais do mestrado, pois a pesquisa acadêmica, em seu rigor, exige aprofundamento; cada questão nova que se anuncia na leitura analítica das fontes primeiras pede outra investigação, embasada em outras evidências, outras fontes, outros documentos.

Por exemplo, a falta de registros oficiais relativa à mudança de nome da escola dá margem a inferências e divagações. Como no Brasil há outras escolas cujo nome contém o antropônimo Machado de Assis, o que teria motivado a escolha? Seria uma homenagem ao grande escritor da literatura brasileira? Seria uma tentativa de promover a escola noturna a um patamar mais estrelar ao relacioná-las com a genialidade do escritor? Ou a mudança seria típica de escolas cuja origem remete a um passado de lutas e preconceito? Eis alguns questionamentos que merecem outra investigação.

Também merecem ser investigadas com mais profundidade a discussão sobre a criação do cargo de porteiro — recorrente nas atas legislativas —, a não efetivação de ações públicas que beneficiariam a escola noturna e a lei municipal que propõe a transferência dessa para a responsabilidade estadual (será que ela passou a onerar mais o município, dado o aumento no número de alunos e, logo, na folha de pagamentos a funcionários?). Além disso, como a formação do corpo docente ocupou a pauta dos legisladores municipais, cabem algumas indagações sobre esse assunto: como ocorreu a formação dos professores atuantes em escolas municipais? Como foi a evolução dessa formação? Como se estabeleceu a relação das esferas estaduais e municipais em prol desse processo? E mais, qual era a formação pedagógica dos diretores que atuaram na escola investigada? Como era o currículo adotado na escola noturna? Que impactos ela provocou no cotidiano de seus alunos trabalhadores?

Como se vê, embora sejam finais, estas considerações não fecham a pesquisa: porque esta não se esgota; porque cada pesquisador tem um olhar; porque cada olhar leva a outras direções; porque cada direção aponta um caminho diferente. Certamente, esse desdobramento é próprio do fazer científico, em que cada desafio imposto pela ciência leva a indagações, as quais levam a outras, e assim sucessivamente, como numa ciranda que, embora seja circular e uniforme, proporciona o inesperado: a possibilidade de descoberta nas tendências e perspectivas — neste caso, da educação nacional. Novos objetos de estudo levam a novos documentos e novas fontes, a serem vistos segundo outro olhar, noutra direção, de modo a indicar caminhos que ampliem o conhecimento sobre a história da educação no Brasil; permitindo que pesquisadores, educadores e estudantes reconheçam os terrenos já batidos, isto é, que saibam o que precisa ser retomado e o que não deve ser esquecido, o que está consolidado e o que ainda há por fazer.

## REFERÊNCIAS

- 32, A GUERRA CIVIL. Direção: Eduardo Escorel. Brasil: Imovision, 2002. 1 filme (48 min.), son., color.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 1.030 p.
- AGUIAR, José Márcio. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant — 1891 à reforma Darcy Ribeiro — 1996. Belo Horizonte: Lancer, 1997. 325p. V. 1.
- ARAGÃO, J. Guilherme de. Município e administração. **Revista Brasileira dos Municípios**, p. 105–13, jul./dez. 1959, 192 p. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn45\\_4%20jan\\_jun1959.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn45_4%20jan_jun1959.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010.
- ARAÚJO, José Carlos de Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971). Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 233–57. 376p.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Prefácio. In: SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). **Do público ao privado, do confessional ao laico**: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: ed. UFU, 2009, p. 9–18. 280 p.
- ARAÚJO, José Carlos de. **A educação nacional de Mário Pinto Serva**. Uberlândia, 2010. 22p. Não publicado.
- ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas: CEDES, v. 23, n. 80, p. 25–48, set. 2002.
- ÁVILA, Vicente Fideles de. **No município a educação básica do Brasil**. Maceió: Secretaria de Estado da Educação de Alagoas, 1985. 98p.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. A educação de adultos no estado de São Paulo. 1972. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/obras.asp?autor=BEISIEGEL,+CELSO+DE+RUI>>. Acesso em: 15 maio 2010.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974. 189p.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil — século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005. V. 3.
- BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 30, o Estado Novo e a redemocratização. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271–341. 672p.
- BITTAR, Sumaia. Oensino em Ituiutaba. **O Grêmio**, Ituiutaba, n. 3, set. 1957, número especial.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 86p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Anuário estatístico de 1920 – BH**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb\\_18.pdf](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/populacao/1936/populacao1936aeb_18.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2010.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-norma-pe.html>>. Acesso em: 6 nov.. 2010.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2010.
- BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 10 de novembro de 1937a. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_xls/palavra\\_chave/educacao/supletivo.shtml](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/educacao/supletivo.shtml)>. Acesso em: 25 set. 2010.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 4.958**, de 14 de novembro de 1942. Relativo ao Fundo Nacional do Ensino Primário. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1942vVII\\_p342/pdf-20.pdf#page=2](http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/Leis1942vVII_p342/pdf-20.pdf#page=2)>. Acesso em: 2 set. 2010.
- BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, de 18 de setembro de 1946a. Art. 5, xv. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 9 out. 2010.
- BRASIL. **Decreto-lei, n. 8. 529**, de 2 de janeiro de 1946b. Lei Orgânica do Ensino Primário. In: AGUIAR, José Márcio. **Coletânea Mai da legislação federal do ensino**: da reforma Benjamin Constant — 1891 à reforma Darcy Ribeiro — 1996. Belo Horizonte: Lancer, 1997. P. 315–23. 352p. V. 1.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Recenseamento geral de 1950**.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Anuário Estatístico**, 1960–61, v. 22. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/seculoxx/economia/anexos/financas.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2010.
- BRASIL. **Lei no 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/6\\_Nacional\\_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%202020%20de%20dezembro%20de%201961.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%202020%20de%20dezembro%20de%201961.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE cidades@. Historico de Cahoeira de Minas, Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 23 nov. 2010.
- CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino noturno**: realidade e ilusão. 6. ed. São Paulo: Autores Associados, 1989, 112 p.

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.225–51, 606p.
- CHAVES, Petrônio Rodrigues. **A loja do Osório**. Ituiutaba: Edição do autor, 1984. 472 p.
- COLLAÇO, Flávio Roberto. **O município na federação brasileira**. Florianópolis: ed. UFSC, 1982. 100 p.
- CORREIO DO PONTAL, ano II, 16 set. 1957, n. 96.
- CÔRTES, Carmen D. Cunha. **Ituiutaba conta sua história**. Uberlândia: Ubergrau, 1971, 146p.
- COSTA, Ana Luiza Jesus da. As escolas noturnas da corte: Estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870–1889). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** 2006, p. 5.013–24.
- COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À luz das lamparinas**. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860–1889). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no Estado Novo**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981. 176p.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Estado e políticas de financiamento em educação. **Educação e Sociedade: revista de educação**, Campinas: Cortez, v. 28, n. 100 — especial, p. 831–55, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jun. 2010.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2010, p. 294.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Repúblia, educação, cidadania: tensões e conflitos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 31–43, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/7450/4780>> Acesso em: 19 maio 2010.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil — 1917–1945. São Paulo: ed. UNESP, 2006, 400 p.
- DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 33, n. 3, p. 381–94, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em: 22 abr. 2010.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, v. 2.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000. 213p.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nívea de Lima (Org.). **Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Prefácio. In: RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza, SILVA; Elizabeth Farias de. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003b, p. 14–15, 178 p.

- FARIA FILHO, Luciano Mendes; SOUZA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893–1971)**. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 21–56. 376p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Pesquisa, memória e documentação — Desafios de novas tecnologias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000, p. 101–16. 170 p.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966, 620p.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. 207p.
- FERREIRA, Ana Emilia Cordeiro Souto. **Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização: a Escola Estadual João Pinheiro — Ituiutaba (MG)**. 2007. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974–1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 288p.
- GARCIA, Kelly Beatrice Bini Garcia. **Eugenia, eugenismo e eugenética** (verbete). Disponível em: <<http://forum.jus.uol.com.br/2215/eugenia-etica=e-direito/>>. Acesso em: 13 jun. 2005.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 120 p. V. 5.
- GOMES, Humberto Teodoro. A colônia sírio-libanesa em Ituiutaba. **Acaíaca**. Belo Horizonte, v. 54, p. 83–84. 1953.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 325–46, 606 p.
- HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930–1945)**. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 1994. 312p.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004. 178p.
- LIMA, Valéria Aparecida. O uno e o diverso na educação pública: a gênese do Grupo Escolar Ildefonso Mascarenhas da Silva no interior das Gerais. In: SEMINÁRIO NACIONAL O UNO E O DIVERSO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR; SEMINÁRIO DE DIDÁTICA DOCÊNCIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 10.; 4., 2009, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2009, p. 1–13.

- MACHADO NETO, Brasílio. O município no Brasil. **Revista Brasileira dos Municípios**, jan./jun. 1958, p. 1–13. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn41\\_42%20jan\\_jun1958.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn41_42%20jan_jun1958.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2010.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945–1964). In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
- MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. **Serviço de estatística geral**. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1927.
- MOURA SOBRINHO, Vicente Batista de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Imprensa e massificação do ensino em Uberlândia, MG: preliminares do percurso histórico (1940–1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia: ed. UFU, v. 1, n. 1, p. 127–32, jan./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/320/313>>. Acesso em: 18 jan. 2011.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889–1930)**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 411p.
- NOGUEIRA, Vera Lúcia. **A escola primária noturna na política educacional mineira — 1891–1924**. 2009. 453 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas: Alínea, 2009, 92p.
- NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS Maria Helena Camara (Org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11–31.
- O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA — 1932. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 3 set. 2010.
- OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **História e memória educacional**: o papel do Colégio Santa Tereza no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo mineiro – MG (1939–1942). 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.
- PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola. 2003. 527 p.
- PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995, p. 247–68. 672p.

PINHO, Larissa Assis. **Civilizar o campo**: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais — Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947–1956). 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PRIMITIVO, Moacyr. **Instituição e o império**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936. 361 p.

PRIMITIVO, Moacyr. **A instrução e a República**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, p. 168–92. jul.–dez. 1959. 192p. Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn45\\_46%20jan\\_jun1959.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBM/RBMn45_46%20jan_jun1959.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2010.

RIBEIRO, Betânia de O. Laterza. **Ensino noturno**: a travessia para a esperança. São Paulo: Global, 1995. 111p.

RIBEIRO, Betânia de O. Laterza.; SILVA, Elizabeth Farias da. **Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro**. Ituiutaba: Egil, 2003. 178p.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. **Samba como tática para a educação**: a ilusão de inclusão social do movimento da Legião Negra, no Brasil da década de 30 do século XX. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - CULTURA ESCOLAR, MIGRAÇÕES E CIDADANIA, 7., 2008, Porto, Portugal. **Anais**... v. 1, p. 1–20.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. 207p.

ROCHA, Maria da Consolação. **Políticas de valorização do magistério**: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho — uma análise da experiência de Belo Horizonte. 2009. 393 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930–1973)**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 267p.

ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação**. São Paulo: Cortez, 1992. 141p.

SAVIANI, Demerval et al. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, Derméval. História da escola pública no Brasil: questões para pesquisa. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 1–29. V. 1.

SAVIANI, Derméval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.).

**Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007, p. 3–27. 266p. V. 1.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2006. 434p.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro (Org.). **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000. 405p.

- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento capitalista no Brasil**: ensaios sobre a crise. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. **O Brasil republicano**: economia e cultura (1930–1964). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995, p. 209–45. 672p.
- SOARES, Leônicio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história de alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: século XX. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 257–77. 1.435p.
- SOUZA, Sauloéber Társio de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). **Do público ao privado, do confessional ao laico**: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX. Uberlândia: ed. UFU, 2009. 280p.
- SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola**: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1984. 253 p. p. 178.
- TEIXEIRA, Anísio. A municipalização do ensino primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 66, p. 22–43, abr./jun. 1957.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, 157p.
- TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- VALE, Ana Maria do. **Educação popular na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1993, 111p.
- VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, n. 21, p. 90–103, set./out./nov./dez. 2002.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **Desejos de reforma**: legislação educacional no Brasil — Império e República. Brasília: Líber Livros, 2008, 175p.
- VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política educacional no Brasil**. Brasília: Liber Livro, 2007. 188p.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931–1961). Campinas: Papirus, 1990. 182p.

- *Fontes orais*

- ALAVARENGA, Zamara Alves. Ituiutaba, 5 de agosto de 2010. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.
- ANDRADE, Lázara. Ituiutaba, 6 de julho de 2010. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.
- BITENCURT, Alvina de Oliveira. Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.
- MUNIZ, Eurípedes Arantes. Ituiutaba, 2 de setembro de 2010. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.
- OLIVEIRA, Rodolfo Leite de. Ituiutaba, 8 de maio de 2009. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

PAIVA, Hélio Benício de. Ituiutaba (MG), 10 abr. 2010, 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a nós.

VILELA, Ignez Maciel. Ituiutaba, 20 de julho de 2010. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a nós.

- *Fontes jornalísticas*

CORREIO DO PONTAL. Ituiutaba (MG), 16 set. 1957, ano II.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 6 abr. 1947, ano 6, n. 216,

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 20 abr. 1947, ano 6, n. 218.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1947, ano 6, n. 225.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1947, ano 6, n. 228.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1947, ano 6, n. 234.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1947, ano 6, n. 241.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 21 dez. 1947, ano 6, n. 250.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 28 dez. 1947, n. 251, ano 6.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 27 maio 1950, ano IX, n. 274.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 5 jan. 1952, ano XI, n. 473.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 9 jan. 1952, ano XI, n. 474.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 26 de jan. 1952 ano XI, n. 479.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 5 mar. 1952, ano XI, n. 489.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 13 set. 1952, ano XI, n. 535.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 26 maio 1956, ano XV, n. 768.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 31 ago. 1957, ano XVI, n. 234.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1957, ano XV, n. 474.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1957, ano XV.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 1º abr. 1959, ano XVIII, n. 949.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 18 abr. 1959, ano XVIII, n. 953.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 19 set. 1959, ano XVIII, n. 988.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 6 jul. 1960, ano XIX, n. 1.034.

FOLHA DE ITUIUTABA. Ituiutaba (MG), 7 dez. 1960, ano XIX, n. 1.071.

- *Fontes documentais*

BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do chefe do governo provisório Manoel Deodoro Fonseca dirigida ao Congresso Nacional em 15 de novembro de 1890**. P. 12. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1278/000001.html>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do presidente da República Nilo Peçanha dirigida ao Congresso Nacional em 27 de maio de 1910**. P. 26. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1299/000001.html>>. Acesso em: 2 dez. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do Presidente da República Washington Luís P. de Sousa dirigida ao Congresso Nacional em 3 de maio de 1928**. P. 21. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1320/000003.html>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Mensagem do chefe do governo provisório Getúlio Dornelles Vargas dirigida à Assembleia Nacional Constituinte em 15 de novembro de 1933**. P. 10–11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1323/000001.html>> Acesso em: 20 jan. 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. **Mensagem do presidente Getúlio Vargas ao Poder Legislativo federal em 3 de maio de 1937b**. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/presidential>>. Acesso em: 6 dez. 2010.

BRASIL. Presidente, 1930–1964. **Mensagens presidenciais, 1947–1964**. Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio da Silva Quadros, João Goulart. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. 435 p.

ITUIUTABA. Câmara Municipal de Ituyutaba. **Livro de atas das sessões, 1936 –40**.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de atas de reuniões ordinárias e extraordinárias de 8/12/1947 a 13/11/1948**.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de registro das proposições de leis, 1951**.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de atas, 1953**.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livro de atas, 1955**.

ITUIUTABA. Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. **Ata da 3ª reunião, 2 maio 1960**.

ITUIUTABA. Fundação Cultural. **Acervo**.

ITUIUTABA. Câmara Municipal. **Livros de atas — 1930–1960**.

ITUIUTABA. Secretaria de Planejamento. **Versão preliminar dos termos de referência de Ituiutaba, 1972**.

ITUIUTABA. Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Ituiutaba. **Informações avulsas, 2010**.

MINAS GERAIS. Congresso mineiro. **Mensagem do estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes dirigida ao Congresso mineiro em 15 de junho de 1921**. Disponível em: <C:\Documents and Settings\OEM\Desktop\MENSAGEM 1921, p\_ 49.mht>. Acesso em: 18 nov. 2010.

MINAS GERAIS. Congresso Mineiro. **Mensagem do Presidente da Província de Minas Gerais Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, dirigida ao Congresso Mineiro em 1º de agosto de 1930**. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u314/000001.html>>. Acesso em 11 nov. 2009.

MINAS GERAIS. **Lei 1.087**, de 2/6/1954. Disponível em: <[www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)>. Acesso em: 30 nov. 2010.

## Apêndice A

**QUADRO 6**  
**Produção acadêmica sobre escolas noturnas em instituições de nível superior com nota igual ou maior que 5<sup>399</sup>**

INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PRODUÇÕES SOBRE ESCOLA NOTURNA		ANO DE DEFESA E TÍTULO DA PESQUISA
	Dissertações	Teses	
Pontifícia Universidade Católica/ PUC-RS	0	0	—
Pontifícia Universidade Católica /PUC-RJ	0	0	—
Universidade Estadual do Rio De Janeiro/UERJ	2	0	2004 — <i>A diáspora nordestina e a escola: entre a dispersão e o encontro</i> 2007 — <i>À luz das lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte</i>
Universidade Federal do Espírito Santo/UFES	0	0	
Universidade Federal Fluminense/UFF	3	1	2004 — <i>A produção de corporalidades na escola: uma análise do projeto de Educação de Jovens e Adultos em Angra dos Reis</i> 2005 — <i>O significado da escola para o jovem estudante do ensino médio noturno</i> 2005 — <i>Estudantes em Angra, mão-de-obra dos reis... : a política pública municipal para a educação de jovens e adultos de Angra dos Reis no período 2000–2004</i> 2005 — <i>A escolarização de jovens e adultos trabalhadores no município de Carangola/MG</i>
Universidade Federal de Goiás/UFG	0	0	—
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG	2	1	2000 — <i>Trabalho docente no ensino fundamental: a tessitura de saberes numa perspectiva ergológica</i> 2003 — <i>Juventude.com.br: a inclusão/exclusão digital de jovens alunos do ensino noturno</i> 2009 — <i>A escola primária noturna na política educacional mineira 1981–1924</i>
Universidade Federal de Pelotas/UFPEL	0	0	—
Universidade Federal do Paraná/UFPR	0	0	—
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS	2	0	2001 — <i>A formação contínua de professores para o ensino fundamental regular noturno de jovens e adultos na Escola gm: ações, tensões e contradições de uma política pública municipal</i> 2005 — <i>As conexões possíveis e necessárias entre o ensino fundamental de adultos e a economia solidária</i>

<sup>399</sup> De acordo com o resultado da Avaliação Trienal da CAPES.

Cont. do Quadro 6 – Produção acadêmica sobre escolas noturnas em instituições de nível superior com nota igual ou maior que 5<sup>400</sup>

INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PRODUÇÕES SOBRE ESCOLA NOTURNA		ANO DE DEFESA E TÍTULO DA PESQUISA
	Dissertações	Teses	
Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ	0	0	—
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN	2	1	2005 — <i>Educar para a vida: uma pedagogia da resiliência na escola</i> 2005 — <i>Práticas interformativas e desenvolvimento profissional de professores de jovens e adultos</i> 2007 — <i>A escola de ensino médio público noturno: uma conjuntura favorável ao protagonismo estudantil coletivo em contraposição ao protagonismo juvenil via empoderamento</i>
Universidade Federal de São Carlos/UFSCAR	1	0	2007 — <i>Física no ensino médio e estudantes trabalhadores: buscando relações entre significado e sentido para a aprendizagem</i>
Universidade Federal de Uberlândia/UFU	1	1	2009 — <i>Ambiente de aprendizagem na escola noturna: ensinando e aprendendo matemática com Tecnologias da Informação e Comunicação</i> 2009 — <i>Profissionalismos do professor — De momentos a trajetórias: profissionalização, profissionalidade e autonomia profissional — Uberabinha (1907–1929)</i>
Universidade Estadual Paulista/UNESP—MARÍLIA	0	0	—
Universidade de Campinas/ UNICAMP		1	2002 — <i>O fracasso escolar na 5ª série noturna na visão de alunos, pais e educadores</i>
Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP	0	0	—
Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS	1	0	2009 — <i>Os impactos que o projeto político-pedagógico produziu na vida da escola no que tange a evasão e a repetência dos estudantes do ensino noturno</i>
Universidade de São Paulo/ USP	2	0	2006 — Quem não sabe ler nem escrever pede favor. Até quando? 2010 — <i>O que os estudantes pensam e esperam de seus professores?: uma análise qualitativa das concepções de aprendizagem e de ensino de estudantes do nível médio</i>

<sup>400</sup> De acordo com o resultado da Avaliação Trienal da CAPES.

## Anexo A

### COROAÇÃO DA RAINHA DO ESPORTE ITUIUTABANO



FIGURA 13 – Professora Zazá Zoocoli lecionou na escola nas décadas de 1940 e 50; na entrevista concedida, ela rememorou entusiasmada que recebeu o título de Rainha do Esporte Ituiutabano e que os alunos da escola noturna ficaram orgulhosos; a *Folha de Ituiutaba* noticiou a eleição, informando que a campanha foi idealizada por Pelina Novais Ribeiro, então diretora do Grupo Escolar João Pinheiro (onde funcionava a escola noturna) e que a arrecadação do baile da coroação (mais de 40 mil cruzeiros) seria destinada à caixa escolar do grupo (fotografia recortada para fins estéticos)  
Fonte: acervo da professora Zazá Zoocoli.



## Anexo C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### *Termo de consentimento livre e esclarecido*

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa intitulada *Escola Noturna “Machado de Assis”: primeira instituição municipal de ensino primário noturno na cidade de Ituiutaba, MG (1941–1960)*, sob a responsabilidade das pesquisadoras Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Claudia Oliveira Cury Vilela. Nesta pesquisa nós buscamos reconstruir a memória e a evolução histórica dessa instituição de ensino público noturno e primário do município de Ituiutaba, MG. Quem irá obter o “Termo de consentimento livre e esclarecido” será a pesquisadora Claudia Oliveira Cury Vilela.

Na sua participação você responderá a perguntas como ex-estudante, ex-funcionário, ex-professor ou ex-diretor no período compreendido entre 1941 e 1960, na Escola Noturna Machado de Assis. A entrevista será sobre acontecimentos vivenciados na escola e no município. Será embasada em questionamentos de como ela contribuiu para a sua formação, como a escola impactava na cidade em desenvolvimento, qual a importância de estudar/trabalhar nessa instituição, como era a sua atuação na escola, onde se encontram os documentos oficiais da escola, e outros. Ou ainda sua colaboração será relevante, relatando acontecimentos como cidadão que vivenciou as práticas educacionais no município de Ituiutaba nas décadas que serão pesquisadas.

Os riscos são o de investigar questões particulares e íntimas da sua história de vida que até então você não estava disposto a revelar para a sociedade, percebendo só a partir de então que seus relatos são parte integrante da história. Os benefícios serão o de perceber que você é um agente importante para a construção da história da escola e que sua atuação foi preponderante para o que ela se tornou, pois a escola faz parte de sua história e trouxe consequências para sua vida.

Você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por participar na pesquisa. É livre para parar de participar a qualquer momento sem constrangimento e ficará com uma cópia desse “Termo de consentimento livre e esclarecido”.

Qualquer dúvida sobre a pesquisa poderá ser dirimida com os pesquisadores: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, fone (34) 3269 6254/Claudia Oliveira Cury Vilela, fone (34) 9973 3265. Endereço: Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado e Doutorado: av. João Naves de Ávila, 2.121, campus Santa Mônica, bloco G, Sala 1G121, Caixa Postal 593, Uberlândia, MG, CEP

38400-902, telefax (034) 3239-4212; ou então no Comitê de Ética e Pesquisa/CEP: av. João Naves de Ávila, 2.121, bloco J, campus Santa Mônica, Uberlândia, MG, CEP 38408-100, fone: (34) 3239 4131.

\_\_\_\_\_ , de de

---

Assinatura dos pesquisadores

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Participante da pesquisa

## Anexo D

### PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



Universidade Federal de Uberlândia  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP

Avenida João Naves de Ávila, nº. 2160 - Bloco A – Sala 224 - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG –  
CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4131; e-mail: [cep@propp.ufu.br](mailto:cep@propp.ufu.br); [www.comissoes.propp.ufu.br](http://www.comissoes.propp.ufu.br)

ANÁLISE FINAL Nº. 1038/10 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU  
373/10

Projeto Pesquisa: A escola noturna Machado de Assis como marco de um lugar/espaço da diversidade no Brasil. Texto e contexto de uma escola no Triângulo Mineiro. (1941-1959)

Pesquisador Responsável: Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.

b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.

c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data de entrega do relatório final: Fevereiro de 2012

SITUAÇÃO: PROTOCOLO APROVADO.

OBS: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 10 de Dezembro de 2010.

Profa. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado  
Coordenadora do CEP/UFU